



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



MATEUS COSTA PASSOS

**CONTESTAÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL E SEU IMPACTO NA CONFIANÇA
DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: UMA ANÁLISE AGREGADA E
MULTIVARIADA DAS ÚLTIMAS SÉRIES HISTÓRICAS (2006–2023)**

São Carlos – SP

2025

MATEUS COSTA PASSOS

**CONTESTAÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL E SEU IMPACTO NA CONFIANÇA
DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: UMA ANÁLISE AGREGADA E
MULTIVARIADA DAS ÚLTIMAS SÉRIES HISTÓRICAS (2006–2023)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL), como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Comportamento Político

Orientador: Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

São Carlos – SP

2025

Passos, Mateus Costa

Contestação do sistema eleitoral e seu impacto na confiança das eleições presidenciais: uma análise agregada e multivariada das últimas séries históricas (2006–2023) / Mateus Costa Passos -- 2025.
117f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Gabriel Ávila Casalecchi
Banca Examinadora: Gleidylucy Oliveira da Silva, Naiara Sandi de Almeida Alcantara
Bibliografia

1. Confiança nas eleições. 2. Bolsonarismo. 3. Nova direita. I. Passos, Mateus Costa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Mateus Costa Passos, realizada em 26/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Naiara Sandi de Almeida Alcantara (UFPA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Dedico este trabalho a Deus, razão da minha existência e Senhor do meu destino. Sem Ele a minha vida não teria rumo, razão pela qual minha eterna deferência.

À minha família, pelo amor incondicional e pelo apoio ao longo de toda a trajetória.

À minha namorada, Giovanna Braga, pelo carinho e por todas as palavras de incentivo.

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho não foi individual. Na verdade, contou com o apoio de pessoas e instituições às quais guardo os meus mais sinceros agradecimentos.

Inicialmente, agradeço a Deus, que nunca me desamparou, sempre me protegeu e, no limite, permitiu a crucificação do seu próprio filho para que os meus pecados fossem curados.

À minha família, que sempre me amou, incentivou e acreditou que a conclusão deste trabalho seria possível. Vocês são a minha base e a minha maior fonte de inspiração.

Ao meu orientador, Gabriel, pelos ensinamentos nas reuniões, nas aulas e nas chamadas de vídeo. Sua contribuição foi muito importante para que eu pudesse entender a dinâmica operada no interior do comportamento político brasileiro.

Às professoras Lucy e Naiara, pelos comentários e sugestões valiosas que aperfeiçoaram o sentido de várias partes deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos pela leitura atenta.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que me permitiu dedicar-me integralmente ao mestrado.

Aos professores do primeiro ano de mestrado, que contribuíram para minha formação na área de Ciência Política. A partir da contribuição de cada um, pude desenvolver a minha autonomia intelectual, isto é, a capacidade de pensar de forma crítica e analítica sobre os temas da política nacional e internacional.

Aos bibliotecários, pela disponibilização dos livros que fizeram parte das aulas.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado.

[...] a sina dele era correr o mundo, andar para cima e para baixo, a toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca. Achava-se ali de passagem, era hóspede. Sim senhor, hospede que demorava demais, tomava amizade a casa, ao curral, ao chiqueiro das cabras, ao juazeiro que os tinha abrigado uma noite.

Graciliano Ramos

RESUMO

A tentativa de ruptura do regime democrático em 08 de janeiro de 2023 parece sinalizar que o aumento na desconfiança no sistema eleitoral impactou os eleitores brasileiros. Reconhecendo a importância desse fenômeno, a literatura especializada tem se dedicado a compreender a ascensão e o comportamento de lideranças políticas populistas e autoritárias – especialmente na Europa, com o *Brexit*, e nos Estados Unidos, com Donald Trump –, contra os avanços do regime democrático. Partindo desse arcabouço teórico, o presente trabalho busca contribuir ao propor a seguinte pergunta de pesquisa: qual é o impacto da retórica de Jair Bolsonaro, que possui um discurso antagonista ao sistema eleitoral brasileiro, sobre a confiança nas eleições presidenciais, especialmente no período de 2018 a 2022? A hipótese é de que Jair Bolsonaro, principal representante da extrema-direita brasileira no período analisado, ao fazer reiteradas alegações de ocorrência de fraude nas eleições de 2018 e 2022, conseguiu influenciar a opinião pública – notadamente os eleitores posicionados no espectro ideológico mais à direita–, diminuindo sua confiança no sistema eleitoral. Para testar essa hipótese, analisamos dados longitudinais (2006 –2022) do Barômetro das Américas, coletado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), Latinobarômetro e dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). A justificativa deste trabalho está pautada na compreensão de que a adesão às regras do jogo democrático é imprescindível para que o regime se consolide. Com base nisso, elaboramos tabelas de regressão logística binomial para analisar a confiança no sistema eleitoral (variável dependente), utilizando variáveis explicativas como ideologia, intenção de voto, gênero, região, faixa etária e faixa de renda e religião. O objetivo é determinar se há entre os eleitores brasileiros uma tendência de aumento da desconfiança nos procedimentos eleitorais nos anos de 2018 e 2022, impulsionada pela retórica de Jair Bolsonaro. A partir dos resultados, foi possível inferir que: 1) o impacto da retórica de Jair Bolsonaro sobre a confiança nas eleições presidenciais mostrou-se estatisticamente significativo apenas em 2022, quando ele já era Presidente da República e seus discursos passaram a ter alcance institucional; 2) somente eleitores que declararam voto em Jair Bolsonaro – no primeiro turno de 2018 e 2022– apresentam índices negativos de confiança no sistema eleitoral, sugerindo que a retórica do presidente não influenciou, de forma estatisticamente significativa, outros grupos de direita, como aqueles que manifestaram intenção de voto em Simone Tebet e Geraldo Alckmin; 3) um achado relevante diz respeito aos eleitores identificados com os espectros ideológicos de direita e de centro, que, ao longo da série histórica, confiam mais no sistema eleitoral brasileiro do que aqueles que se identificam com o espectro de esquerda.

Palavras-chave: confiança nas eleições; cultura política; bolsonarismo; nova direita.

ABSTRACT

The attempted disruption of Brazil's democratic regime on January 8, 2023, seems to indicate that the increase in distrust in the electoral system has impacted Brazilian voters. Recognizing the importance of this phenomenon, scholarly literature has focused on understanding the rise and behavior of populist and authoritarian political leaders – particularly in Europe, with Brexit, and in the United States, with Donald Trump – who have challenged democratic norms. Based on this theoretical foundation, this paper seeks to contribute by proposing the following research question: What is the impact of Jair Bolsonaro's rhetoric, which is antagonistic toward the Brazilian electoral system, on confidence in presidential elections, especially from 2018 to 2022? The hypothesis is that Jair Bolsonaro, the main representative of the Brazilian right during the period analyzed, has managed to influence public opinion – particularly among voters positioned further to the right on the ideological spectrum – by repeatedly alleging fraud in the 2018 and 2022 elections, diminishing their trust in the electoral system. To test this hypothesis, we analyze longitudinal data (2006 –2022) from the Barômetro das Américas, collected by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP), Latinobarômetro, and data from the Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). The justification for this work is based on the understanding that adherence to the rules of the democratic game is essential for regime consolidation. Based on this, we construct binomial logistic regression models to assess trust in the electoral system (dependent variable), using explanatory variables such as ideology, voting intention, gender, region, age and income bracket, and religion. The objective is to determine whether there is a trend among Brazilian voters toward increased distrust in electoral procedures in 2018 and 2022, driven by Jair Bolsonaro's rhetoric. The results show that: 1) the impact of Jair Bolsonaro's rhetoric on confidence in the presidential elections was statistically significant only in 2022, when he was already President of the Republic and his speeches were beginning to have institutional reach; 2) only voters who declared their vote for Jair Bolsonaro – in the first round of elections in 2018 and 2022 – elections exhibited lower levels of confidence in the electoral system, suggesting that the president's rhetoric did not have a statistically significant influence on other right-wing groups, such as those who expressed their intention to vote for Simone Tebet and Geraldo Alckmin; 3) A relevant finding concerns voters identified with the right and center ideological spectrums, who, throughout the historical series, trust the Brazilian electoral system more than those who identify with the left spectrum.

Keywords: trust in elections; political culture; Bolsonarism; new right.

RESUMEN

El intento de ruptura del régimen democrático el 8 de enero de 2023 parece señalar que el aumento de la desconfianza en el sistema electoral ha impactado a los votantes brasileños. Reconociendo la importancia de este fenómeno, la literatura especializada se ha enfocado en comprender el ascenso y el comportamiento de liderazgos políticos populistas y autoritarios – especialmente en Europa, con el Brexit, y en Estados Unidos, con Donald Trump – contra los avances del régimen democrático. Partiendo de esa base teórica, el presente trabajo busca contribuir proponiendo la siguiente pregunta de investigación: ¿cuál es el impacto de la retórica de Jair Bolsonaro, que posee un discurso antagónico hacia el sistema electoral brasileño, en la confianza en las elecciones presidenciales, especialmente en el período de 2018 a 2022? La hipótesis es que Jair Bolsonaro, principal representante de la extrema derecha brasileña en el período analizado, al realizar reiteradas denuncias de fraude en las elecciones de 2018 y 2022, ha logrado influir en la opinión pública – notablemente en los votantes posicionados más a la derecha en el espectro ideológico–, disminuyendo su confianza en el sistema electoral. Para probar esta hipótesis, analizamos datos longitudinales (2006 – 2022) del Barômetro das Américas, recopilados por el Latin American Public Opinion Project (LAPOP), Latinobarômetro y datos del Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). La justificativa de este trabajo se basa en la comprensión de que la adhesión a las reglas del juego democrático es imprescindible para que el régimen se consolide. Con base en esto, elaboramos tablas de regresión logística binomial para analizar la confianza en el sistema electoral (variable dependiente), utilizando variables explicativas como ideología, intención de voto, género, región, rango de edad e ingresos y religión. El objetivo es determinar si existe una tendencia entre los votantes brasileños a un aumento de la desconfianza en los procedimientos electorales en los años 2018 y 2022, impulsada por la retórica de Jair Bolsonaro. De los resultados se puede inferir que: 1) el impacto de la retórica de Jair Bolsonaro sobre la confianza en las elecciones presidenciales fue estadísticamente significativo solo en 2022, cuando ya era Presidente de la República y sus discursos comenzaban a tener alcance institucional; 2) solamente los electores que declararon su voto por Jair Bolsonaro – en el primer turno de 2018 y 2022 – presentan niveles negativos de confianza en el sistema electoral, lo que sugiere que la retórica del presidente no influyó, de forma estadísticamente significativa, en otros grupos de derecha, como los que manifestaron su intención de votar por Simone Tebet y Geraldo Alckmin; 3) Un hallazgo relevante se refiere a los electores identificados con los espectros ideológicos de derecha y centro, quienes, a lo largo de la serie histórica, confían más en el sistema electoral brasileño que aquellos que se identifican con el espectro de izquierda.

Palabras clave: confianza en las elecciones; cultura política; bolsonarismo; nueva derecha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crítica pública aos salários	25
Figura 2 – Bomba nos quartéis.....	26
Figura 3 – Croqui do atentado à bomba	27
Figura 4 – Punição ao Capitão Bolsonaro.....	28
Figura 5 – Denúncia de fraude e apelo aos líderes republicanos	46
Figura 6 – Desafiando a legitimidade da vitória de Joe Biden.....	47
Figura 7 – Acusação de fraude no sistema de voto por correio.....	47
Figura 8 – Modelo de regressão logística.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2006/2008)	71
Tabela 2 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2007/2010)	73
Tabela 3 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2012/2015)	75
Tabela 4 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2017/2018)	77
Tabela 5 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2017/2018)	79
Tabela 6 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2020/2021)	81
Tabela 7 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2022/2023)	84
Tabela 8 – Síntese da variável "ideologia" (2016-2023).....	89
Tabela 9 – Síntese da variável “ideologia” (2017-2018).....	92
Tabela 10 – Síntese da variável “ideologia” (2022-2023).....	92
Tabela 11 – Síntese da variável "intenção de voto" (2018).....	93
Tabela 12 – Síntese da variável "intenção de voto" (2022).....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise longitudinal da satisfação com a democracia.....	17
Gráfico 2 – Análise regional da satisfação com a democracia.....	17
Gráfico 3 – Confiança nas eleições (Barômetro das Américas).....	36
Gráfico 4 – Influência da retórica presidencial na opinião pública.....	49
Gráfico 5 – Adesão ideológica no tempo	60
Gráfico 6 – Confiança nas eleições (Latinobarômetro)	87
Gráfico 7 – Confiança nas Eleições (ESEB).....	87
Gráfico 8 – Confiança nas eleições (LAPOP).....	87
Gráfico 9 – Confiança: ideologia (Latinobarômetro)	90
Gráfico 10 – Confiança: ideologia (ESEB).....	90
Gráfico 11 – Confiança: ideologia (LAPOP).....	90
Gráfico 12 – Intenção de Voto 2018 (ESEB)	95
Gráfico 13 – Intenção de Voto 2018 (LAPOP)	95
Gráfico 14 – Intenção de Voto 2022 (ESEB)	96
Gráfico 15 – Intenção de Voto 2022 (LAPOP)	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

LAPOP – Latin American Public Opinion Project

PT– Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social–Democracia Brasileira

STF– Supremo Tribunal Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

USP – Universidade de São Paulo

PDC – Partido Democrata Cristão

PEI– Índice de Percepção de Integridade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTUALIZANDO A CRISE ELEITORAL NO BRASIL	14
	2.1 Crise da legitimidade democrática no Brasil.....	15
	2.2 Erosão do regime democrático: populismo e autoritarismo	19
	2.3 Fatores contextuais e as eleições presidenciais de 2018 no Brasil.....	21
	2.4 Jair Bolsonaro: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”	24
3	DESCONFIANÇA NO SISTEMA ELEITORAL	31
	3.1 Enquadramento Teórico sobre a desconfiança nas eleições	31
	3.1.1 Desconfiança eleitoral nos Estados Unidos da América.....	36
	3.1.2 A desconfiança nas eleições brasileiras	38
	3.2 Desconfiança eleitoral pós–redemocratização	41
4	OS DISCURSOS QUE DESAFIAM O SISTEMA ELEITORAL.....	42
	4.1 Retórica Presidencial e agenda pública	43
	4.2 Discursos antidemocráticos: análise comparada	44
	4.3 Discursos antidemocráticos: o caso brasileiro.....	48
	4.4 Declarações de Jair Bolsonaro sobre os procedimentos eleitorais no Brasil.....	49
	4.4.1 Urnas e antipetismo	50
	4.4.2 Urnas Eletrônicas.....	50
	4.4.3 Tribunal Superior Eleitoral e auditamento das urnas.....	51
	4.4.4 O mito das provas	52
	4.4.5 Auditamento das urnas eletrônicas	53
	4.4.6 Urnas eletrônicas brasileiras	54
5	ADESÃO IDEOLÓGICA AO ESPECTRO DE DIREITA NO BRASIL	55
	5.1 Direita e esquerda: ideologias realmente importam?	55
	5.2 A “nova direita” e a velha direita com Jair Bolsonaro?.....	57
	5.3 Adesão ideológica e comportamento político no Brasil.....	60

6	NOTAS METODOLÓGICAS	62
6.1	Modelo de Regressão logística Binomial ou Binária	66
6.2	Desafios de pesquisa	68
7	DISCUSSÃO E RESULTADOS	69
7.1	Análise dos resultados da regressão logística binomial – ESEB (2006), Latinobarômetro (2006) e LAPOP (2008)	70
7.2	Análise dos resultados da regressão logística binomial – Latinobarômetro (2007/2010) e LAPOP (2010)	72
7.3	Análise dos resultados da regressão logística binomial – LAPOP (2012/2014) e Latinobarômetro (2015)	74
7.4	Análise dos resultados da regressão logística binomial – Latinobarômetro (2017/2018)	76
7.5	Análise dos resultados da regressão logística binomial – LAPOP (2017/2018), ESEB (2018)	78
7.6	Análise dos resultados da regressão logística binomial – Barômetro (2010) e LAPOP (2021)	81
7.7	Análise dos resultados da regressão logística binomial – ESEB (2022), LAPOP (2023) e Latinobarômetro (2023).....	83
7.8	Tendência de confiança nas eleições no Brasil (2006–2022).....	85
7.9	Confiança eleitoral: direita, centro e esquerda	88
7.10	Desconfiança nas Eleições de 2018 e 2022.....	91
7.11	Intenção de Voto e Confiança no Sistema Eleitoral Brasileiro.....	93
7.12	Desconfiança nas Eleições: América Latina x Brasil.....	97
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFRÊNCIAS	104
	APÊNDICE	109
	APÊNDICE A – Códigos do Stata (Script)	109
	ANEXOS	110
	ANEXOS – Questionários: ESEB, LAPOP e Latinobarômetro.....	110

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a desconfiança nas eleições brasileiras ganhou força na última década. A negação dos resultados eleitorais produzida pelo candidato do PSDB, Aécio Neves, em 2014 (Braga e Casalecchi, 2016), as sucessivas declarações de Jair Bolsonaro defendendo uma perspectiva de vitória no primeiro turno das eleições de 2018 (Nicolau, 2020; Nobre, 2022), e o não reconhecimento de sua derrota para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2022, parecem ter contribuído para que parte do eleitorado brasileiro desconfie do sistema eleitoral.

Apesar de o regime democrático – como forma de governo – gozar de grande apoio dos brasileiros, várias pesquisas de opinião pública indicam haver uma forte tendência de desconfiança nas instituições¹, principalmente entre as instituições políticas (Fuks et al., 2016; Meneguello; Porto, 2022; Moisés, 2005; Moisés; Carneiro, 2008). Por exemplo, o mais recente *survey* da série histórica realizada pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP 2018/19) mostrou que o Congresso Nacional brasileiro goza de 31% de aprovação e os partidos políticos de 13%. Os dados analisados ressaltam que cerca de 58% dos brasileiros estão insatisfeitos com o atual regime.

Esses dados sinalizam para duas questões fundamentais: a primeira é de que o debate sobre a confiança política tem sido focalizado em aspectos institucionais; a segunda diz respeito a insuficiência de abordagens que permitam entender a desconfiança nas instituições a partir da formação da cultura política dos eleitores. Nesse ponto, entender os comportamentos e os valores democráticos – ou a ausência deles – ao longo do tempo, parece ser importante para explicar o declínio da confiança dos cidadãos nas instituições.

Reconhecendo a importância dessa abordagem, uma recente literatura internacional desenvolveu estudos sobre como os discursos das elites políticas representam um fator contextual de grande impacto na confiança das instituições democráticas. Os resultados preliminares sinalizam que a retórica das elites políticas que questiona a integridade das eleições afeta a confiança dos eleitores nos procedimentos eleitorais e aumenta a crença de que as eleições são fraudadas, especialmente entre seus apoiadores (Clayton et al., 2021; Hall; Druckman, 2023). No interior dessa literatura, defendia-se que, no limite, os discursos que confrontam o sistema eleitoral põem em xeque a própria consolidação do regime democrático.

¹ Vide ESEB –2022: “Quanta confiança o (a) sr. (a) tem nas seguintes instituições e grupos?”; Vide ESEB – 2018: “Agora vamos falar das instituições. Para cada uma das instituições que eu vou ler, gostaria que o(a) sr(a) avaliasse a atuação de cada uma delas”; Vide LAPOP 2018–19: “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?; Vide LAPOP 2016–17: “Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?”

Essa análise argumenta que a construção dessas retóricas, que antagonizam com os avanços do regime democrático, especialmente com os avanços das regras e dos procedimentos eleitorais, não são exclusividade de países latino-americanos. Com efeito, tratou-se de um fenômeno político global, protagonizado por lideranças de extrema-direita, presentes na Europa, com o *Brexit*, e nos Estados Unidos, com Donald Trump (Norris e Inglehart, 2019).

Para abordar o fenômeno da desconfiança no sistema eleitoral brasileiro, lançamos mão de conceitos propostos pela literatura especializada. De um lado, Moisés (2005c) e Norris (1999; 2011) defendem uma abordagem institucional, sugerindo que a confiança política está relacionada com os procedimentos institucionais, às normas, às regras do jogo democráticos e, sobretudo, com a experiência institucional proporcionada aos cidadãos. De outro lado, a teoria culturalista de Almond e Verba (1989) argumenta que a confiança nas instituições políticas depende das normas culturais presentes no interior de uma sociedade sendo, portanto, uma dimensão da confiança interpessoal. Aprofundando esse debate, Lagos (2000) sustenta que, na América Latina, fatores históricos – como o colonialismo espanhol e português, a grande concentração de renda, a prevalência da pobreza e as experiências autoritárias– fizeram da América Latina uma região com baixo nível de confiança interpessoal e institucional. Dessa forma, a discussão sobre a confiança política na região não pode ser explicada apenas por abordagens institucionais ou econômicas, porque fatores culturais e sociais influenciam de forma direta a capacidade dos cidadãos de acreditarem nas instituições, como tentamos demonstrar ao longo deste trabalho.

Destaca-se, no entanto, que apesar da relevância do tema, estudos sobre a causalidade entre a retórica das elites políticas e o aumento da desconfiança nas eleições ainda são raros na literatura nacional. Uma das razões possíveis está no uso da variável “desconfiança nas instituições” como parte de análises mais amplas sobre a legitimidade do regime (Borba; Cardoso, 2021; Ribeiro, 2007; Teixeira; Almeida; Belchior, 2017) e sobre a qualidade da democracia (Moisés, 2005b; Moisés; Meneguello, 2013).

Considerando essa lacuna de pesquisa, este trabalho tem o escopo de contribuir com o debate a partir da seguinte pergunta: qual é o impacto da retórica de Jair Bolsonaro, que possui um discurso antagonista ao sistema eleitoral brasileiro, sobre a confiança nas eleições presidenciais, especialmente no período de 2018 a 2022?

A hipótese da pesquisa é de que Jair Bolsonaro, principal interlocutor da extrema-direita brasileira no período analisado, ao fazer repetidas alegações de fraude sobre o sistema eleitoral, conseguiu influenciar a opinião pública nas eleições de 2018 e 2022, notadamente entre os

eleitores identificados no espectro ideológico de direita, fazendo diminuir sua confiança no sistema eleitoral.

Para testar essa hipótese, foram analisados dados longitudinais (2006–2022) do Barômetro das Américas, coletado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), Latinobarômetro e pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). A partir dessa base, foram construídas tabelas de regressão logística para analisar a confiança no sistema eleitoral (variável dependente), utilizando variáveis explicativas como ideologia, intenção de voto, gênero, região, faixa etária, renda e religião. Com base nisso, buscou-se identificar, em primeiro lugar, se havia uma tendência de aumento da desconfiança nos procedimentos eleitorais a partir de 2018 até 2022; em segundo lugar, em qual grupo de eleitores a desconfiança nas eleições teve mais impacto e, finalmente, se Jair Bolsonaro contribuiu para que parte importante dos eleitores aderissem à retórica baseada na descrença dos procedimentos eleitorais.

A justificativa desta reflexão pauta-se na necessidade de adesão dos eleitores às regras democráticas – especialmente entre os perdedores – como meio necessário para as instituições funcionarem (Braga; Casalecchi, 2016). Isso ocorre porque a falta de um consenso mínimo em torno das regras, especialmente aquelas que regem a escolha dos governantes, contribui para a erosão da legitimidade do regime democrático (Norris, 1999).

Os resultados gerais da pesquisa indicaram o seguinte: 1) o impacto da retórica de Jair Bolsonaro sobre a confiança nas eleições presidenciais mostrou-se estatisticamente significativo apenas em 2022, quando ele já era Presidente da República e seus discursos passaram a ter alcance institucional; 2) somente eleitores que declararam voto em Jair Bolsonaro – no primeiro turno de 2018 e 2022– apresentam índices negativos de confiança no sistema eleitoral, sugerindo que a retórica do presidente não influenciou, de forma estatisticamente significativa, outros grupos de direita, como aqueles que manifestaram intenção de voto em Simone Tebet e Geraldo Alckmin; 3) As variáveis “intenção de voto” e “ideologia” foram mais estatisticamente significativas para explicar a confiança no sistema eleitoral. 4) um achado relevante diz respeito aos eleitores identificados com os espectros ideológicos de direita e de centro, que, ao longo da série histórica, confiam mais no sistema eleitoral brasileiro do que aqueles que se identificam com o espectro de esquerda

Para desenvolver esta pesquisa e explicar a sua relevância, traçamos o seguinte caminho: a dissertação foi dividida em 6 partes, além da introdução e da conclusão.

Na primeira parte, “Contextualizando a Crise de Legitimidade Democrática no Brasil”, introduzimos o debate em torno do regime democrático brasileiro, que ganhou centralidade na última década, especialmente a partir das manifestações de junho de 2013. Na segunda parte,

“Desconfiança no Sistema Eleitoral”, remontamos os estudos clássicos sobre a confiança nas eleições, introduzindo a discussão acerca da desconfiança nas eleições. Na terceira parte, intitulada de “Os Discursos que Desafiam o Sistema Eleitoral”, analisamos como os discursos presidenciais influenciam a opinião pública e estabelecem prioridades temáticas ao longo do governo. Na quarta parte, “Adesão Ideológica ao Espectro de Direita no Brasil”, operacionalizamos a discussão sobre ideologia para identificar se direita e esquerda são termos que ainda existem e se existem, o que eles representam.

Na quinta parte, “Notas Metodológicas”, destacamos que a abordagem ao tema é fundamentada na teoria culturalista, pois parte do pressuposto de que a retórica de Bolsonaro influencia a cultura política de desconfiança no sistema eleitoral brasileiro. Para entender o fenômeno, utilizamos uma abordagem descritiva e quantitativa, ao analisar dados longitudinais (2006–2022) do Barômetro das Américas, coletado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), Latinobarômetro e pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). A análise foi construída por meio de tabelas de regressão logística binomial, utilizando como variável dependente a “confiança nas eleições” e como variáveis independentes ideologia, intenção de voto, gênero, faixa etária, faixa de renda, religião e região. Propôs-se, ainda, abordar e analisar os resultados em duas partes: descritiva e analítica.

Na sexta parte, “Discussão e Resultados”, apresentamos 7 tabelas de regressão logística binomial que examinam criticamente se a hipótese de que um novo ator político, Jair Bolsonaro, ao fazer repetidas alegações de fraude no sistema eleitoral, conseguiu influenciar a opinião pública – notadamente os eleitores identificados no espectro ideológico de direita – nas eleições de 2018 e 2022, diminuindo sua confiança no sistema eleitoral.

Nas considerações finais, associamos os achados, desenvolvemos um debate crítico sobre o fenômeno da confiança no sistema eleitoral, discutimos as possíveis consequências dos discursos que desafiam o sistema eleitoral brasileiro e fazemos contribuições para pesquisas futuras.

2 CONTEXTUALIZANDO A CRISE ELEITORAL NO BRASIL

No capítulo inicial, introduzimos a discussão acerca da crise de legitimidade no Brasil, destacando que, na última década, a satisfação com o regime democrático, a confiança nas eleições, o apoio ao Congresso Nacional e a proteção de valores progressistas sofreram quedas importantes, conforme apontam os institutos de pesquisa. Além disso, argumentamos que a ascensão de lideranças populistas em países ocidentais tem contribuído para a erosão do regime democrático, seja pela via institucional – subvertendo e desintegrando as instituições

internamente–, seja por meio da reação de grupos conservadores aos valores pós-materialistas, especialmente aqueles relacionados ao pluralismo e ao progressismo. Para entender o surgimento desses fenômenos no Brasil, discutimos as peculiaridades do modelo institucional brasileiro para verificar se ele deu causa à vitória do líder de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro. Para arrematar, propomos uma análise da biografia do ex-presidente Jair Bolsonaro, examinando se sua vitória eleitoral representou um exemplo de experiência populista autoritária na América Latina.

2.1 Crise da legitimidade democrática no Brasil

O debate em torno do regime democrático no Brasil ganhou centralidade na última década. As manifestações antipartidárias (2013–2015), o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (2016) e o posterior êxito eleitoral de Jair Bolsonaro (2018) ensejaram um ambiente de intolerância política (Ribeiro; Borba, 2019; Ribeiro; Borba; Fuks, 2022a; Ribeiro; Fuks, 2019), polarização multidimensional (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), desalinhamento dos cidadãos com os partidos políticos (Borba et al., 2018), crise da legitimidade democrática (Casalecchi, 2018).

Todos esses estudos parecem buscar respostas a algumas questões fundamentais: por que a satisfação com o regime democrático está em queda no Brasil?² Por que, afinal, a confiança nas eleições brasileiras está diminuindo?³ Por que o apoio à dissolução do Congresso Nacional, em tempos de crise, é uma pauta cada vez mais tolerada pela população brasileira?⁴ Ou, ainda, por que os partidos políticos, que são importantes atores na representação dos interesses da sociedade, também sofrem com crise de legitimidade?⁵. Nota-se, assim, que a discussão acerca da crise de legitimidade democrática no Brasil comporta abordagens multidimensionais (Braga; Casalecchi, 2016; Casalecchi, 2018; Fuks; Casalecchi; Ribeiro, 2019).

Segundo a literatura especializada, a adesão ao regime democrático implica não somente o apoio à democracia como forma de governo, mas também tem relação com a defesa de um conjunto de valores e princípios que sustentam o regime (Casalecchi, 2018). Nesse sentido, percebe-se que uma sociedade é verdadeiramente democrática quando os cidadãos defendem e praticam (com coesão) os postulados deste regime (Fuks; Casalecchi; Ribeiro, 2019).

² *Vide* Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Satisfaction with democracy has decreased since 2010”.

³ *Vide* Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Trust in elections continues to slip”.

⁴ *Vide* Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Tolerance for dissolving Congress (in times of crisis) is rising”.

⁵ *Vide* Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Perceptions of corruption are elevated”.

No Brasil, no entanto, já foi possível identificar, por pesquisas de opinião, que os cidadãos comuns não aderem aos postulados do regime democrático com a mesma intensidade (Fuks et al., 2016). O apoio ao “voto e à participação política” não são tão consistentes quanto o apoio aos “procedimentos de escolha e representação política”, por exemplo. Observou-se, aliás, que mesmo dentre os mais democratas é possível verificar inconsistências no que tange à defesa das diversas dimensões do regime democrático (Fuks et al., 2016).

É como se as pessoas comuns ouvidas pelas pesquisas de opinião estivessem dizendo, por uma parte, que **amam a democracia, mas, de outra que, se não odeiam, têm sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas**, cuja função é assegurar a sua participação na competição pelo poder e nos mecanismos pelos quais as decisões públicas são tomadas (Moisés, 2010, p. 271, grifo meu).

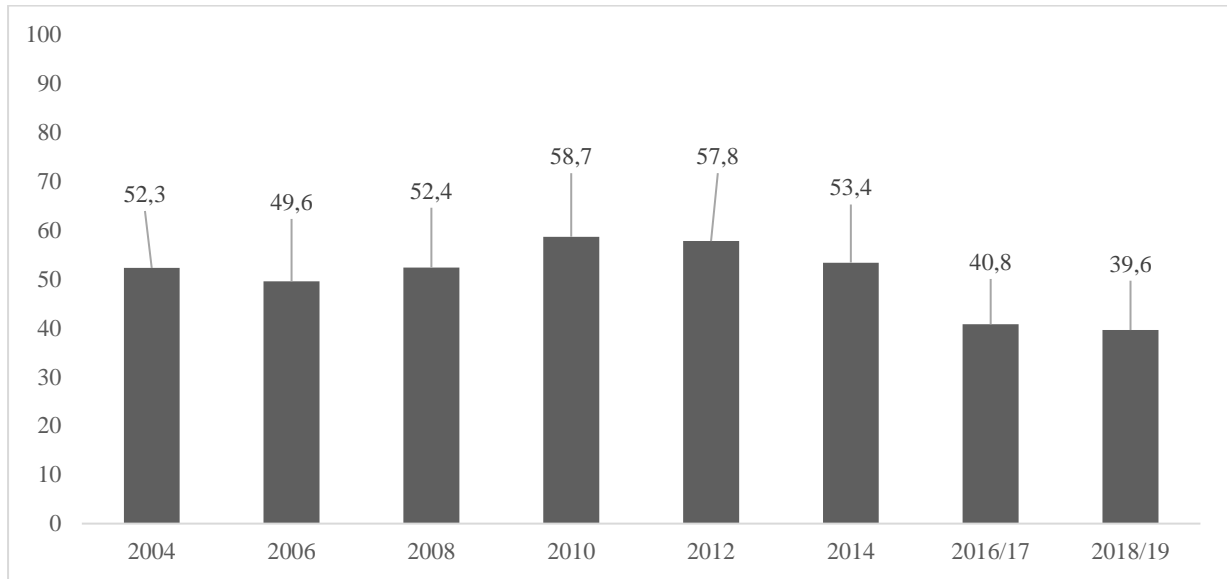
Uma das explicações para esse paradigma está na história da democracia brasileira, ainda incipiente. Isso porque “à medida que a democracia funciona, que eleições são realizadas, trocas de governos são, regras são estabelecidas e praticadas, o regime cria raízes institucionais e simbólicas fazendo parte do cotidiano dos cidadãos” (Casalecchi, 2018, p. 14). Esse fenômeno é chamado por Casalecchi (2018) de “legado democrático”, ou seja, a conjugação entre a experiência (ou qualidade) e o tempo de democracia acumulado em um país.

Moisés (2010) afirma que a qualidade do regime democrático pode ser aferida a partir da satisfação dos cidadãos com os resultados ofertados pelos governos (procedimentos, conteúdos, princípios e dimensão social). Pensando nisso, o Brasil demonstra uma série de descompassos ao longo da última década. Isso porque, apesar de apoiarem o regime, parte importante dos brasileiros desconfia das instituições, revelando um grande paradoxo (Moisés, 2005). Uma pista para entendermos esse descompasso está relacionada às experiências dos cidadãos com as instituições, negativa em todos os seguimentos da sociedade (independente de renda, escolaridade, faixa etária, etc) (Moisés, 2010).

Utilizando os dados do Barômetro das Américas (2017), Russo; Azzi e Favari (2018) encontraram que principalmente as instituições políticas – Congresso Nacional, eleições e os partidos políticos – possuem as piores médias de confiança, se comparadas com outras instituições bem avaliadas, como a polícia militar e as forças armadas.

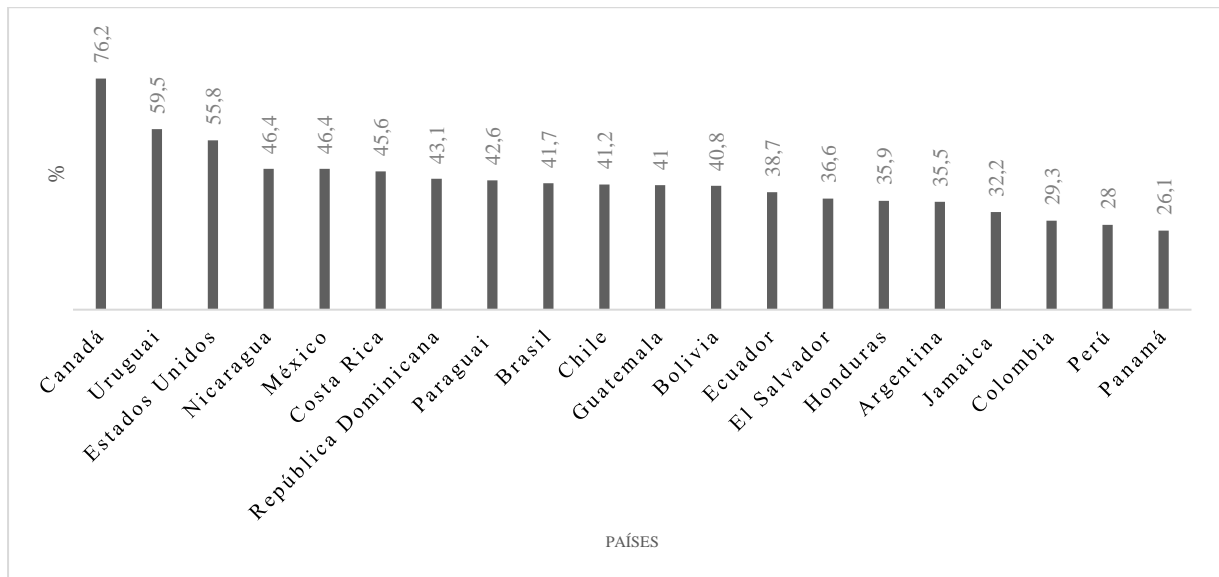
Pensando nisso, é razoável pressupor que o regime democrático no Brasil padeça de várias crises de legitimidade. De fato, conforme identificado pelo Barômetro das Américas, a insatisfação com a democracia continua alta no Brasil (gráfico 01), seguindo a preocupante tendência da América Latina (gráfico 02).

Gráfico 1 – Análise longitudinal da satisfação com a democracia



Fonte: elaborado pelo autor por meio da série histórica do Barômetro das Américas

Gráfico 2 – Análise regional da satisfação com a democracia



Fonte: elaborado pelo autor por meio da série histórica do Barômetro das Américas

A literatura sugere que a insatisfação dos brasileiros com a democracia tem início a partir dos protestos de rua de junho de 2013, marcados pela heterogeneidade dos atores envolvidos, com as suas diferentes reivindicações (Tatagiba; Galvão, 2019).

De outro lado, cabe recordar que, nas eleições de 2014, cerca de 51 milhões de eleitores, que votaram no então candidato psdbista, Aécio Neves, se sentiram “perdedores” no pleito eleitoral e isso, em grande medida, colaborou para o processo de impedimento da ex-presidente Dilma (2016) e maximização da polarização política em torno do antipetismo (Braga; Casalecchi, 2016). De fato, entre 2010 e 2017 percebia-se uma crescente atuação de setores conservadores no Brasil, o que sinalizou para uma alteração na mudança de postura dos parlamentos, antes preocupados em se alinharem publicamente ao espectro ideológico de direita (Quadros; Madeira, 2018).

Para arrematar, o Brasil, em meados de 2018, passou a conviver com outro fenômeno conhecido como a “nova direita”, caracterizada como uma corrente heterogênea (capaz de integrar diferentes correntes de pensamento), com uma fronteira ideológica própria (princípios e valores reacionário, autoritário e conservador), com dissonâncias internas (compreende diversos setores da sociedade) e com valores espaciais e históricos diferentes que se manifestam conforme a realidade do país (Cepêda, 2018). Essa corrente de pensamento contou com a presença “intelectuais da direita” que contribuíram para a ampliação do espectro ideológico, marcaram posição contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT), alcançaram a opinião pública por meio das mídias tradicionais e redes sociais e, por via de consequência, diversificaram as “vozes da direita” no cenário midiático (Chaloub; Perlatto, 2016).

Os contornos dessa breve recuperação histórica parecem sintonizar com a *survey* do Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019 que identificou que 58% (6 em cada 10 cidadãos brasileiros) demonstraram insatisfação com o atual regime (gráfico 01), seguindo a tendência de toda a América Latina (gráfico 02). Em 2017, a mesma fonte estatística mostrou que o percentual era ainda maior, isto é, 78% dos brasileiros estavam insatisfeitos com o regime democrático no Brasil.

O Barômetro das Américas (2018/19) demonstrou também que, pela primeira vez, desde 2014, parte expressiva da população brasileira se autodenomina de direita, somando 39% contra 29% daqueles que se autodeclararam de esquerda.

Diante disso, algumas questões se impõem: estamos vivendo uma crise de legitimidade democrática no Brasil? Qual é a profundidade e os contornos dessa crise?

A partir da conjuntura apresentada, este trabalho contribuirá com o debate acerca de um tema inserido no guarda-chuva da cultura política e essencial para a manutenção da legitimidade democrática, isto é, a desconfiança nas eleições. Isso porque pouco se sabe em que medida discursos autoritários influenciam na formação de uma cultura política de desconfiança no processo eleitoral; quais grupos são mais afetados pelas mensagens disseminadas pelas elites

políticas e, ainda, em que medida as manifestações de Jair Bolsonaro, principal representante da “nova direita”, influenciou a opinião pública na confiança do sistema eleitoral.

2.2 Erosão do regime democrático: populismo e autoritarismo

Com o atual processo de erosão das democracias representativas, retomou-se os conceitos de “populismo” e “autoritarismo” como elementos descritivos e explicativos de experiências políticas recentes nos Estados Unidos, na Europa e, mais recentemente, na América Latina. Nesta seção, exploramos a ascensão do populismo autoritário a partir de três lupas, destacando aspectos institucionais, culturais e específicos do Brasil.

A ascensão ao poder de políticos populistas autoritários não ocorre mais através de golpes militares. Segundo Levitsky e Ziblatt (2021), na obra “Como as Democracias Morrem”, os regimes democráticos não são mais atacados com tanques na rua. Isto é, a “ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros” (Levitsky e Ziblatt (2021, p. 16). Nesse sentido, nas sociedades modernas, os ataques às democracias começam nas urnas, pela via eleitoral, com políticos autoritários eleitos de forma legítima erodindo – assim que assumem o poder – as instituições democráticas que os elegeram.

Dessa forma, a erosão do regime democrático ocorre “por dentro”, com a subversão das instituições democráticas que elegem políticos autoritários. Levitsky e Ziblatt (2021) argumentam que após serem eleitos, políticos autoritários tem como escopo consolidar o seu poder a partir da desintegração do regime em que foram eleitos: primeiro através da captura dos árbitros do jogo democrático (Poder Judiciário); depois com a neutralização dos adversários políticos; e, por fim, com iniciativas de projetos de lei que visam editar as leis eleitorais (Levitsky; Ziblatt, 2021). Os autores argumentam que é possível reconhecer um político autoritário a partir de 4 indicadores não cumulativos: 1) se opõem às regras do jogo democrático; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) incentivam ou toleram ataques violentos; e, 4) restringem as liberdades civis dos oponentes e da mídia.

Além disso, esses políticos autoritários apresentam-se como *outsiders* populistas. Negam os políticos tradicionais, os partidos – acusando-os de corruptos e conspiradores – e, no limite, o próprio regime democrático, afirmando não ser uma democracia de verdade (Levitsky; Ziblatt, 2021).

No Brasil, esse processo de erosão do regime democrático ocorre, sobretudo, a partir do êxito eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, com ataques às instituições democráticas⁶, com a exaltação de torturadores da Ditadura Militar de 1964⁷, com o descumprimento de ordens judiciais⁸ e com ataques aos veículos de imprensa⁹.

De outro lado, Norris e Englehart (2022), no livro *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*, argumentam que o crescimento de lideranças populistas autoritárias no ocidente tem relação direta com a “teoria da revolução silenciosa”. Segundo essa teoria, países ocidentais conseguiram estabelecer – a partir da prosperidade econômica, avanços tecnológicos e acesso à educação formal – um conjunto de valores pós-materialistas, tais como a igualdade sexual, os direitos humanos e a proteção do meio ambiente. Esses avanços, por sua vez, contribuíram para que as gerações mais jovens dos centros urbanos mudassem comportamentos e crenças sociais.

Nesse contexto, a hegemonia em torno de pautas liberais e plurais causaram mal-estar em grupos conservadores – menos escolarizados, mais religiosos e de zonas rurais. Esses grupos, por sua vez, ao se sentirem excluídos da “revolução silenciosa” reagiram aos valores pós-materialistas, dando vida à ascensão de lideranças populistas autoritárias de extrema direita.

Para Norris e Englehart (2022), as lideranças populistas autoritárias aproveitaram essa demanda eleitoral para ressaltarem a importância de recuperar os valores conservadores, tanto na esfera moral quanto na esfera comportamental. Para tanto, são defensores ferrenhos de posições extremistas em temas como liberdade sexual, questões de gênero, sustentabilidade, entre outros.

Além disso, Norris e Englehart (2022), argumentam que o êxito eleitoral de candidatos populistas autoritários ocorre com a cooperação de fatores contextuais, como a crise econômica e as crises de caráter humanitário. Os autores destacam que em democracias consolidadas, onde os embates políticos são mais vivos, a inserção de lideranças populares autoritárias no campo político é mais difícil. É, pois, em ambientes de crise, como a econômica, que discursos autoritários encontram mais adeptos. Nos Estados Unidos, Trump realçou a crise econômica em 2016, no continente europeu, as lideranças de extrema direita enfatizaram a crise migratória.

Aplicando a teoria de Norris e Englehart (2022) às experiências do Brasil, tem-se que a reação aos direitos progressistas também surge de forma relevante após as eleições de 2018, com

⁶ Vide em <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-hostilizou-ministros-do-stf-ao-menos-23-vezes/>

⁷ <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-menciona-chefe-do-doi-codi-ao-votar-pelo-impeachment-2-19112343>

⁸ <https://www.conjur.com.br/2023-jul-29/tse-multa-bolsonaro-braga-netto-descumprimento-ordem-judicial/>

⁹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/jair-bolsonaro-imprensa.htm>

Jair Bolsonaro se opondo aos direitos da comunidade LGBTQIA+¹⁰, do meio ambiente ecologicamente equilibrado¹¹, dos indígenas¹², dos imigrantes¹³, entre outros.

Portanto, a ascensão de lideranças populistas autoritárias ao poder é resultante de arranjos institucionais e mudanças culturais em cenários de crise econômica. Se, por um lado, Levitsky e Ziblatt (2018) propõem uma análise com a lupa institucional, identificando que a erosão do regime democráticos não ocorre mais a partir da tomada violenta de poder, mas sim através da subversão das instituições democráticas; por outro lado, Norris e Englehart (2022) argumentam que a ascensão de líderes populistas autoritários em países ocidentais ocorre por meio da reação ressentida de grupos conservadores aos avanços progressistas operados no último século. Na seção a seguir, discutimos as nuances que colaboraram para que Jair Bolsonaro saísse vencedor nas eleições de 2018, fazendo do Brasil um exemplo de experiência autoritária latino-americana.

2.3 Fatores contextuais e as eleições presidenciais de 2018 no Brasil

Nesta seção, tentamos demonstrar como as instituições no Brasil criaram um cenário favorável ao êxito eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2018. Por um lado, Avritzer (2018) argumenta pela fragilidade do arranjo institucional, com o Brasil oscilando entre períodos democrático e autoritários. De outro lado, Nicolau (2022), apresenta hipóteses de como Bolsonaro teria se beneficiado dessas peculiaridades institucionais e do cenário político à época.

Ao estudar as peculiaridades do caso brasileiro, Avritzer (2018), no livro “O Pêndulo da Democracia”, aponta que a democracia no Brasil sempre passou por períodos de instabilidades, com políticos aderindo pouco aos princípios democráticos e as instituições negando a soberania popular. O autor afirma, pois, que a crise do regime democrático no Brasil ocorre de forma pendular: com experiências democráticas (1946–1964 e 1985–2013) e autoritárias (1964–1985 e 2013–2018).

Avritzer (2018) argumenta que a instabilidade do regime democrático no Brasil se deve a três fatores principais: o primeiro relaciona-se com o setor econômico e os seus privilégios políticos; o segundo diz respeito ao Poder Judiciário obsoleto; e o terceiro se refere a estrutura das polícias militares que impedem a realização de direitos civis.

¹⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10883.htm

¹¹ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-verdade-sobre-a-amazonia-sob-o-governo-bolsonaro/>

¹² <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/26/durante-governo-bolsonaro-mais-de-3-5-mil-criancas-indigenas-de-ate-4-anos-morreram-no-brasil>

¹³ <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/migracoes---governo-de-bolsonaro-abandona-pacto-mundial-das-migracoes-da-onu.htm>

Esses fatores impactam o regime de diferentes formas. O pêndulo do Poder Judiciário atinge o regime democrático porque não foi uma instituição democratizada e não sofre controle popular ou controle externo dos demais Poderes (Executivo e Legislativo). Nesse sentido, a Justiça Eleitoral brasileira, e sobretudo a Lei de *impeachment*, foram mecanismos fundamentais utilizados pelo Poder Judiciário no confrontamento da vontade popular, como parece ter ocorrido com a prisão do presidente Luís Inácio Lula da Silva e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (Avritzer, 2018).

Outro fator pendular importante, para Avritzer (2018), se refere a impossibilidade da implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo, por influência do setor financeiro, gerando crises econômicas. Assim, por exemplo, o autor destaca que a pressão pelo congelamento de gastos por 20 anos, apoiado pela pressão da mídia e do setor financeiro, entre 2014 e 2016, contribuiu de forma relevante para o impedimento de Dilma Rousseff.

O terceiro pêndulo diz respeito a participação da casta militar nos processos eleitorais do Brasil. Para Avritzer (2018, p. 44), a representação dessa participação ocorre a partir de 2018, com o segmento militar “desafiando o sistema político tradicional”.¹⁴

Nesse contexto, Avritzer (2018) identifica um cenário de enfraquecimento das instituições brasileiras, revelando que o êxito eleitoral de Jair Bolsonaro ocorre em um período de crise institucional, econômica e social.

Complementando a argumentação de Avritzer (2018), Nicolau (2022), em “O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018”, afirma que o êxito eleitoral de Jair Bolsonaro se deve a um conjunto de fatores sociais, políticos e institucionais. O autor lembra que o candidato Bolsonaro não reunia elementos mínimos para o seu êxito eleitoral, tais como alianças partidárias, verba de campanha, tempo de propaganda eleitoral ou até mesmo palanques estaduais. Apesar disso, fatores contextuais convergiram para que o ex-presidente vencesse as eleições presidenciais de 2018.

O primeiro fator relevante se refere ao deslocamento do grupo de centro–direita – não mais representada pelo PSDB de Alckmin–, para a extrema direita bolsonarista. Analisando os dados das eleições entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, o autor constatou que o percentual de votos no candidato do PSDB é similar aos votos de Bolsonaro no segundo turno nas eleições de 2018. Isso sugere, portanto, que houve uma migração.

Além disso, o autor aponta uma mudança de rota no perfil de eleitores de direita. Ao analisar os dados do TSE, do IBOPE, DataFolha e do ESEB, o autor concluiu que eleitores que,

¹⁴ E nós acrescentaríamos afirmando que o ápice dessa influência se dá em 2022, com a descoberta, pela Polícia Federal, de um plano para “dar um golpe de Estado” após a derrota de Jair Bolsonaro.

historicamente votaram em lideranças progressistas, como o grupo de baixa renda e baixa escolaridade, mudaram esse padrão em 2018, depositando votos em Jair Bolsonaro¹⁵.

No que se refere ao fator institucional, Jair Bolsonaro foi beneficiado pelas alterações eleitorais ocorridas antes de 2018. Dentre elas, Nicolau (2022) destaca três alterações: redução no tempo de filiação partidária, que passou de um ano para seis meses¹⁶; o fim do financiamento empresarial de campanha; e a diminuição do tempo de propaganda eleitoral¹⁷. Esses fatores cumulados podem ter, segundo Nicolau (2022), nivelado as condições da competição entre Bolsonaro e os demais candidatos.

Quanto às elites políticas, Nicolau (2022) menciona a incapacidade das lideranças de direita, como Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles, de se conectarem com o eleitorado conservador. Apesar do tempo de televisão e dos recursos financeiros gastos em campanha, o eleitorado, que antes votava no PSDB, indicou uma tendência de migração muito forte para Jair Bolsonaro.

O crescimento substantivo do antipetismo na sociedade brasileira e a impugnação da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, pelo Tribunal Superior Eleitoral, também parecem ter sido elementos importantes para o êxito do ex –militar. Nicolau (2022) argumenta que a retirada de Lula da disputa – primeiro colocado nas intenções de voto– abriu caminho para Bolsonaro vencer o pleito. Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores enfrentou um grande desafio construindo a candidatura de Fernando Haddad nacionalmente em um curto espaço de tempo.

Nicolau (2022) menciona, ainda, outro fator contextual inesperado, mas que beneficiou Jair Bolsonaro de forma relevante: o atentado à faca do qual foi vítima. Apesar de não ser possível mensurar, esse evento corroborou para que o candidato ganhasse muita visibilidade na mídia e, ao mesmo tempo, impediu sua participação nos debates, o que poderia ter revelado suas fragilidades diante dos adversários.

Como buscamos demonstrar, o êxito eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 decorre de um conjunto de fatores políticos, sociais e institucionais. Avritzer (2018) argumenta que a combinação entre um Poder Judiciário não democratizado, um setor financeiro privilegiado e uma estrutura militar que inibe realizações de direitos pode ter contribuído para o déficit democrático em 2018. Nicolau (2002), por sua vez, afirma que a vitória de Jair Bolsonaro tem relação direta com o aumento do antipetismo, o impedimento de Lula, a inabilidade de

¹⁵ A justificativa para essa alteração de rota pode estar relacionada a pauta da segurança pública sustentada por Bolsonaro durante a campanha.

¹⁶ Jair Bolsonaro participou das eleições filiado ao Partido Social Liberal (PSL)

¹⁷ Os demais candidatos, como Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles, saíram prejudicados por essa regra, na medida em que ostentavam grande poder econômico e tempo de televisão.

lideranças de direita e, principalmente, com o atentado sofrido por Bolsonaro na reta final do pleito.

2.4 Jair Bolsonaro: “o erro da ditadura foi torturar e não matar”

Nesta seção, pretendemos apresentar parte da biografia de Jair Messias Bolsonaro, abordando tanto seu tempo como capitão do Exército Brasileiro, quanto o início de sua carreira política como vereador e deputado pelo estado do Rio de Janeiro. Como militar, vários episódios da trajetória de Bolsonaro foram marcados por polêmicas, como punições por demonstrar excessiva ambição financeira em um empreendimento de “garimpo de ouro” (Maklouf, 2019), envolvimento em publicações que criticavam os salários dos militares do exército, e sindicâncias por tramar “pôr bombas nos quartéis” (Maklouf, 2019). Como político, mostramos também que Jair Bolsonaro declarou, em 1999, que “daria um golpe” e fecharia o Congresso Nacional¹⁸; exaltou o ex-coronel torturador Carlos Brilhante Ustra durante a sessão de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff¹⁹; e atuou na Comissão Nacional da Verdade atribuindo à esquerda e à luta armada os crimes daquele período (Almada, 2021).

Nesse sentido, observamos que o *modus operandi* populista e autoritário de Jair Bolsonaro já podia ser observado em sua passagem na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Identificamos que, em 1986, ele redigiu um artigo para a Revista Veja no qual criticava o governo Sarney e seus generais (figura 1). Seu argumento central referia-se aos salários dos militares que, para Bolsonaro, eram incompatíveis com as funções desempenhadas. “Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos”, argumentou o então Capitão.

Esse confronto com as instituições militares, com o objetivo de impor suas convicções, resultou em pena de prisão por 15 dias por transgressão das normas militares (Maklouf, 2019). No prontuário constava que:

Em 02 Set 86, como Cap Art do 8º GAC/PQDT, RIO/RJ, foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter elaborado e publicado, em revista semanal (*VEJA – Semana 03 Set 86*), sem conhecimento ou autorização de seus superiores, artigo em que tece considerações sobre a fixação de remuneração do pessoal civil e militar da União (Ministério do Exército, 1990).

¹⁸ Vide em <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonaro-fala-em-dar-golpe-desde-os-anos-90>

¹⁹ Vide em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762849-bolsonaro-deixa-ativistas-estarrecidos-e-leva-oab-a-pedir-sua-cassacao.shtml>

Figura 1 – Crítica pública aos salários

Ponto de Vista

O salário está baixo

Capitão Jair Messias Bolsonaro

Há poucos dias a imprensa divulgou o desligamento de dezenas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras por homossexualismo, consumo de drogas e uma suposta falta de vocação para a carreira. Em nome da verdade, é preciso esclarecer que, embora tenham ocorrido efetivamente casos residuais envolvendo a prática do homossexualismo, consumo de drogas e mesmo indisciplina, o motivo de fundo é outro. Mais de 90% das evasões se deram devido à crise financeira que assola a massa dos oficiais e sargentos do Exército brasileiro. Uma crise e uma falta de perspectiva profissional cujos reflexos de desestímulo já atingem a Academia das Agulhas Negras, celeiro histórico da oficialidade da força terrestre — que hoje se encontra ameaçada.

É de conhecimento de todos que o funcionalismo público vem sofrendo muito nos últimos anos. Já no subterfúgio da concessão de semestralidade, a inflação anual referente a 1983 foi dividida: uma parte do reajuste foi concedida em 1.º de janeiro de 1984 e a outra em 1.º de julho do mesmo ano. Esta última data serviu de base da nova referência para os reajustes seguintes. Com isso, a inflação do primeiro semestre de 1984 foi simplesmente considerada absorvida — ou zerada — para os funcionários públicos. Agora, na Nova República, novamente sofremos uma grande perda salarial: a maioria dos trabalhadores, através de lutas sindicais que nos são expressamente proibidas, gozava de adiantamentos, trimestralidade, bônus e outros ganhos que foram incorporados aos salários. Como não tínhamos esse privilégio, perdemos novamente o equivalente a três meses de inflação na época em que ela crescia consideravelmente o poder aquisitivo da população. Curiosamente, a reposição que nos foi negada beneficiou a quase totalidade dos funcionários das empresas estatais.

Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos. Uma rápida passada de olhos na tabela de salários do contingente que inclui de terceiros-sargentos a capitães demonstra, por exemplo, que um capitão com oito a nove anos de permanência no posto recebe — incluindo soldo, quinquênio, habitação militar, indenização de tropa, representação e moradia, descontados o fundo de saúde e a pensão militar — exatos 10.433 cruzados por mês. Um terceiro-sargento, com o mesmo tempo de permanência e os mesmos adicionais, não passa dos 4.134 cruzados. Estes números, aliás, pertencem a um universo salarial cuja mobilidade — ou perspectiva de ascensão profissional e hierárquica — pode ser medida com dois exemplos: um sargento, para atingir a faixa salarial de um aspirante a oficial, deve ter no mínimo 24 anos de serviço. E um aspirante a oficial, para chegar a major, deve necessariamente ter, no mínimo, quinze anos de quartel, contados a partir da data de sua declaração a aspirante.



FOTOGRAFIA: M. M. M.

Descontentes e sem perspectivas, os cadetes estão abandonando a Academia das Agulhas Negras

Esse quadro é a causa sem retoques da AMAN. Eles solicitaram desligamento, foram expulsos, como sugere o noticiário. Afinal, um homem que dedica os melhores anos de sua vida à carreira militar, enfrentando, nos corpos da tropa, um ritmo de trabalho não inferior a 48 horas semanais, com saídas aos sábados, domingos e feriados, incômodas noturnas, marchas, acampamentos e outras atividades típicas da vida dos quartéis não pode simplesmente pensar em patrimônio — como querem muitos — quando pode sequer sonhar em constituir condizantemente uma família.

Nas constantes transferências a que somos submetidos, para os mais distantes pontos do Brasil, sempre estamos sujeitos a aluguel residencial. Com exceção de Brasília, raras são as unidades que oferecem residência a oficiais e sargentos. Como o aluguel, no meu caso, quase nunca é inferior a 5.000 cruzados, um capitão casado se vê diante da seguinte situação: quando planeja seu orçamento familiar, com cerca de 60% do salário comprometido apenas com a moradia, restam-lhe 4.500 cruzados para educação dos filhos, alimentação, transporte, lazer, vestuário, farmácia etc.; é deprimente para um oficial que tem curso superior e, se sempre, vários cursos militares.

Não pleiteio aumento salarial. Reclamo — como fariam meus colegas — um vencimento digno da categoria que meus superiores depositam em mim. Muitos reclamam da não tributação do imposto de renda sobre os vencimentos brutos dos oficiais e sargentos. Ora, se isso ocorresse, falaríamos com a inconcebível circunstância de um aspirante oficial do Exército — homem de elite e cheio de sonhos — ter que sobreviver com menos de 5.000 cruzados mensais. Um salário inferior ao de muitos técnicos e funcionários sem qualificação de muitas estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás.

Torno público este depoimento para que o povo brasileiro saiba a verdade sobre o que está ocorrendo na massa de funcionários preparados para defendê-lo. Corro o risco de minha carreira de devoto militar seriamente ameaçada, a imposição da crise e da falta de perspectiva que enfrentamos é maior. Sou um cidadão brasileiro cumpridor dos seus deveres, patriota e portador de uma excelente folha de serviços. Apesar disso, não consigo sonhar com as necessidades mínimas que uma pessoa do meu nível cultural e social deveria almejar. Amo o Brasil e não sofro de nenhum tipo de vocacional. Brasil acima de tudo.

Jair Messias Bolsonaro é capitão de artilharia do 8.º Grupo de Artilharia de Campanha, pára-quedista, 31 anos, casado e possui três filhos.

Fonte: Ponto de Vista, 1986.

Em 1987, na operação “Beco sem saída”, Jair Bolsonaro foi acusado de planejar um plano para colocação de bombas em unidades militares (figura 2), com o objetivo de pressionar as estruturas de comando por melhores salários. Esse padrão de comportamento, indicando uma insubordinação e o confronto direto com os seus superiores, já mostrava que o ex-militar cultivava comportamentos contra as instituições de que fazia parte. Nesse sentido, como vimos no capítulo 2, com Levitsky e Ziblatt (2021), figuras autoritárias negam, em palavras e ações, as regras do jogo democrático.

risco para ninguém”. O Conselho de Justificação analisou o caso e absolveu o ex-capitão das acusações, por 9X4.

Figura 3 – Croqui do atentado à bomba

De próprio punho
O ministro do Exército
acreditou em Bolsonaro e Fêbio,
mas eles estavam mentando

MILITARES

De próprio punho
O ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fêbio, mas eles estavam mentando

PRIVATAMENTE — Bolsonaro escreveu que, próximo pelo exposto, recebeu a informação de que Bolsonaro estava planejando um atentado contra o general, que se referia ao general Fêbio. Ele cobrou o capitão Leites e o capitão Fialho, afirmando que eles estavam envolvidos no atentado. Bolsonaro afirmou que...

VEJA, 4 DE NOVEMBRO, 1987

Fonte: Revista Veja, 1987.

Assim, percebemos que a trajetória de Jair Bolsonaro no Exército brasileiro, registrada no prontuário de informação nº 394/S/102-A8-CIE (figura 4), apresenta indícios de que o ex-militar tinha uma postura autoritária tanto ao desafiar as normas militares quanto na instigação dos colegas contra generais e instituições tradicionais estabelecidas.

O padrão populista e autoritário também foi identificado na carreira política de Jair Bolsonaro. Para Levitsky; Ziblatt (2021), assim como outras lideranças autoritárias, que costumam criar uma imagem de *outsider* para acusar políticos e seus partidos de corruptos e conspiradores, Jair Bolsonaro, durante toda a sua carreira política, apresentou-se como um antissistema. Porém, os dados do Planalto revelam o contrário: ele sempre ocupou cargos

públicos, começando com o cargo de vereador pelo estado do Rio de Janeiro (1989–1991), Deputado Federal (1991–2018) e Presidente da República (2018–2022)²⁰.

Figura 4 – Punição ao Capitão Bolsonaro

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

SECRETO

20.42.4p.2/96

de 27 JUL 1990 de 19

BRASÍLIA-DF

INFORMAÇÃO N.º 394 S/102-AB-CIE

Data: 27 Jul 90

1. Assunto: CAP R/1 JAIR MESSIAS BOLSONARO

2. Origem: CIE

3. Difusão: Gen Ex JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - MIN CH EMFA

4. Difusão Anterior: --

5. Referência: --

6. Anexo: Cópia nº 1424 do prontuário de JAIR MESSIAS BOLSONARO

SÍNTESE DO PRONTUÁRIO

- Em 02 Set 86, como Cap Art do 89 GAC/PQDT, RIO/RJ, foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por ter elaborado e publicado, em uma revista semanal (VEJA - Semana 03 Set 86), sem conhecimento e autorização de seus superiores, artigo em que tece comentários sobre a política de remuneração do pessoal civil e militar da União ...
- A repórter CASSIA publicou na Revista "VEJA" nº 999, de 28 Out 89, matéria na qual faz alusão a uma chamada operação "Beco Sem Saída", de responsabilidade do então Cap JAIR BOLSONARO, aluno da EsAO. Esta operação estava relacionada com a explosão de bombas em lugares estratégicos.
- Em 18 Nov 87, o Sr Ministro do Exército determinou que o nominado fosse submetido a Conselho de Justificação.
- Em 30 Nov 87, o BRE nº 11/SGEx publica que o nominado seja submetido a Conselho de Justificação "ex-officio".
- Em 30 Nov 87 o Bol Res EsAO exclui o nominado do estado efetivo da escola, permanecendo adido à disposição do Conselho de Justificação.
- Em 29 Dez 87, a jornalista CASSIA MARIA, autora de reportagem denunciando a existência de um complô de capitães que pretendiam explodir bombas em quartéis do exército, afirmou, durante o depoimento no Conselho de Justificação a que responde o nominado, ter recebido

uma ameaça de morte do Cap BOLSONARO, momentos antes de iniciar seu depoimento.

- Em 26 Mar 88, a imprensa publica o nome do Gen Ex SÉRGIO DE ARY PIRES, Min STM, designado relator do processo contra o nominado.
- Em 06 Abr 88, o BRE nº 2/SGEx publica decisão do Sr Min Ex: - "Concordar com o parecer do Conselho de Justificação e considerar o nominado não justificado".
- O STM, no dia 16 Jun 88, reuniu-se para julgar os autos do Conselho de Justificação a que foi submetido o nominado. O Tribunal, ao analisar o mérito dos autos julgou, por maioria de votos (9x4) o nominado não culpado.
- Em 07 Jul 88, o nominado, em reunião com alunos do Curso Inf/EsAO, manifestou sua intenção de continuar pronunciando-se publicamente à respeito de assuntos ligados ao Exército, particularmente sobre vencimentos.

Pretende realizar manifestações com interesses políticos.

- Em 29 Jul 88, lança sua candidatura à Câmara Municipal do RIO DE JANEIRO/RJ pelo PDC. Sua base eleitoral seria o público interno descontente com os vencimentos.
- A partir de Ago 88 desenvolve intensa campanha eleitoral junto ao público interno.
- Eleito vereador PDC/RJ com 11.062 votos nas eleições de 15 Nov 88.
- A partir desta data, na reserva não remunerada, inicia um intenso trabalho como defensor dos interesses da classe militar, sem que para isso, tenha representatividade ou delegação, arguindo, com trapondo e acusando de forma descabida autoridades constituídas nos mais diversos níveis.

TOA PESSOA QUE TOMAR COPIA DESTE DOCUMENTO FICA RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SEU NOME (1988)

SECRETO

Fonte: Ministério do Exército, 1990)

Em 2011, nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, Jair Bolsonaro exaltou o regime Militar de 1964 e tentou escrever histórias alternativas sobre o golpe, atribuindo aos movimentos de esquerda a responsabilidade pelas mortes ocorridas no período. A defesa pública do regime militar feita por Bolsonaro parece sinalizar para outro indicador criado por Levitsky e Ziblatt (2021): o incentivo ou a tolerância à violência. Nesse sentido, é interessante perceber como o ex-deputado tenta reescrever a história da ditadura e como a violência praticada naquele período é justificada por aquilo que defendiam seus adversários.

Em 2016, na sessão que julgou procedente o pedido de impedimento da ex-presidente da República Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro teceu elogios à Ditadura Militar de 1964, às Forças

²⁰ Vide em <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/biografia/biografia>

Armadas e o chefe do DOI–Codi do exército de São Paulo, General Carlos Alberto Ustra, a quem se referiu como “o pavor de Dilma Rousseff”²¹. Nesse contexto, Jair Bolsonaro volta a indicar dois padrões autoritários: o primeiro diz respeito à negação da legitimidade dos oponentes políticos – quando se refere à Dilma–, e o segundo tem relação com incentivo à tolerância à violência, quando exalta um ex–general torturador (Levitsky e Ziblatt,2021).

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro tornou–se Presidente da República após vencer o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad. Durante a campanha, defendeu pautas como a proteção da família e o combate a políticas progressistas, como a de igualdade de gênero, a de cotas, e a da comunidade LGBTQIA+.

A postura populista autoritária de Jair Bolsonaro, que se mostra avessa aos valores progressistas, não ocorre de maneira isolada, mas como parte de um fenômeno maior. Como vimos em Norris e Englehart (2022), as lideranças populistas autoritárias surgem como uma reação conservadora às conquistas de valores pós–materialistas, isto é, a igualdade de gênero, a proteção da comunidade de grupos minoritários e demais políticas liberais. No caso de Jair Bolsonaro, nota–se essas resistências a valores progressistas ao longo de toda a sua carreira política, indicando uma personalidade tipicamente autoritária.

Em 2020, no contexto da Pandemia da Covid –19, Jair Bolsonaro foi atuante na retórica da pandemia como “farsa”. O então Presidente da República criou bordões incompatíveis com aquele período, tais como: “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, tubaína”; ou ainda: “o brasileiro não pega nada. Pula em esgoto, mergulha, e não acontece nada com ele”; e que era preciso “enfrentar o vírus como homem e não como moleque”²².

Em 7 de setembro de 2021, Bolsonaro discursou aos seus apoiadores, afirmando que o sistema eleitoral brasileiro não era confiável, que não cumpriria decisões judiciais exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente pelo Ministro Alexandre de Moraes²³.

(...) Temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos. Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair”

“dizer a esse individuo que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele.

Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha” “qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou”.

²¹<https://www.cartacapital.com.br/politica/estarrecedor-diz-dilma-ao-relembrar-homenagem-de-bolsonaro-ao-torturador-brilhante-ustra/>

²² Segundo o Painel Coronavírus, portal oficial do Ministério da Saúde, 714 mil pessoas morreram por causa do vírus.

²³ Vide em <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>

“Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança” “não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável” (Jair M. Bolsonaro, 2021).

Esse acontecimento foi identificado por Avritzer (2018) como um fenômeno de desinstitucionalização, isto é, quando lideranças políticas buscam deslegitimar as estruturas do regime democrático perante a opinião pública. Nesse mesmo sentido, Levitsky e Ziblatt (2021) enquadram Jair Bolsonaro em outro indicador: tentativa de restrição às liberdades civis e o enfraquecimento do sistema judicial.

Para autoritários potenciais, as instituições judiciárias e policiais representam, assim, tanto um desafio quanto uma oportunidade. Se elas permanecem independentes, têm a capacidade de denunciar e punir abusos governamentais. Este é o trabalho do árbitro, impedir fraudes. Não obstante, se controladas por sectários, essas instituições podem servir aos objetivos do aspirante a ditador, protegendo o governo de investigações e processos criminais que possam levar ao seu afastamento do poder (Levitsky e Ziblatt, 2021, p. 92–93).

Ainda nessa esteira, um aspecto destacado por Levitsky e Ziblatt (2021) é como lideranças autoritárias tentam consolidar o seu poder a partir da desintegração do regime em que foram eleitores. Para os autores, isso ocorre, primeiro, através da captura dos árbitros do jogo democrático (Poder Judiciário); depois com a neutralização dos adversários políticos; e, por fim, com iniciativas de projetos de lei que visam editar as leis eleitorais. Nesse sentido, a Polícia Federal concluiu que o ex-presidente tentou executar um golpe de Estado após a sua derrota nas eleições de 2022. O relatório, divulgado pelo Supremo Tribunal Federal, em 2024, destaca que o plano inclui assassinar o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, mas “o golpe não se concretizou por circunstâncias alheias à sua vontade”²⁴.

Nesta seção, buscamos compreender aspectos da biografia de Jair Bolsonaro, destacando evidências de um padrão populista autoritário, tanto em sua trajetória militar quanto em sua carreira política. A partir da literatura, identificamos que o ex-presidente, líder da extrema direita, impactou a dinâmica política e as instituições democráticas. Além disso, verificamos que após as eleições de 2022 e, apesar da vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tanto as instituições quanto os eleitores brasileiros continuam a refletir os impactos gerados pela primeira experiência populista autoritária na América Latina.

²⁴ Vide em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz1942mn0o>

3 DESCONFIANÇA NO SISTEMA ELEITORAL

No capítulo anterior, inferimos que há uma crise de legitimidade democrática no Brasil há pelo menos uma década, caracterizada fundamentalmente por erosões nas instituições brasileiras. Argumentamos, também, que há uma ascensão de lideranças autoritárias populistas em países ocidentais, que participam de eleições com uma retórica conservadora e antissistema. Para entender esse fenômeno, analisamos a figura de Jair Bolsonaro, líder da extrema direita brasileira e vencedor das eleições de 2018, bem como as consequências de seu êxito eleitoral na dinâmica política–democrática.

Nesta seção, já aprofundando o objeto de estudo, introduzimos a discussão acerca da desconfiança nas eleições. Inicialmente, propomos abordar o tema por meio de duas correntes principais: a institucional – que atribui a confiança dos cidadãos no sistema eleitoral ao funcionamento das instituições democráticas – e a culturalista – que atribui a essa confiança às normas culturais presentes no interior de uma sociedade. Em seguida, analisamos a desconfiança eleitoral nos Estados Unidos, atribuindo à retórica de Donald Trump –que desafia o sistema eleitoral americano – o aumento da desconfiança entre os eleitores, sobretudo entre seus apoiadores. Por fim, nos debruçamos sobre o trajeto da desconfiança eleitoral no Brasil, analisando a sua evolução desde a Primeira República (1889-1930), passando pela Era Vargas (1930-1937), pela primeira experiência democrática (1946-1964), pela Ditadura Militar (1964-1985) e finalizando com a pós-redemocratização (1985-2025).

3.1 Enquadramento Teórico sobre a desconfiança nas eleições

A ascensão de líderes populistas de direita parece ter impactado a cultura política dos cidadãos em nível global²⁵, sinalizando uma influência nas atitudes, valores e crenças políticas interpessoais e institucionais dos cidadãos no regime democrático (Norris e Inglehart, 2019). Nos Estados Unidos, a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, indica uma reação de grupos de extrema-direita ao avanço cultural promovido pelos regimes democráticos (Norris e Inglehart, 2019). Na Europa, a crise que desencadeou o referendo do *Brexit* é atribuída, em grande medida, às atitudes das elites políticas (Bartels, 2023). Na América Latina, Javier Milei, do Partido

²⁵ Para Norris e Inglehart (2019), o fenômeno populista se refere a uma forma de comunicação retórica que afirma dois elementos principais: primeiro, a autoridade legítima do regime democrático emana do povo e não das elites e das instituições estabelecidas; segundo, as elites e as instituições estabelecidas não merecem a confiança do povo porque são corruptas e agem em benefício próprio.

Libertário,²⁶ e Jair Bolsonaro, do partido Liberal, contestaram os resultados das eleições em 2018/2022 e 2023, respectivamente.

No Brasil, as invasões ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 08 de janeiro de 2023 sugerem um crescente movimento de grupos da chamada “nova direita” brasileira (Cepêda, 2018; Chaloub e Perlatto, 2016), influenciando aspectos da cultura política no país. Neste trabalho, abordamos uma dimensão importante dessa crise no regime democrático: a desconfiança no sistema eleitoral.

Moisés (2005c, p. 12), a partir de uma abordagem institucional, sugere que confiança política “designa segurança de procedimento ou crença em outros com quem interajo e convivo”²⁷. Mas essa dimensão fundamental da qual depende o regime democrático não é automática, sendo, na verdade, uma via de mão dupla. Nas palavras de Moisés (2005c, p. 16), “a confiança política dos cidadãos não é, portanto, cega ou automática, mas depende das instituições estarem estruturadas para permitir que eles conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos – fins aceitos e desejados pelos cidadãos”.

Assim, as regras democráticas, como a confiança de que o sistema eleitoral é idôneo, geram expectativas nos eleitores de que os votos das urnas serão computados e, ao final do sufrágio universal, o candidato vencedor será eleito. Isto é, ainda nas palavras de Moisés (2005c, p.16) “confiança política dos cidadãos depende da coerência das instituições a respeito de sua justificação normativa, e é o repertório de significações resultante de seu funcionamento que determina a medida dessa confiança, que pode ou não se estender aos seus responsáveis, conforme seu comportamento seja compatível com aqueles objetivos”.

Para Moisés (2005c), a confiança dos cidadãos depende da sua experiência com as instituições e com os atores políticos. Isso parece indicar um problema importante para os chamados países da terceira onda de democratização (Huntington, 1994), onde ainda não houve tempo para a consolidação das regras e dos valores democráticos.

Apesar disso, a queda da confiança nas instituições, sobretudo das instituições políticas, não é uma peculiaridade da América Latina. Moisés (2005c) aponta que esse fenômeno acomete vários países, inclusive países com democracias consolidadas, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Suécia e Canadá.

²⁶ *Vide* <https://www.cartacapital.com.br/mundo/sem-provas-milei-segue-Jair-Bolsonaro-e-alega-fraude-em-eleicao-na-argentina/>.

²⁷ A título de esclarecimento, entendemos “desconfiança nas eleições” como um conceito de amplo espectro, que inclui as reivindicações ao voto impresso, afirmações de fraude nas urnas eletrônicas e na contagem de votos, manipulação do sistema eleitoral por partidos políticos, obsolescência das urnas eletrônicas, imparcialidade do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), impossibilidade de auditamento das urnas eletrônicas e alegações de que as eleições não são limpas ou transparentes.

Para Newton; Norris (2018) e Norris (1999), essa leitura da conjuntura mundial deve ser interpretada com ressalvas. Isso porque parte expressiva da população insatisfeita com as instituições democráticas não deixa de apoiá-las e tão pouco de participar de eleições periódicas. A autora sugere que o crescimento da desconfiança em instituições e em atores políticos se deve ao aumento do número de “cidadãos críticos” e de “democratas insatisfeitos” (Norris, 1999).

Esses cidadãos têm baixa confiança nas instituições democráticas tradicionais, mas não representam ameaças, porque isso não significa que rejeitem o regime democrático em si. Pelo contrário, eles preferem o regime democrático como forma de governo a outros regimes autoritários. O ponto central é que a experiência do “cidadão crítico” com as instituições os torna mais exigentes com o funcionamento do regime.

Ademais, Norris (2011) defende que o declínio do apoio às instituições e dos atores políticos deve ser pensado a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando fatores como a confiança nas instituições, a defesa aos princípios, as avaliações de desempenho, o apoio aos valores democráticos e o orgulho da nacionalidade. O argumento central de Norris (2022) é que o declínio da confiança não é uniforme, mas depende da cultura política de cada região. Em países com maior tradição democrática, os valores são mais consolidados, enquanto em países com democracias incipientes, os valores são mais voláteis e suscetíveis a crises políticas.

Nesse cenário, estudos recentes apontam que houve um aumento substancial de eleições contenciosas nas últimas décadas, consolidando uma sensação de fraude, desconfiança e intolerância entre os eleitores e desencadeando protestos massivos e violentos antes e depois dos pleitos (Norris, 2015). Como consequência, as eleições contenciosas minaram a consolidação democrática, agravaram as tensões sociais, afetaram a legitimidade das instituições e reduziram a percepção da integridade eleitoral (Norris, 2015). Esses eventos ocorreram não apenas em países emergentes, como também em democracias consolidadas, como nos casos das eleições no Quênia (2007) e nas eleições americanas de (2000).

Tanto em Moisés (2005c), quanto em Norris (1999;2011), a abordagem institucional sugere que a confiança política está relacionada com os procedimentos institucionais, às normas, às regras do jogo democráticos e, sobretudo, com a experiência institucional proporcionada aos cidadãos.

Outra abordagem ao tema da confiança política é formulada a partir da teoria culturalista²⁸. Para Almond e Verba (1989), a confiança nas instituições políticas depende das normas culturais presentes no interior de uma sociedade. Nessa esteira, a confiança política é uma dimensão da confiança interpessoal. Os autores argumentam que a participação política pode ocorrer a partir de duas culturas políticas: a “cultura cidadã” e a “cultura submissa”.

Pensando nisso, a “cultura cidadã” está diretamente relacionada com a participação política, já que os cidadãos ativos em atividades não relacionadas com assuntos políticos tendem – de forma mais engajada– a participar de assuntos políticos. Nesse sentido, entre os menos escolarizados e os mais pobres, esse nível de participação é baixa, o que acaba por reduzir as duas influências nas decisões políticas.

Por outro lado, a “cultura submissa” caracteriza-se pela aceitação passiva do sistema político, seja pela não participação, seja pela inexistência de comunicação de suas demandas. Almond e Verba (1986) sugerem que, países marcados pela cultura submissa, há uma tendência maior de os cidadãos em confiarem nos governantes e aceitarem regimes autoritários. Em contrapartida, em países em que predomina a cultura cidadã, os cidadãos demandam direitos das elites políticas e exercem maior controle sobre as suas ações.

Para Lagos (2000), em “A Máscara Sorridente da América Latina”, fatores históricos, como o colonialismo espanhol e português, a grande concentração de renda – com a prevalência da pobreza– e as experiências autoritárias, fizeram da América Latina uma região com baixo nível de confiança interpessoal e institucional. A autora sugere, portanto, que a discussão sobre a confiança política na América Latina não pode ser explicada apenas por abordagens institucionais e econômicas. Isso porque fatores culturais e sociais influenciam de forma direta a capacidade dos cidadãos de acreditarem nas instituições.

Conforme identificou Lagos (2000), a democracia na América Latina é uma “máscara sorridente”, pois as democracias latino-americanas não possuem princípios elementares de um regime democrático consolidado. Nesse contexto, as pessoas aprendem a “sobreviver através do silêncio, desconsiderando instituições e práticas autoritárias” (Lagos, 2000, p. 3). Ao analisar a confiança interpessoal, a honestidade entre os cidadãos próximos e o quanto as pessoas acreditam

²⁸ Pensando nisso, a presente dissertação de mestrado se ancora no modelo culturalista, segundo o qual a desconfiança no sistema eleitoral tem como fator predominante a socialização política: valores, comportamento, moralidade cívica, entre outros. Nesse sentido, propomos, grosso modo, analisar uma das dimensões da confiança política: a retórica que desafia o sistema eleitoral e seus impactos na confiança das eleições.

nas leis do seu país, Lagos (2000) observou uma herança comum entre os latinos-americanos: eles não possuem confiança interpessoal, desconfiam uns dos outros e não são obedientes às leis.

O contraste com democracias consolidadas, como a Suécia, é enorme. Ali, segundo os dados do World Values Survey de 1990, 60% das pessoas confiam em outras; no Canadá, o dado comparativo é 50%. Esses dados dão indicação das dificuldades relativas à cultura cívica na América Latina (Lagos, 2000, p. 5)

Nesse sentido, a autora sugere que “a ausência de confiança interpessoal é o cerne do problema da baixa confiança em instituições (outro achado deste e de outros surveys). Se nem as pessoas podem ser confiáveis, como podem ser as instituições?” (Lagos, 2000, p. 6).

Utilizando os conceitos de Almond e Verba (1986), a autora infere que, na América Latina, a cultura submissa prevalece em relação a cultura cidadã.

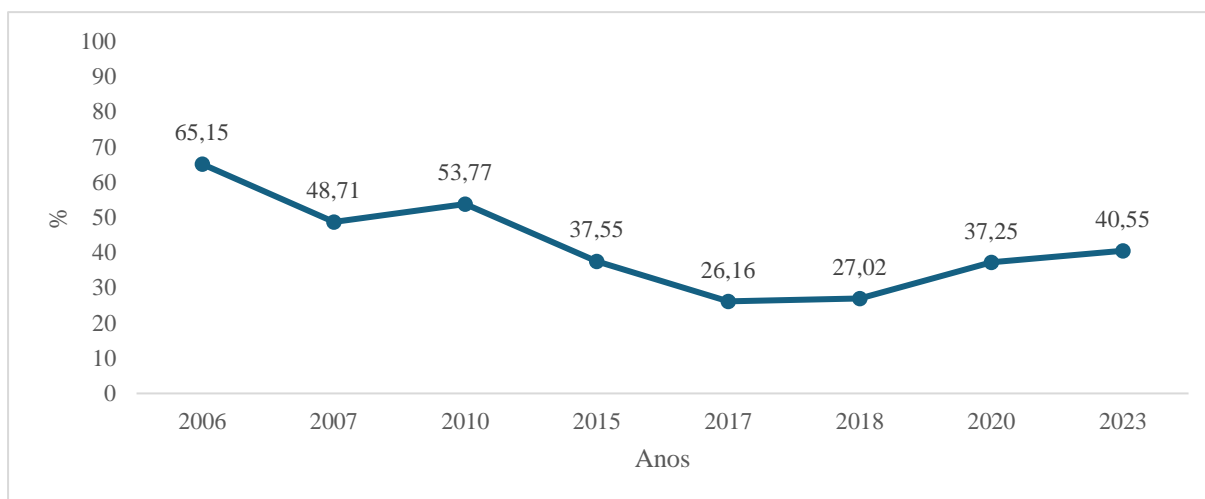
Com exceção do impacto do voto, os latino-americanos são relativamente improváveis de pensar que podem influenciar o resultado dos acontecimentos através do envolvimento no processo político. Muitas pessoas não dizem o que realmente pensam sobre política; muitos acreditam que a tendência política que apoiam tem menos chance que outras de ganhar o poder (efetividade interna). Finalmente, muitos acreditam que os políticos não estão oferecendo soluções para os problemas do país (efetividade externa) (Lagos, p. 8).

Apesar desses dados desabonadores sobre os países latino – americanos, há uma tendência de preferência pela democracia em relação regimes autoritários. Porém, essa preferência não signifique que os cidadãos estejam satisfeitos com o funcionamento das instituições.

Mas em que medida a confiança política importa para o regime democrático? A consolidação do regime democrático é uma das dimensões fundamentais para que o regime se consolide. Não é possível, pois, pensar em democracias duradouras sem entender como a confiança política é impactada no interior de uma sociedade. Neste trabalho, a nossa humilde contribuição é no sentido de entender como o caráter autoritário da retórica bolsonarista pode impactar – a médio e a longo prazo – a confiança dos seus eleitores no sistema eleitoral.

Nesse mesmo sentido, a série histórica do LAPOP (2018–19) indica que o índice de desconfiança nas eleições brasileiras é o mais alto da última década. No gráfico abaixo, observa-se uma transição acentuada de índices de confiança nas eleições. De 2006 a 2010, os eleitores brasileiros mantinham índices elevados de confiança. Entre 2010 e 2018, porém, a desconfiança no sistema eleitoral sofreu uma queda bastante relevante, sinalizando haver fatores determinantes, notadamente relacionados às manifestações de junho de 2013, as eleições

Gráfico 3 – Confiança nas eleições (Barômetro das Américas)



Fonte: produzido pelo autor com base no banco de dados do Barômetro das Américas (2006/2023).

presidenciais de 2014 – a segunda mais disputada após a redemocratização –, o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), as eleições presidenciais de 2018 – com a vitória inesperada de Jair Bolsonaro, principal interlocutor de discursos políticos que desafiam o sistema eleitoral.

Como vimos, a desconfiança nas eleições é um fenômeno estudado pela ciência política por meio de várias abordagens. Nesta seção, procuramos apresentar duas posições: a institucional e a culturalista. A primeira aborda o tema da desconfiança a partir das experiências dos cidadãos com o arranjo institucional (normas, procedimentos e regras do jogo democrático), destacando que, quanto mais coerente o funcionamento das instituições democráticas, maior será a confiança dos cidadãos. A segunda, culturalista, defende que a desconfiança no sistema eleitoral – assim como nas demais instituições – depende de normas culturais presentes no interior de uma sociedade, como a “cultura submissa” e a “cultura cidadã”. Na América Latina, em particular, fatores históricos, como o colonialismo espanhol e português, a grande concentração de renda – com a prevalência da pobreza – e as experiências autoritárias influenciaram diretamente no baixo nível de confiança interpessoal e, por via de consequência, e institucional.

3.1.1 Desconfiança eleitoral nos Estados Unidos da América

A hipótese de que a retórica bolsonarista contribuiu para a erosão da confiança no sistema eleitoral brasileiro não é nova. Ainda que seja cedo para estabelecer um nexo de causalidade, estudos confirmam que a retórica das elites políticas que questiona a integridade das eleições afeta a confiança dos eleitores no sistema eleitoral e aumenta a crença de que as eleições são fraudadas, especialmente entre seus apoiadores (Clayton et al., 2021).

Nos Estados Unidos da América, a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 e de 2025 parece sinalizar para uma resposta de gerações conservadoras aos avanços daquilo que Pippa Norris e Englehart (2022) chamaram de teoria da revolução silenciosa. Para os autores, a ascensão de valores pós-materialistas – liberais e plurais – nos países ocidentais, como a preservação do meio ambiente, a criação e proteção de direitos às minorias, a liberdade sexual, defendidos pelas gerações mais novas, sofreu uma reação de grupos autoritários e conservados formados por gerações nascidas após a Segunda Guerra Mundial. É, pois, nesses grupos – que se sentem marginalizados pela revolução silenciosa – que a retórica de Trump encontra adeptos.

A teoria pós-materialista, no entanto, não previu que a ascensão de líderes autoritários, como Donald Trump, aglutinaria os grupos conservadores que reagiria aos avanços de valores pós-materialistas com outros grupos afetados pela crise econômica, puxada pela estagnação de salários, falta de emprego, crise de imigração e concentração de renda em certos grupos sociais (Norris e Englehart, 2022). Nesse cenário, a desconfiança nas instituições democráticas, impulsionadas pelas experiências negativas dos americanos, foi utilizada por Trump para descredibilizar as estruturas políticas tradicionais e avançar com a retórica que desafia o sistema eleitoral.

O estudo de Clayton et al., (2021) que analisou a retórica de Donald Trump questionando o sistema eleitoral americano concluiu, entre outras coisas, que a exposição contínua a essas declarações mina a aceitação dos resultados eleitorais e corrói a confiança nas instituições democráticas em geral, tornando o público insensível a comportamento antidemocrático. É como se a retórica inviabilizasse a aceitação dos resultados eleitorais, principalmente entre os “perdedores”, já que esse grupo passa a ignorar a legitimidade das regras do jogo democrático (Clayton et al., 2021).

Nessa mesma linha de pesquisa, Hall e Druckman (2023) demonstraram que a exposição a retóricas que violam as normas eleitorais tem efeitos diferentes entre aqueles que apoiam e os que não apoiam Trump. Nos primeiros, a retórica aumenta a desconfiança, bem como reforça a ideia de que há fraudes no sistema eleitoral americano; nos segundos, os discurso de Trump apenas fortalecem o apoio dessa grupo ao Estado de direito e ao princípio de que o Presidente não está acima da lei (Hall e Druckman, 2023).

Interessante notar, ainda, segundo Hall e Druckman (2023), que a retórica de Trump que desafia o sistema eleitoral não afeta a adesão ao regime democrático – como sistema preferido dos cidadãos, mas torna suscetível outros princípios norteadores do regime, como a igualdade e a inclusão política. O impacto direto ao regime democrático não ocorre porque a retórica não é

direcionada, isto é, tem um foco específico na contestação dos procedimentos eleitorais, na inclusão e na igualdade política (Hall; Druckman, 2023)²⁹.

Norris e Englehart (2022) sugerem que o desenho das instituições políticas americanas contribuiu para a vitória eleitoral de Donald Trump em 2016 – e, nós complementaríamos, também em 2025–, na medida em que o voto nos Estados Unidos não é parte obrigatória do sistema eleitoral. Nesse sentido, os grupos contrários à abertura de direitos pós-materialistas estariam mais inclinados a participarem do sufrágio universal em comparação ao grupo mais jovem e que aderiu à abertura.

Diante disso, parece que esses estudos preliminares corroboram com a nossa hipótese inicial, ao demonstrarem que a retórica das elites políticas molda as atitudes dos cidadãos que os apoiam, afetando a percepção destes em relação às normas e princípios do regime democrático, especialmente os procedimentos do sistema eleitoral.

3.1.2 A desconfiança nas eleições brasileiras

A desconfiança eleitoral no Brasil não é um fenômeno recente. Na Primeira República (1889–1930), o sistema coronelista contribuiu para que o processo eleitoral fosse protagonizado por esquemas de fraude operados, sobretudo, no âmbito Municipal (Leal, 1975; Ricci; Zulini, 2014). Na Era Vargas (1930–1937) a aprovação do Código Eleitoral de 1932 representou um grande avanço para as eleições no Brasil (Nicolau, 2012), porém, esses avanços não impediram que “autoritarismos competitivos” (Ricci, 2019) mantivesse a forma pela qual os eleitores eram levados a votar. Na transição para a primeira experiência democrática no Brasil (1945–1964), a tentativa Getúlio Vargas de instituir um novo Código Eleitoral, que beneficiasse o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Gomes, 2005; Souza, 1990), aliado ao controle do voto pelas elites políticas (Limongi, 2015), parece representar uma continuidade da desconfiança nos procedimentos eleitorais. No golpe operado pelo Regime Militar (1964–1985), a manutenção do sistema eleitoral – pensada sobretudo para corroborar a farsa da preservação da democracia – teve como objetivo o controle das instituições e a perseguição aos opositores políticos, a partir da cassação de mandatos, da extinção do sistema pluripartidário e, no limite, no fechamento do Congresso Nacional (Fleischer, 1994; Lamounier, 1988). Após a redemocratização, a temática acerca da desconfiança no sistema eleitoral, foi mantida na pauta, tendo como principal porta voz um político de extrema direita, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

²⁹ No Brasil, essas pesquisas não foram desenvolvidas de forma objetiva, porquanto os estudos sobre a desconfiança nas eleições estão inseridos em análises mais amplas sobre a adesão ao regime democrático e à qualidade da democracia.

O ceticismo existente na literatura acerca da idoneidade das eleições na República Velha não ocorre sem fundamentos. Leal (1975) argumenta que nesse período a dinâmica do processo eleitoral ocorria, exclusivamente, entre os proprietários de terra – que “detinham” os votos no âmbito Municipal – e o poder público, que dependiam desses votos para a sua manutenção em cargos representativos. Nesse contexto de estrutura agrária, os trabalhadores rurais sofriam influência direta dos grandes proprietários de terra, sobretudo devido a dependência econômica e à coação exercida para que houvesse um alinhamento dos eleitores às preferências políticas dos coronéis. Dessa forma, os pleitos eleitorais ocorriam sem que houvesse “real competição” entre os candidatos, em que os ganhadores eram aqueles que detinham força política local com os coronéis, constituindo uma verdadeira “farsa”, conforme demonstrado em contestações formais (Ricci; Zulini, 2014).

Apesar da criação do Código Eleitoral de 1932 – que instituiu o sistema proporcional, o voto secreto, o voto feminino, a justiça eleitoral – representar um avanço para as eleições no Brasil (Nicolau, 2012), é importante considerar que esses avanços não representaram a eliminação das fraudes. Uma leitura mais crítica daquele período revela que as fraudes eleitorais continuaram a se adaptar e a ocorrer, especialmente no alistamento dos eleitores, nas formalidades burocráticas, na apuração parcial e na violação do sigilo dos votos, fato demonstrado pela literatura através da análise de denúncias formais nas eleições de 1933 e 1934 (Ricci, 2019).

Nesse novo período, intitulado de “autoritarismo competitivo”, as fraudes ocorriam no interior de um espaço de liberalização política, no qual o sistema proporcional permitia que os partidos do governo e de oposição manuseassem novas formas de levarem os eleitores a votar, assim como ocorria no regime oligárquico competitivo da Primeira República (Ricci, 2019). Assim, partidos que conseguiam manejar o processo de alistamento, a fabricação das cédulas eleitorais, as intervenções na justiça eleitoral, isto é, a arena onde o processo eleitoral ocorria, lograva êxito nos pleitos (Ricci, 2022), sem que mudanças importantes ocorressem em relação a como o eleitorado – enganado e coagido – era levado a votar.

Na transição para a primeira experiência democrática do Brasil (1945), parece, embora as massas de trabalhadores e de partidos representativos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista (PC), tivessem protagonismo na participação política (Gomes, 2005), não parece ter havido uma ruptura importante com períodos anteriores. De fato, os governistas atuaram para intervir em bases municipais eleitorais, nos sindicatos urbanos de trabalhadores, além de tentar manipular a organização e a legislação das eleições que ocorreriam em 1945 (Souza, 1990). O Estado Novo varguista, por exemplo, sempre teve um “plano B” que

visava a permanência de Getúlio Vargas na cadeira presidencial (Gomes, 2005), controlando a máquina sindical previdenciária e, a partir da lei Agamenon, o alistamento *ex-officio* (Gomes, 2005; Souza, 1990). Conforme explica Limongi (2015), a transição para o regime democrático decorreu de uma “cisão no interior da elite política” e não do resultado de lutas sociais, mostrando que as práticas de corrupção contida nos alistamentos, nos transportes ou nas coações feitas ao eleitorado continuaram.

Após 1951, com o retorno de Vargas ao poder, somado à atuação dos meios de comunicação e da influência da Guerra Fria, o cenário político se alterou, levando o Presidente eleito a tirar a própria vida, em 1954 (Dantas, 2014).

O Golpe Militar de 31 de março de 1964, manobrado sob o pretexto de proteger a democracia no Brasil, parece ter consolidado – e aprofundado – um fenômeno já conhecido da história política brasileira: a subversão das práticas e dos procedimentos eleitorais. Após o golpe contra o governo de João Goulart (1961–1964), os militares consideraram duas alternativas: (1) permanência dos militares no poder para reformular o sistema político e econômico do país; ou (2) a execução de algumas reformas no sistema político para devolver o poder aos civis em 1966, após as eleições de 1965 (Fleischer, 1994).

Nenhuma alternativa foi, de fato, seguida, já que a edição do AI-1, atribuindo poder político supremo aos militares e limitando o período de cassação em dois meses, revelou-se como uma das muitas medidas que subverteram o processo eleitoral. Primeiramente, foram editadas legislações prevendo regras de elegibilidades, tais como a obrigatoriedade de apresentação de certidões criminais negativas e de imposto de renda, o que limitou a participação política dos opositores do regime (Fleischer, 1994). A emenda constitucional nº 9 estabeleceu a prorrogou o mandato de Castelo Branco até 1967, marcando as eleições presidenciais para períodos posteriores.

Com o AI-2, os militares extinguiram o pluripartidarismo, cassaram parlamentares da oposição e, a partir do ato complementar nº 4, criaram o sistema bipartidário, limitando a participação partidária ao Arena (partido militar) e ao MDB (partido de oposição) (Fleischer, 1994). O AI-3, instituído em 1966, o fixou eleições indiretas para governadores e prefeitos de capitais, pensando em frear o êxito da oposição. O AI-4, convocou o Congresso Nacional para a aprovação da Constituição de 1967, com mudanças importantes, como a nomeação de prefeitos, eleições indiretas para presidente, redução de bancadas no Estados, para falar de alguns (Fleischer, 1994). Em 1968, o AI-5 tornou possível o fechamento do Congresso Nacional, a supressão dos direitos políticos, o afastamento do Poder Judiciário dos atos de cassação e

suspensão e o cancelamento das eleições, representando o ato mais autoritário do regime (Fleischer, 1994)³⁰.

Esse breve recorte histórico não tem fim após a redemocratização do país. A temática acerca da desconfiança no sistema eleitoral continua relevante mesmo após alguns avanços democráticos. Em 2014, a negação dos resultados eleitorais, pelo candidato vencido, Aécio Neves, e pelo seu partido, PSDB, parece ter contribuído para o aumento da polarização política e para a descrença no sistema eleitoral. No ano seguinte, 2015, a proposta de voto impresso, pensada originalmente pelo deputado Jair Bolsonaro, gerou grandes controvérsias. Naquela data, o projeto foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, mas sancionado com o veto do Congresso Nacional e tido como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Em 2018, as sucessivas declarações de Jair Bolsonaro defendendo uma perspectiva de vitória no primeiro turno (Nicolau, 2020; Nobre, 2022) e o não reconhecimento de sua derrota para o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2022, parece ter sido o ataque mais direto ao sistema eleitoral e às instituições democráticas no Brasil.

Considerando essas implicações, defendemos que é ainda mais fundamental desenvolver uma análise aprofundada sobre a retórica de Jair Bolsonaro e sua influência na confiança do sistema eleitoral, sobretudo à luz de um contexto político marcado por denúncias de fraudes nas eleições, como mostra ser o caso brasileiro.

3.2 Desconfiança eleitoral pós-redemocratização

Parece haver uma continuidade – e não um novo paradigma – em torno da desconfiança nas eleições brasileiras. E no centro dessa continuidade de eventos estão as elites políticas e seus partidos. Isso porque no Brasil, a renovação da discussão acerca da contestação aos procedimentos eleitorais ocorre de forma latente em 2014, no pleito presidencial entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (Braga; Casalecchi, 2016; Braga; Zolnerkevic, 2020).

Especificamente, essa discussão passa a tomar centralidade no debate público nacional a partir dos discursos do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Diferente do PSDB, que protagonizou um episódio isolado de acusações de fraudes associadas às eleições, parece que

³⁰ Apesar das limitações, a manutenção das eleições pelo Militares – pensada para criar a ilusão de continuidade democrática – foi fundamental para um processo de liberalização política. Isso porque o sistema eleitoral, inicialmente estanque e autoritário, foi gradualmente sendo moldado pelos movimentos sociais e pelas articulações do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), principalmente nas eleições legislativas, desaguando no êxito de Tancredo Neves em 1985 e consequente transição para o regime democrático (Fleischer, 1994; Lamounier, 1988).

o ex-presidente Bolsonaro, de forma consciente e reiterada, se tornou uma figura central nos ataques feitos ao sistema eleitoral brasileiro.

A retórica utilizada pelas elites políticas, como já demonstrado pela literatura internacional, afeta a aceitação dos eleitores em relação aos resultados das eleições (Clayton et al., 2021). Isso ocorre porque a retórica dessas elites gera nos eleitores a percepção de que os procedimentos eleitorais são fraudados, sobretudo entre seus apoiadores (Clayton et al., 2021).

Nessa esteira, o Monitor de Debate Político no Meio Digital, da Escola de Artes Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgou, em 2023, uma pesquisa indicando que o ex-Presidente Jair Bolsonaro concentrou muitos ataques ao processo eleitoral brasileiro. Na pesquisa, os dados apontam que Jair Bolsonaro repetiu cerca de 80 vezes que *“a urna não é segura”*, 57 vezes que *“a urna eletrônica não é auditável”* e 22 vezes que *“só o Brasil utiliza urna eletrônica, ela é desatualizada”*.

Assim, a preocupação com a desconfiança nas eleições remonta às eleições de 2018. Porém, antes de adentrar à discussão, discutimos, ainda no campo da cultura política, fatores contextuais que pensamos corroborar a retórica de Jair Bolsonaro que desafia a confiança nas eleições. Dentre esses fatores, analisaremos o conceito de “guerra cultural” e “polarização afetiva”, dois fenômenos políticos incipientes no Brasil, mas já estudados pela literatura internacional estadunidense.

4 OS DISCURSOS QUE DESAFIAM O SISTEMA ELEITORAL

Na seção anterior, desenvolvemos o enquadramento teórico sobre o fenômeno da desconfiança nas eleições a partir de duas correntes: a institucional e a culturalista. Inferimos que, nos Estados Unidos da América, há um crescimento da desconfiança no sistema eleitoral, impulsionado, sobretudo, pela retórica de Donald Trump, que desafia o sistema eleitoral americano. Além disso, analisamos a desconfiança eleitoral no Brasil, desde a Primeira República até a Pós- Redemocratização, destacando que o país esteve envolvido em vários escândalos relacionados às práticas anti-democráticas no sistema eleitoral.

Neste capítulo, analisamos como os discursos presidenciais influenciam a opinião pública e estabelecem prioridades temáticas ao longo do governo. Ademais, apresentamos e analisamos os discursos de Donald Trump, que desafiam o sistema eleitoral americano, destacando o seu caráter populista e autoritário. Em seguida, nos debruçamos sobre as declarações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, por meio das mídias sociais, diretamente aos seus apoiadores e em

comícios de apoio ao seu governo, enfatizando padrões discursivos nos ataques ao sistema eleitoral brasileiro.

4.1 Retórica Presidencial e agenda pública

A retórica dos presidentes contribui para criação de agendas públicas. Essa é, grosso modo, a tese defendida no clássico trabalho de Cohen, "Presidential Rhetoric and the Public Agenda", de 1995. Para o autor, os discursos presidenciais influenciam a opinião pública e estabelecem prioridades temáticas ao longo da administração do governo. Através de sua pesquisa, Cohen (1995) constatou que a atenção dada pelos presidentes a alguns temas, como os discursos do Estado da União, aumentava a preocupação da opinião pública a esse respeito. Nessa mesma linha de argumentação, a continuidade da narrativa de Jair Bolsonaro, após o êxito eleitoral em 2018, pode ter contribuído para o agravamento da desconfiança no sistema eleitoral brasileiro.

Cohen (1995) destaca que a retórica presidencial não é estanque ao longo do mandato: no início, temas populares tem mais adesão da opinião pública, ao passo que questões mais complexas e técnicas encontram mais espaço nos anos finais.

Ademais, fatores como a cobertura da mídia e a popularidade do presidente atuam como importantes fatores contextuais na criação de agendas públicas. A mídia atua como um importante meio de amplificação dos discursos presidenciais, enquanto a popularidade presidencial impacta diretamente essa capacidade de influenciar. Em particular, a queda da popularidade, principalmente nos anos finais do mandato presidencial, diminui significativamente a capacidade do presidente em criar agendas públicas.

A pesquisa de Cohen (1995) foi fundamentada na análise de discursos oficiais dos presidentes dos Estados Unidos, em que se identificou padrões entre temas abordados nos discursos presidenciais e alterações na percepção da opinião pública.

Druckman e Holmes (2004), ao estudarem o impacto dos discursos presidenciais, descobriram que esses discursos são fundamentais para moldar a opinião pública, contribuindo diretamente para uma boa avaliação do presidente.

Os autores argumentam que, ao enfatizar determinados temas da agenda política, o presidente capta a atenção da opinião pública, o que, por sua vez, gera influência sobre seus índices de aprovação. Esse recurso, chamado de *priming speech*, consiste na utilização de discursos políticos para enfatizar temas positivos da agenda e, assim, gerar uma percepção favorável da administração presidencial. Além disso, há ainda o *priming* de imagem, que é

quando o presidente enfatiza características pessoais em seus discursos, como capacidade de liderança e integridade.

Note-se que os autores diferenciam *priming* da persuasão. Enquanto o *priming* envolve alterar os critérios utilizados pelo público para a avaliação geral do presidente, a persuasão tem relação com a mudança de opinião do eleitor acerca de um tema específico, como, por exemplo, se o presidente está manejando bem a economia.

Para fundamentar esse argumento, Druckman e Holmes (2004) analisaram os impactos gerados pelos discursos de George W. Bush em 2002. Por meio de um experimento controlado e com dados nacionais, eles mostraram que o discurso presidencial pode influenciar em sua aprovação, especialmente quando ele enfatiza temas favoráveis à sua administração, como segurança e terrorismo, ao mesmo tempo que minimizam a atenção para temas desfavoráveis, como economia. Naquele contexto, Bush utilizou 49% do tempo de seus discursos para tratar sobre terrorismo e segurança nacional, 10% para a economia e 41% para demais questões, evidenciando uma estratégia clara de uso de *priming*.

Apesar dessas pesquisas terem sido realizadas no contexto das eleições americanas, identificamos um paralelo com a retórica de Jair Bolsonaro no Brasil. Isso porque mesmo após o êxito eleitoral em 2018, não há qualquer recuo em relação à retórica sobre a existência de “fraude nas eleições brasileiras”. A manutenção dessa retórica pode ser observada em uma fala do ex-presidente em 2022.

*[...] eu acredito que pelas provas que tenho nas minhas mãos, que vou mostrar brevemente [...] eu fui eleito em primeiro turno, mas no meu entender houve fraude, tá? E nós temos não apenas uma palavra, nós temos comprovado, brevemente eu quero mostrar, porque nós precisamos de aprovar no Brasil um sistema seguro de apuração de votos. Caso contrário, passível de manipulação e de fraude. Então eu acredito até que elegi [em primeiro turno] porque tive muito mais votos no segundo turno do que se poderia esperar e ficaria bastante complicado uma fraude naquele momento.*³¹ (Bolsonaro, Jair. 09/03/2020).

Isso sugere que os mecanismos abordados por Cohen (1995) e Druckman e Holmes (2004) podem ter sido operacionalizados por Jair Bolsonaro, de forma consciente ou não, para influenciar a população enquanto era Presidente da República, incentivando ainda mais a desconfiança.

4.2 Discursos antidemocráticos: análise comparada

A construção de uma retórica política de extrema-direita que antagoniza com os avanços do regime democrático não é uma peculiaridade latino-americana (Kestler, 2022). Trata-se de

³¹ Vide https://www.youtube.com/watch?v=vJmfdajJn_o

um fenômeno político global, com base no populismo e no autoritarismo, presentes na Europa, com o *Brexit*, e nos Estados Unidos, com Donald Trump (Norris e Inglehart, 2019).

Os recentes populistas da extrema-direita radical da América Latina, como Javier Milei, Guido Manini Ríos e José António Kast, entre outros, compartilham características semelhantes com lideranças da direita radical europeia e americana, incluindo estratégia de campanha, posicionamento político e temas de agenda (Kestler, 2022).

Nos EUA, o surgimento de Donald Trump, nas eleições de 2016, ocorre como uma resposta do eleitorado americano para, em primeiro lugar, a crise econômica, puxada pela estagnação de salários, falta de emprego e concentração de renda em certos grupos sociais; e, em segundo lugar, como reação ao avanço cultural promovido pelos regimes democráticos, que incluem a igualdade de gênero, preservação do meio ambiente, erradicação de todas as formas de preconceito, política de imigração, entre outros (Norris; Inglehart, 2019). Para Donovan e Redlawsk (2018), Trump soube operacionalizar um debate que uniu ressentimento racial e sentimento anti-imigração, assim como ocorreu na Europa.

Na América Latina, o populista de extrema – direita Jair Bolsonaro conseguiu estabelecer uma identificação com o eleitorado a partir, de um lado, da defesa de valores tradicionais, como a família, a religião e o enaltecimento do nacionalismo e do patriotismo e, de outro lado, através da negação aos ideais progressistas relacionados a raça, gênero e sexualidade, de maneira a criar uma divisão entre “o bem e o mal” (Tamaki e Fuks, 2020)³².

Em ambos os contextos, parece que os líderes populistas buscaram identificação com os eleitores por meio de retóricas que enfatizem o “nós (povo) contra eles (elite)”, sem abandonar questões nacionalistas, identitárias e valores tradicionais (Tamaki e Fuks, 2020).

Nesse sentido, uma das principais pautas políticas mobilizadas pelo fenômeno populista nacional e internacional parece ser antagonizar com as instituições democráticas, mais especificamente descredibilizar os procedimentos eleitorais.

A partir de uma análise comparada, é possível observar que nos Estados Unidos o candidato do Partido Republicano, Donald Trump, utilizando o mesmo *modus operandi* de Jair Bolsonaro, questionou, através das redes sociais, os resultados das eleições americanas de 2020, que deu vitória ao seu adversário, Joe Biden (Partido Democrata).

Os estudos apresentados por Clayton et al. (2021) sugerem que as declarações de Trump, contra o sistema eleitoral americano, diminuíram relevantemente a confiança dos eleitores no

³² A literatura pondera que os discursos de Jair Bolsonaro não reflete necessariamente um conjunto de elementos populistas, já que na campanha de 2018 há fortes elementos nacionalistas e patrióticos (Tamaki; Fuks, 2020)

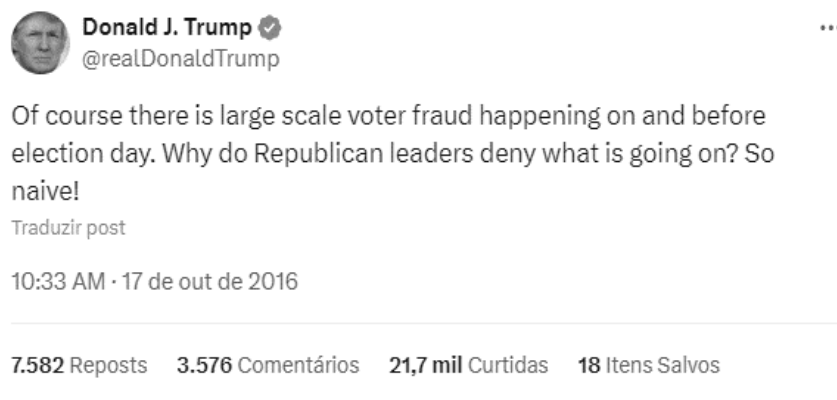
sistema eleitoral, fazendo-se com que aumentasse a crença das pessoas de que as eleições americanas são fraudadas (Clayton et al., 2021). Por outro lado, a pesquisa demonstrou que a desconfiança foi maior no núcleo duro dos apoiadores de Trump, sinalizando para a ideia de que esse grupo está mais inclinado a questionar a legitimidade do sistema e, no limite, criar um ambiente de instabilidade democrática³³.

O processo que consistiu em desafiar o sistema eleitoral americano a partir do compartilhamento de informações falsas, isto é, sem elementos de prova, começou a ser usado por Trump nas eleições de 2016, contra a então candidata democrata Hillary Clinton.

A abordagem adotada por Trump foi pensada por Steve Bannon, diretor de campanha de Trump à época. E consistiu em direcionar os discursos do então presidenciável para questões populistas que simplificaram questões complexas e promoveram discursos sobre a inidoneidade do sistema eleitoral americano (Alexander, 2018).

Em uma de suas manifestações (figura 5), Trump sinaliza para o eleitorado que nas eleições presidenciais estaria ocorrendo “fraude em larga escala” com a conivência do partido democrata.

Figura 5 – Denúncia de fraude e apelo aos líderes republicanos



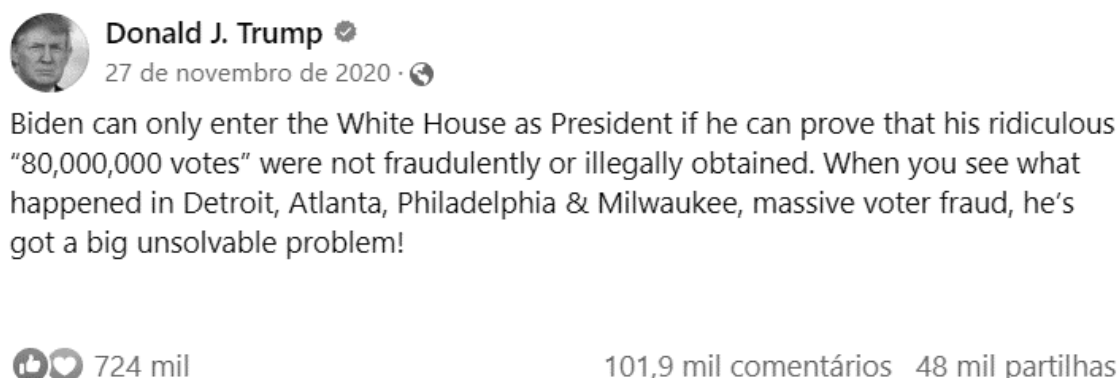
Fonte: Donald Trump/X³⁴

³³ Em 6 de janeiro de 2021, os apoiadores de Trump invadiram o Capitólio dos Estados Unidos, com o objetivo, entre outros, de protestar contra o resultado das eleições americanas de 2020.

³⁴ Tradução livre: “É claro que há fraudes eleitorais em grande escala acontecendo antes e no dia das eleições. Por que os líderes republicanos negam o que está acontecendo? Tão ingênuo!”

Na figura 06, Trump afirmou que Biden havia “obtido voto de forma fraudulenta e ilegal” e que estaria acontecendo fraude eleitoral em vários estados americanos. Com essa estratégia, Trump incentiva a polarização com o candidato democrata Joe Biden e põe suspeita na segurança do sistema eleitoral americano.

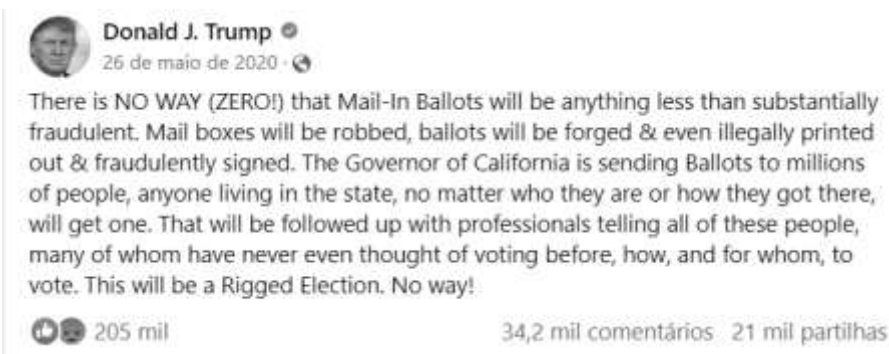
Figura 6 – Desafiando a legitimidade da vitória de Joe Biden



Fonte: Donald Trump/ facebook³⁵

Em outra publicação (figura 7), o candidato republicano sugeriu que as cédulas dos correios, utilizadas nas eleições presidenciais, seriam “substancialmente fraudadas”, sinalizando para os eleitores norte-americanos de que o processo eleitoral operado nos correios seria manipulado pelo governador da Califórnia, a partir da “falsificação” de milhões de cédulas eleitorais.

Figura 7 – Acusação de fraude no sistema de voto por correio



Fonte: Donald Trump/Facebook³⁶

³⁵ Tradução livre: “Biden só poderá entrar na Casa Branca como Presidente se conseguir provar que os seus ridículos “80 milhões de votos” não foram obtidos de forma fraudulenta ou ilegal. Quando você vê o que aconteceu em Detroit, Atlanta, Filadélfia e Milwaukee, fraude eleitoral massiva, ele tem um grande problema insolúvel!”

³⁶ Tradução livre: “não há NENHUMA MANEIRA (ZERO!) de que as cédulas por correio sejam menos do que substancialmente fraudulentas. As caixas de correio serão roubadas, as cédulas serão falsificadas e até mesmo impressas ilegalmente e assinadas de forma fraudulenta. O governador da Califórnia está enviando cédulas para milhões de pessoas. Qualquer pessoa que more no estado, não importa quem seja ou como chegou lá, receberá uma.

Assim, tanto na América Latina como na América do Norte é possível identificar paralelos entre lideranças políticas de extrema-direita. Dentre essas similaridades, os discursos contra o sistema eleitoral influenciando a cultura política dos eleitores sinalizam haver uma difusão populista de direita em várias regiões do mundo. No limite, os discursos das elites políticas que desafiam o sistema eleitoral não visam criar uma cultura entre os eleitores que possibilite a crítica às instituições democráticas mantendo o apoio à democracia, como pensado por Norris (1999). Contrariamente, os políticos de extrema-direita visam desacreditar as normas e os princípios democráticos para, enfim, alcançar a ruptura do próprio regime, como parece ter sido na invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 nos EUA e na invasão aos três Poderes em 08 de janeiro de 2023 no Brasil.

4.3 Discursos antidemocráticos: o caso brasileiro

As invasões ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 08 de janeiro de 2023, parece ser um sintoma da persistência de Jair Bolsonaro na retórica de que o sistema eleitoral brasileiro é fraudado, além de sinalizar que a desconfiança nas eleições parece ter atingido um novo nível. Mas até que ponto as declarações do Presidente da República conseguem influenciar os eleitores? Essa influência seria ampla, isto é, da opinião pública em geral ou mais específica, direcionada ao núcleo duro de apoiadores do Presidente?

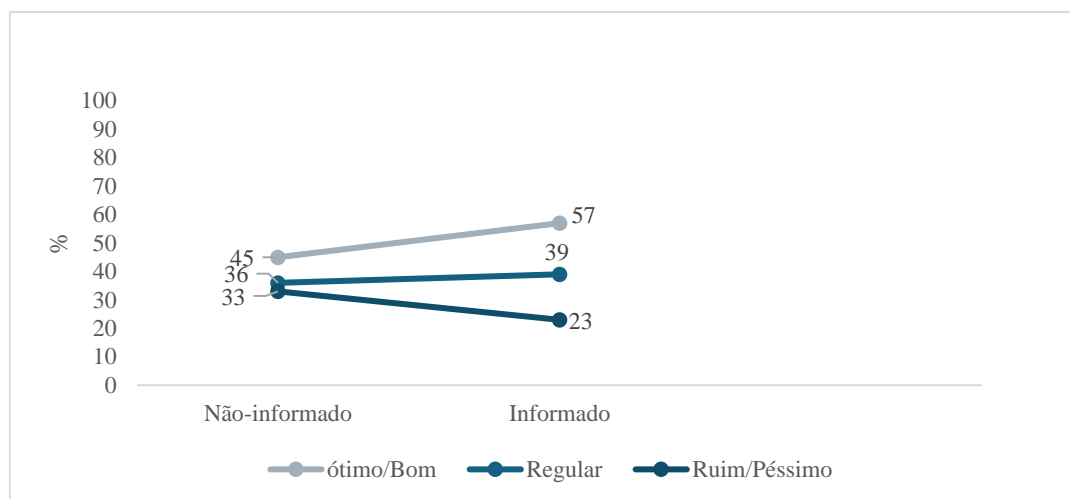
Como vimos no início da seção, os discursos presidenciais influenciam a opinião pública e estabelecem prioridades de agendas ao longo da administração do governo (Cohen, 1995). Ademais, esses discursos são fundamentais para moldar a opinião pública, contribuindo diretamente para uma boa avaliação do presidente. Assim, ao enfatizar determinados temas da agenda política, o presidente capta a atenção da opinião pública, o que, por sua vez, gera influência sobre seus índices de aprovação.

Nessa esteira, o Barômetro das Américas examinou como a posição do ex-presidente Jair Bolsonaro pode influenciar a opinião pública. Na pergunta realizada pelo instituto, os entrevistados responderam se concordavam ou não com a privatização da Petrobrás. Para um grupo, contudo, foi informado a posição do então presidente, que era a favor, e, para o outro grupo, essa informação foi ocultada.

Isso será seguido por profissionais que dirão a todas essas pessoas, muitas das quais nunca sequer pensaram em votar antes, como e em quem votar. Esta será uma eleição fraudulenta. Sem chance!''.

Os resultados foram os seguintes: sem a informação sobre a posição do então Presidente Jair Bolsonaro, 45% dos entrevistados que avaliaram o governo como bom ou ótimo apoiaram a privatização, ao passo que entre aqueles que consideraram o governo como ruim ou péssimo, o apoio caiu para 33%, uma diferença de 12 pontos.

Gráfico 4 – Influência da retórica presidencial na opinião pública



Fonte: Elaborado a partir do Barômetro das Américas (2018/19)

Após a informação sobre a posição de Jair Bolsonaro, o apoio do primeiro grupo subiu para 57%, enquanto no segundo despencou para 23%, uma diferença de 34 pontos, conforme se verifica na figura abaixo.

Portanto, os dados preliminares da literatura e do instituto LAPOP sinalizam que, pelo menos entre seus apoiadores, a retórica de Jair Bolsonaro influencia de forma considerável a percepção dos eleitores, o que indica que a retórica das elites políticas influencia como os eleitores percebem o sistema eleitoral, seja confiando ou desconfiando dos resultados que ele produz.

Para analisarmos a nossa hipótese inicial, partimos dos discursos de Jair Bolsonaro que desafiaram o sistema eleitoral. Para tanto, catalogamos as manifestações públicas realizadas pelo político brasileiro desde as eleições de 2018.

4.4 Declarações de Jair Bolsonaro sobre os procedimentos eleitorais no Brasil

Neste tópico, apresentamos e analisamos um conjunto de declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro desafiando o sistema eleitoral brasileiro. As declarações foram feitas através das mídias sociais, diretamente aos seus apoiadores e em comícios de apoio ao seu governo. A abordagem aos discursos foi feita a partir de diversos meios (diretos e indiretos), motivada pela

compreensão de que os discursos políticos, no atual contexto, ocorrem em diversas plataformas. Ademais, esse enfoque contribuiu para que padrões discursivos fossem identificados, sem que nuances importantes fossem ignoradas. Dito isso, reconhecemos a limitação dessa abordagem – que, apesar de ter sido realizada com rigor, apresentando a fonte em áudio e vídeo –, pode levantar questionamentos sobre eventual viés de seleção.

4.4.1 Urnas e antipetismo

Em sua primeira *live*, após o atentado com faca, Jair Bolsonaro mencionou o processo eleitoral brasileiro, destacando uma relação entre termos, tais como “a possibilidade de fraude”, “o voto eletrônico” e o “Partido dos Trabalhadores”.

A grande preocupação não é perder no voto, é perder na fraude. Então, essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez no primeiro, é concreta. O PT descobriu um caminho para o poder: o voto eletrônico”. (Bolsonaro, Jair. 16/09/2018).

Nessa manifestação, a construção discursiva de Jair Bolsonaro tenta estabelecer, de um lado, a polarização política com o Partido dos Trabalhadores e, de outro lado, sinalizar para seus seguidores que o sistema eleitoral brasileiro – sobretudo as urnas eletrônicas – não são seguras. A estratégia adotada é promover uma retórica que antagoniza com os valores liberais e maximizar uma visão binária da sociedade brasileira: Bolsonaro e PT, enfatizando diferenças políticas.

Dessa forma, Bolsonaro abre caminho para indicar aos seus eleitores o responsável por uma eventual derrota eleitoral. Como vimos no capítulo 2, políticos autoritários apresentam-se como *outsiders* populistas. Negam os políticos tradicionais, os partidos – acusando-os de corruptos e conspiradores – e, no limite, o próprio regime democrático, afirmando não ser uma democracia de verdade (Levitsky; Ziblatt, 2021).

4.4.2 Urnas Eletrônicas

Uma das principais retóricas utilizadas por Jair Bolsonaro para desacreditar o sistema eleitoral está na afirmação de que as urnas eletrônicas brasileiras não são seguras.

Em entrevista à *TV Brasil*, Jair Bolsonaro afirmou:

(...) e digo mais: acho que só fui eleito também porque tive muito voto, porque o nosso sistema eletrônico é completamente frágil e fraudável”.³⁷ (Bolsonaro, Jair. 07/7/2019).

Assim como observado na retórica de Donald Trump, Jair Bolsonaro continua a desafiar o sistema eleitoral mesmo após uma vitória. Para a literatura, essa é um típico comportamento

³⁷ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=HoiTYpdwbO4>

populista autoritário. Levitsky e Ziblatt (2021) argumentam que após serem eleitos, políticos autoritários tem como escopo consolidar o seu poder a partir da desintegração do regime em que foram eleitos.

Em outra manifestação, o ex- Presidente tentou estabelecer um paralelo entre o discurso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a ocorrência de “fraude” na votação eletrônica no Brasil. Nessa ocasião, Jair Bolsonaro estaria fazendo referência à fala de Donald Trump sobre Biden e o sistema eleitoral americano. Para Trump, seu adversário obteve “voto de forma fraudulenta e ilegal” e que estaria acontecendo fraude eleitoral em vários estados americanos.

*[...] ninguém pode negar isso daí. Então, a falta dessa confiança levou a esse problema que estão acontecendo lá. E aqui no Brasil, se tivermos o voto eletrônico em 2022 vai ser a mesma coisa. Fraude existe [...] eu só fui eleito porque tive muito voto em 18 [...].*³⁸ (Bolsonaro, Jair. 07/01/2021).

Após a apuração dos votos de primeiro turno das eleições de 2022, Jair Bolsonaro voltou a antagonizar com as urnas eletrônicas, destacando as eleições presidenciais de 2014, entre Dilma Rousseff e Aécio Neves.

*tivemos as apurações, alguns problemas apareceram, passei para frente esses problemas [...] levando-se em conta cada percentual de voto que era computado, criou-se uma figura geográfica uniforme, bem típica de algoritmos, muito parecida com aquela do segundo turno de 2014 do Aécio Neves [...].*³⁹ (Bolsonaro, Jair. 05/10/2022).

Para Norris (1999), essa abordagem tem o escopo de deslegitimar as regras do regime democrático. Assim, cria-se, principalmente entre os perdedores, uma sensação de fraude, desconfiança e intolerância, desencadeando protestos massivos e violentos antes e depois dos pleitos (Norris, 2015).

4.4.3 Tribunal Superior Eleitoral e auditamento das urnas

Ao participar de entrevista na *Band*, o então candidato à presidência da República desafia o sistema eleitoral brasileiro a partir de ataques direcionados ao Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, Jair Bolsonaro destacou que, no Brasil, não apenas o TSE não é confiável, como também as urnas eletrônicas, porque não são auditáveis.

*não confiamos em nada no Brasil. Até em concurso da Mega-sena a gente desconfia de fraude. Estou desconfiando de alguns profissionais dentro do TSE. Lamentavelmente não temos como auditar as eleições. Não existe outra maneira que não seja na fraude.*⁴⁰ (Bolsonaro, Jair. 28/09/2018).

³⁸ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=IjfrfVvFeWQ&t=4s>

³⁹ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

⁴⁰ Vide https://www.youtube.com/watch?v=hl7_6LkGQaM&ab_channel=BrasilUrgente

Em sua última *live*, antes das eleições presidenciais do segundo turno de 2018, Jair Bolsonaro voltou a manifestar insatisfação em relação aos resultados das eleições de primeiro turno. À época, o candidato da Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL–PRTB), recebeu 49.276.990 (46,03%), contra 31.342.005 (29,28%) do então candidato Fernando Haddad, da Coligação O Povo Feliz de Novo (PT–PCdoB–PROS). Nesse discurso, notamos que Bolsonaro busca identificação com os eleitores por meio de retóricas que enfatizem o “nós (povo) contra eles (TSE)”. Esse padrão é identificado em outras ocasiões:

*faltam aí três semanas para o segundo turno. Vamos juntos ao TSE exigir soluções para isso que aconteceu agora. E não foi pouca coisa, foi muita coisa. Tenho certeza se problema [não] tivesse ocorrido e tivéssemos confiança no voto eletrônico já teríamos o nome do futuro Presidente da República decidido no dia de hoje.*⁴¹ (Bolsonaro, Jair. 07/10/2018).

*[...] hoje em dia tudo mudou! É de cima para baixo. A fraude está no TSE. Isso foi feito em 2014 [...].*⁴² (Bolsonaro, Jair. 09/07/2021).

*[...] ainda mais para quem, pelo menos diante do TSE, não conseguiu ser reeleito.*⁴³ (Bolsonaro, Jair. 11/02/2023).

4.4.4 O mito das provas

Apesar das sucessivas afirmações de que o sistema eleitoral brasileiro não é confiável, Jair Bolsonaro não conseguiu apresentar nenhuma prova nesse sentido⁴⁴. Em entrevista a empresários em Miami, Jair Bolsonaro voltou a sustentar a existência de fraude nas urnas eletrônicas brasileiras e sugeriu a necessidade de implantação de outro sistema “mais seguro de apuração de votos”.

*[...] eu acredito que pelas provas que tenho nas minhas mãos, que vou mostrar brevemente [...] eu fui eleito em primeiro turno, mas no meu entender houve fraude, tá? E nós temos não apenas uma palavra, nós temos comprovado, brevemente eu quero mostrar, porque nós precisamos de aprovar no Brasil um sistema seguro de apuração de votos. Caso contrário, passível de manipulação e de fraude. Então eu acredito até que elei [em primeiro turno] porque tive muito mais votos no segundo turno do que se poderia esperar e ficaria bastante complicado uma fraude naquele momento.*⁴⁵ (Bolsonaro, Jair. 09/03/2020).

⁴¹ Vide https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmyxQ8&ab_channel=JairJairBolsonaro

⁴² Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

⁴³ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

⁴⁴ Vide <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-30/Jair-Bolsonaro-nao-tem-provas-sobre-fraude-de-urnas-mas-insiste-em-ilacao-ja-desmentida-por-tse.html>

⁴⁵ Vide https://www.youtube.com/watch?v=vJmfdajJn_o

Nesse mesmo sentido foram as declarações de Jair Bolsonaro em um culto religioso em Anápolis, no estado de Goiás:

*[...] aí se afinilou a campanha. Eu fui eleito no primeiro turno. Eu tenho provas materiais disso. Mas o sistema, né, a fraude que existiu sim, me jogou para o segundo turno. Outras coisas aconteceram e eu só acabei ganhando porque tive muito voto e algumas poucas pessoas que entendiam de como evitar ou inibir que houvesse a fraude naquele momento, nos elegemos. [...]*⁴⁶ (Bolsonaro, Jair. 09/06/2021).

Apesar dessas declarações, Jair Bolsonaro nunca apresentou nenhum elemento substantivo que comprovasse a existência de fraude nas urnas eletrônicas. Pelo contrário, a comissão de militares que fiscalizou as eleições não encontrou qualquer indício de fraude⁴⁷, assim como o Partido Liberal (PL) foi multado após pedir a invalidação de parte dos votos do segundo turno das eleições de 2022⁴⁸. Novamente, segundo Levitsky e Ziblatt (2021), nas sociedades modernas, os ataques às democracias começam nas urnas, pela via eleitoral, com políticos autoritários eleitos de forma legítima erodindo – assim que assumem o poder – as instituições democráticas que os elegeram.

4.4.5 Auditoramento das urnas eletrônicas

Em conversa com seus apoiadores, Jair Bolsonaro sugeriu que as urnas brasileiras não podem ser apuradas de forma confiável e que, por esta razão, sempre haverá dúvida sobre a apuração.

*[...] nós temos que ter um sistema de apuração que não deixe dúvida, é só isso. Tem que ser confiável e rápido e não deixar margem para suposições [...]. Se nós não tivermos uma forma confiável de apurar as eleições, a dúvida vai sempre permanecer e nós devemos atender a população [...].*⁴⁹ (Bolsonaro, Jair. 16/09/2020).

Porém, essa informação não é verdadeira, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, porque há diversas possibilidades de verificação e auditoria que podem ser realizados por cidadãos, partidos políticos, coligações, Ministério Público e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Isso porque o Tribunal Superior Eleitoral realiza testes públicos de segurança para a sociedade discutir e analisar a possibilidade de adulteração dos resultados eleitorais, fato que nunca ocorreu desde 1996. Dentre esses testes, há a cerimônia de votação paralela nas vésperas

⁴⁶ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=pFSPWoqxS2U>

⁴⁷ Vide <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/03/15/Jair-Bolsonaro-sabia-que-comissao-de-militares-que-fiscalizou-eleicoes-nao-identificou-fraude-diz-ex-comandante-da-aeronautica.ghtml>

⁴⁸ Vide <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/auditoria-nas-urnas-foi-contratada-por-insistencia-do-governo-Jair-Bolsonaro-diz-valdemar-a-pf/>

⁴⁹ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

das eleições, conferência de boletim de urna emitido ao final, demonstração sobre o funcionamento da criptografia e assinatura digital das urnas⁵⁰.

Aos seus apoiadores, Jair Bolsonaro voltou a enfatizar que as eleições brasileiras não são “limpas”:

*[...] as eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições.*⁵¹ (Bolsonaro, Jair. 08/07/2021).

Ao responder a uma pergunta em entrevista ao jornal nacional, sustentou que as eleições no Brasil não são “limpas” e “transparentes” e que, em 2014, não foi possível fazer o auditamento das eleições.

*[...] eleições limpas e transparentes devem e têm que ser respeitadas. [...] Serão respeitados os resultados das urnas, desde que as eleições sejam limpas e transparentes. Quando você diz que são auditáveis, em 2014 não aconteceu isso [...].*⁵² (Bolsonaro, Jair. 22/07/2022).

Como em outras declarações, Jair Bolsonaro não apresentou qualquer elemento de prova que fundamente a acusação, sinalizando que se trata de uma retórica criada para influenciar a opinião pública, mais especificamente os seus apoiadores.

4.4.6 Urnas eletrônicas brasileiras

Em *live semanal*, o então Presidente da República argumentou que o sistema eleitoral brasileiro é singular no mundo, porque apenas no Brasil é utilizada urna eletrônica. Porém, conforme o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Social (IDEA Internacional)⁵³, mais de 20 países usam o sistema eletrônico de votação e outros 18 países usam essa tecnologia em eleições regionais. Dentre esses países, é possível destacar França, Canadá e algumas regiões dos Estados Unidos⁵⁴.

*[...] ninguém aceita mais esse voto que tá aí, pô! Como é que vai falar que esse voto é preciso, é legal, é justo e não é fraudável? A única republiqueta do mundo que aceita é a nossa [...] que aceita voto eletrônico.*⁵⁵ (Bolsonaro, Jair. 06/05/2021).

Como vimos, a análise dos discursos de Jair Bolsonaro, que desafiam o sistema eleitoral brasileiro, permite verificar que o cenário é preocupante. Evidencia-se um padrão de discurso

⁵⁰ Vide <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tps/>

⁵¹ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

⁵² Vide <https://www.youtube.com/watch?v=8Rk7j6Dsnfk>

⁵³ Vide <https://www.idea.int/news-media/media/use-e-voting-around-world>

⁵⁴ O sistema eletrônico brasileiro nunca apresentou indícios de fraude desde que foi implementado no país, em 1996, conforme dados do Superior Tribunal Eleitoral.

⁵⁵ Vide https://www.youtube.com/watch?v=1bqQUvJB-g&t=18s&ab_channel=Poder360

visando à desconfiança no Superior Tribunal Eleitoral, nas urnas eletrônicas, nos partidos políticos e suas lideranças e nos procedimentos eleitorais em geral, parecendo haver uma tendência de verossimilhança com os achados da literatura internacional americana.

5 ADESÃO IDEOLÓGICA AO ESPECTRO DE DIREITA NO BRASIL

No capítulo anterior, identificamos que os discursos de Jair Bolsonaro, desafiando o sistema eleitoral brasileiro, têm um padrão consistente. Identificamos que o ex-presidente demonstrou uma tendência acentuada a antagonizar com as urnas eletrônicas e o Tribunal Superior Eleitoral, o que revela semelhanças discursivas ao presidente americano, Donald Trump.

Neste capítulo, analisamos a possível relação de causalidade entre espectros ideológicos e desconfiança política. Para tanto, busca-se demonstrar que a adesão ideológica ao espectro de direita, centro ou esquerda é um elemento contextual importante na discussão sobre comportamento político. Apresentamos, nesse sentido, três abordagens sobre a adesão ao espectro ideológico de direita no Brasil: a primeira defende haver no Brasil um aumento da adesão ao espectro ideológico de direita causado pela reação de grupos conservadores às pautas progressistas, à alteração na representação do Congresso Nacional e à comunicação mobilizada por intelectuais de direita em redes sociais, palestras e livros. A segunda abordagem sugere que as agendas de direita – conservadorismo, o liberalismo, o militarismo e o combate reativo às pautas inclusivas e progressistas – sempre estiveram presentes na história do Brasil. Por fim, a terceira abordagem sustenta que não houve crescimento da adesão ao espectro ideológico de direita entre os brasileiros, pois o posicionamento ideológico no Brasil – sobretudo o de direita – está relacionado com as “pistas das elites”.

5.1 Direita e esquerda: ideologias realmente importam?

Direita e esquerda são termos que ainda existem? Se existem, é possível afirmar que perderam o significado? E se há significado, o que ele representa? Essas são perguntas fundamentais respondidas por Norberto Bobbio em seu livro clássico, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*.

Para Bobbio (2010), a discussão acerca da validade dos termos “direita e esquerda” é central, uma vez que esses termos se antagonizam há muito tempo, tanto nos pensamentos quanto nas ações políticas, representando maneiras diferentes de pensar e organizar as sociedades. Como todas as díades, essas formas de pensar ocupam lugares antitéticos, como se observa em diversas

explicações dos campos do saber psicológico, histórico, sociológico ou até mesmo biológico (Bobbio, 2010).

No campo da Ciência Política, “esquerda” e a “direita” são termos habitualmente utilizados para enquadrar partidos, políticos, agendas, programas, eleitores, entre outras coisas. Apesar disso, Bobbio (2010) sugere que esses termos ultrapassam essas identificações, já que “esquerda” e “direita” não se referem apenas às ideologias, mas também às ações que, antes de serem tomadas por um agente, consideram valores, interesses e as repercussões que a direção escolhida.

Nesse sentido, as ideologias não deixaram de existir, já que elas representam diferentes formas de moldar uma sociedade. Para Bobbio (2010), enquanto houver o conflito entre valores importantes como igualdade e liberdade, especialmente no interior de uma sociedade, haverá um debate ideológico. Em sociedade capitalistas, em que a liberdade individual é ampliada, nota-se o aumento das desigualdades entre os homens; de outro modo, em sociedades socialistas, a busca pela expressão máxima da igualdade suprime as liberdades individuais. Assim, Bobbio (2010) sustenta que uma sociedade só será verdadeiramente justa quando houver equilíbrio entre igualdade e liberdade.

A rigor, Bobbio distingue as ideologias de esquerda e de direita a partir de um ideal de igualdade. Assim, os adeptos do espectro ideológico de esquerda tendem a ser mais igualitários, buscando atenuar as desigualdades presentes no interior de uma sociedade. Ao passo que os simpatizantes do espectro de direita buscam acentuar as desigualdades, vendo-as como naturais, intangíveis, inerentes.

Em suma, em sociedades complexas, as ideologias persistem, segundo Bobbio, ocupando lugares intermediários, como é o caso do centro político. Porém, ainda assim, as díades clássicas são inevitáveis, refletindo os antagonismos políticos (Bobbio, 2010).

Nesse mesmo sentido, Jost (2006) argumenta que a literatura que defende o fim das ideologias, sobretudo após a segunda Guerra Mundial, se equivoca. Para o autor, a antítese entre os liberais e conservadores ainda é relevante para a interpretação do comportamento psicológico e político dos indivíduos, especialmente nos Estados Unidos da América.

Além disso, Jost (2006) defende que a ideologia – formada por fatores psicológicos e situacionais – não apenas tem o condão de influenciar os indivíduos na tomada de decisões, mas também há estabilidade e coerência nessas atitudes, sobretudo em um ambiente com forte polarização ideológica.

Essa tese é sustentada a partir de três argumentos, segundo o autor: inicialmente, (1) há distinções psicológicas entre indivíduos liberais e conservadores. Os liberais tendem a ser mais

abertos a experimentarem mudanças sociais, ao passo que os conservadores são mais sensíveis a ameaças e incertezas, levando-os à ordem e à estrutura. Ademais, (2) há diferenças comportamentais entre conservadores e liberais. Os conservadores tendem a confiar em figuras de autoridade e a defender hierarquias, ao passo que os liberais desafiam essas estruturas, buscando igualdade social. Por fim, (3) a persistência da polarização política no século XXI evidenciou diferenças ideológicas, resultado da propagação de notícias falsas nas redes sociais. Assim, nos centros urbanos, os liberais têm a tendência a defender a abertura de direitos, por outro lado, nas áreas rurais os conservadores sugerindo manutenção de estruturas sociais antigas.

Para corroborar a tese de que as ideologias ainda existem, Jost (2006) se ancora nos estudos realizados pela *American National Elections Studies* (ANES), que sugerem haver uma correlação entre a autoidentificação ideológica (liberal-conservador) e o comportamento eleitoral. A pesquisa mostra que desde 1972 algo em torno de 80% dos eleitores autodeclarados liberais votam em candidatos do partido democrata. Nesse mesmo sentido, a partir de pesquisas longitudinais, Jost (2006) mostra que temas como crise econômica e terrorismo – ligados a incertezas e a ambiguidades – têm elevado o conservadorismo nos Estados Unidos.

Assim, parece que a ideologia não apenas não morreu, como também é central na discussão sobre comportamento e organização das sociedades, seja no passado, no presente ou no futuro. A antítese entre direita e esquerda parece ser uma pauta importante enquanto houver conflito – nas palavras de Bobbio (2010) – entre liberdade e igualdade; ou, nas palavras de Jost (2006), enquanto existirem seres humanos com diferentes estruturas cognitivas, voltadas tanto para o liberalismo quanto para o conservadorismo.

5.2 A “nova direita” e a velha direita com Jair Bolsonaro?

A adesão ao espectro ideológico de direita é visto por parte da literatura como um fenômeno crescente no Brasil, sinalizando alterações em aspectos da política brasileira como em agendas reativas a pautas progressivas (Chaloub e Perlatto, 2016), na representação do Congresso Nacional (Quadros; Madeira, 2018), na comunicação mobilizada pelos intelectuais da “nova direita” (Cepêda, 2018), bem como na orientação ideológica do voto (Fuks e Marques, 2022).

Quadros e Madeira (2018), relembram que a Ditadura Militar legou à Direita uma imagem negativa, associada ao conservadorismo. No entanto, a partir de meados de 2010, grupos de direita na Câmara dos Deputados, pertencentes à bancada da bala e à bancada evangélica, estabeleceram um novo paradigma ao passarem a se reconhecer como integrante do espectro ideológico de direito e a antagonizarem com os discursos e pautas da esquerda.

Segundo Quadros e Madeira (2018), essa nova fase da direita brasileira se deve, em grande medida, à Operação Lava-Jato, que suscitou protestos contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos progressistas. Nesse sentido, o Brasil, que historicamente se identificou ao centro do espectro político, passou então a dar uma guinada à direita a partir de 2012, abandonando o estigma da ditadura militar e propondo pautas relacionadas ao conservadorismo.

Quadros e Madeira (2018) explicam que a bancada da bala e a bancada evangélica foram fundamentais na atuação contra pautas progressistas, como a descriminalização das drogas, a redução da maioria penal e os direitos da comunidade LGBTQIA+, entre outras. Nesse contexto, os autores identificaram uma nova geração de políticos de direita no Brasil, com valores conservadores explícitos e sem “vergonha” de mobilizar discursos contra pautas progressistas.

Chaloub e Perlatto (2016) complementam essa análise sugerindo que “a nova direita” brasileira ascende como resultado de fatores contextuais mais complexos. (1) em primeiro lugar, os autores destacam a influência do contexto internacional, sobretudo na Europa, com o *Brexit*, e nos Estados Unidos, com as eleições americanas de 2016, que elegeram Donald Trump; (2) além disso, o crescimento da nova direita se deve ao recrudescimento da direita envergonhada, puxada pelo distanciamento da Ditadura Militar (1964–85) e pelos discursos de políticos de direita na Câmara dos Deputados; (3) outro fator relevante apontado pelos autores é a transformação dos meios de comunicação pelos intelectuais de direita, que passaram a propagar seu ideário nas redes sociais, na publicação de livros, participação em entrevistas e em diálogos em canais do *youtube*; (4) somado a isso, Chaloub e Perlatto (2016) ressaltam a contribuição de instituições liberais e conservadoras, com grandes empresários do setor econômico brasileiro patrocinando causas como Escola Sem Partido; (5) nesse contexto, autores também chamam a atenção para os fracassos do principal partido político brasileiro, PT, que cooperaram para a abertura de ideias mais radicalizadas, representados pelo Movimento Brasil Livre (MBL); (6) por fim, a crise dos partidos e a percepção cética em relação à capacidade de instituições tradicionais solucionarem problemas sociais da sociedade contemporânea. Assim, os autores identificaram a fusão entre a direita teórica e a direita militante, ambas confluindo para atraindo mais seguidores no debate contra as pautas de esquerda no Brasil.

Nesse mesmo sentido, Cepêda (2018) aprofunda o debate sobre a “nova direita”, propondo, entre outras coisas, que esse fenômeno não possui fronteiras ideológicas bem definidas, podendo ser identificada desde o liberalismo até o autoritarismo. Ademais, a autora argumenta que a “nova direita” não está inserida em um momento cronológico único, já que o movimento de direita no Brasil não é necessariamente novo. Da mesma forma, não se trata de

um fenômeno originado necessariamente de articulações nacionais, porque também decorre de fatores globais.

Para Cepêda (2018), a “nova direita” teve a contribuição importante de intelectuais, que legitimaram o movimento e atuaram combatendo teses progressistas, tanto em livros quanto na mídia. Porém, esse fenômeno não se apresenta de forma homogeneia, já que, para a autora, contou com a contribuição de liberais econômicos, monarquistas autoritários, libertários, anarco-capitalistas e conservadores morais, todos atuando de forma coordenada em torno de objetivos comuns.

A retórica da “nova direita”, segundo a autora, teve grandes contribuições do pensador Albert Hirshman, especialmente no que se refere aos discursos contra políticas sociais que promovem inclusão social, sugerindo tratar-se de gastos fúteis do Estado.

Além disso, Cepêda (2018) acrescenta que a “nova direita” utilizou em suas abordagens recurso da guerra híbrida, pautada na manipulação de informações e subversão da história por meio de *fake News* nas redes sociais. Somado a isso, o movimento promoveu uma larga crítica ao sistema democrático pautada na decisão das maiorias, por entender que esse sistema enfraquece as elites e promove uma igualdade artificial. Em suma, no interior do pensamento da “nova direita”, não há espaço para mudanças sociais radicais, sendo que políticas sociais progressistas devem ser pensadas de forma gradual, sem que mudanças relevantes ocorram abruptamente.

No limite, Kaysel (2015) argumenta que não é possível desvincular as direitas do passado com a chamada “nova direita”. Aliás, o autor ressalta que “se enganam aqueles que porventura creiam que a trajetória da direita entre nós está começando agora” (Kaysel, 2015, p. 49).

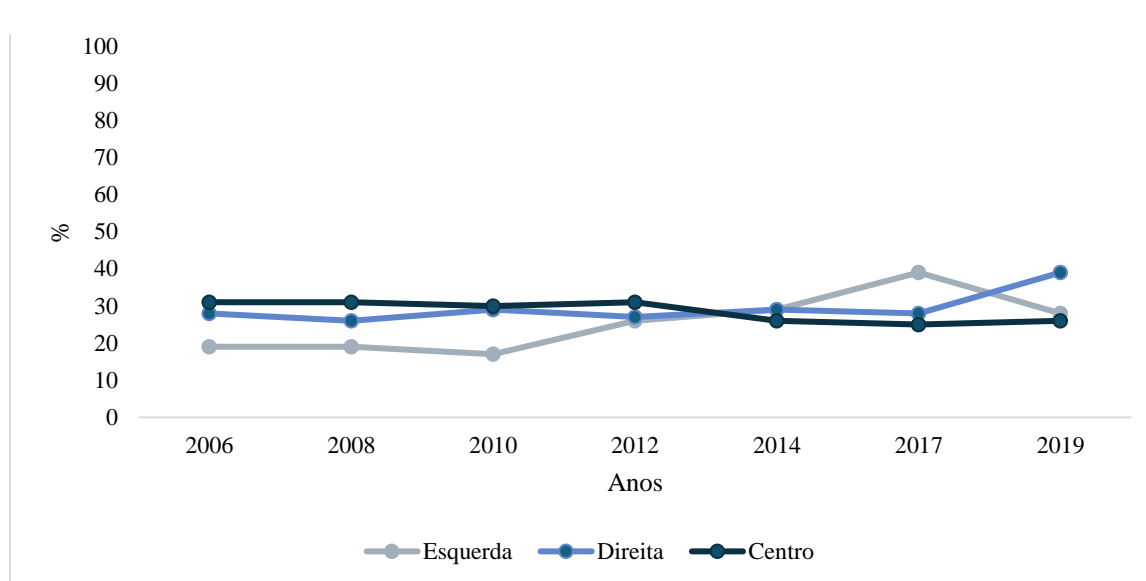
De acordo com Kaysel (2015) o conservadorismo, o liberalismo, o militarismo e o combate reativo às pautas inclusivas e progressistas – que se vê hoje – são agendas que perpassam toda a história brasileira, evidenciando-se que esse fenômeno se trata de uma continuidade, e não de ruptura.

Dessa forma, o agrupamento de setores de direita ao longo do tempo teria contribuído para alinhar a ideologia de direita com a escolha do voto, reforçando relações importantes da história e as opções eleitorais do cenário político recente.

Os dados apresentados pelo Barômetro das Américas (2006–2019) indicam o cenário retratado pela literatura, destacando-se que o eleitorado brasileiro se manteve predominantemente neutro ou ao centro do espectro ideológico na última década. No entanto, a partir de 2012, nota-se uma alteração no quadro geral, com uma crescente tendência de identificação ideológica (direta–esquerda) entre os eleitores.

Entre 2014 e 2017, os dados do instituto mostram um aumento na adesão ao espectro ideológico de esquerda, com 39%, enquanto a identificação com a direita era de 28%. Contudo, há uma inversão nesse cenário em 2019, quando a direita tomou a dianteira no Brasil, com 39%, enquanto a esquerda caiu para 28%⁵⁶. Dessa forma, percebe-se que os brasileiros migraram de posições neutras para se identificarem aos espectros ideológicos de esquerda–direita, como é possível observar na figura 08.

Gráfico 5 – Adesão ideológica no tempo



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Barômetro das Américas (2006/2019)

Esse breve recuo histórico sugere, a rigor, que os grupos alinhados ao espectro ideológico de direita tendem a desconfiar mais das eleições. Porém, é necessário verificar se os eleitores brasileiros têm uma compreensão racional sobre seu posicionamento ideológico. Em outras palavras, trata-se de identificarmos se a crescente identificação ao espectro de direita decorre de uma escolha consciente pautada em valores e crenças, ou, alternativamente, se foi impactada por fatores contextuais.

5.3 Adesão ideológica e comportamento político no Brasil

Até que ponto aqueles que se autoidentificam com a ideologia de direita entendem o que é ser de direita? Além disso, os discursos de Jair Bolsonaro, desafiando os procedimentos eleitorais no Brasil, afetam diretamente qual grupo ideológico? O alinhamento ao espectro

⁵⁶ Vide Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “auto posicionamento na escala direita–esquerda”.

ideológico de direita contribui, automaticamente, para a adesão aos discursos que desafiam o sistema eleitoral?

Talvez em razão de o Brasil pertencer à terceira onda de redemocratização (Huntington, 1994), ele ainda engatinhe quando o assunto é consistência ideológica. Estudos mostram que, por muito tempo, o eleitor médio brasileiro apresentou baixa compreensão sobre os termos “esquerda” e “direita” (Fuks; Marques, 2020). Nesse contexto, o autoposicionamento do eleitor não se traduzia em preferências políticas consistentes.

Ademais, pesquisas anteriores mostraram que essa inconsistência ideológica resultava, entre outros fatores, da polarização personalista, e não de agendas de campanha, da baixa escolaridade e do desinteresse por política, além da ausência de dissociação ideológica entre os partidos políticos (Fuks; Marques, 2020).

No entanto, dados preliminares de Fuks e Marques (2020), baseados no *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e no Datafolha, indicam que as eleições de 2018 simbolizaram um ponto de inflexão, uma vez que os eleitores brasileiros mostraram maior coesão entre ideologia e voto.

Em grande medida, atribui-se essa guinada na coesão ideológica à organização da direita no Brasil, que soube se posicionar e, por via de consequência, ampliar a polarização ideológica (Fuks e Marques (2020)). Por exemplo, se em 2010 algo em torno de 24% do público pesquisado não sabia se identificar na escala ideológica, esse número caiu para 7,5% em 2019, mostrando um avanço nesse sentido.

Apesar da transformação, Fuks e Marques (2020) esclarecem que o aumento da coesão ideológica merece ser analisada com cautela. Isso porque o ponto de inflexão observado em 2018 pode ser apenas resultado de uma resposta do eleitor para fatores conjunturais de curto prazo, como corrupção, crise econômica, antipetismo, e não necessariamente um avanço da consistência ideológica. Além disso, se, por um lado, a pesquisa mostra que os eleitores de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 alinharam-se mais às pautas conservadoras – como valores tradicionais e segurança pública –, esses mesmos eleitores mostraram apoio às políticas sociais compensatórias.

Por outro lado, Russo, Pimentel Junior e Avelino (2023) sugerem uma interpretação distinta para os eventos de 2018. Para os autores, o crescimento da adesão ao espectro ideológico de direita entre os brasileiros está relacionado ao posicionamento das elites políticas. Os autores negam que tenha havido, de fato, um crescimento da adesão ideológica ao espectro de direita no Brasil, como defendido por parte da literatura. De acordo com essa tese, o posicionamento ideológico declarado por Jair Bolsonaro – candidato de extrema-direita e favorito nas eleições de

2018– influenciou seus apoiadores a se posicionarem semelhantemente. Assim, a preferência de Jair Bolsonaro impactou a ideologia dos seus apoiadores, mostrando que a relação entre ideologia e decisão do voto seguiu o caminho inverso ao proposto por Fuks e Marques (2020)⁵⁷.

Com efeito, a literatura sugere dois caminhos possíveis para entendermos a adesão ao espectro ideológico de direita no Brasil. O primeiro caminho, defendido por Fuks e Marques (2020), é o de que, não obstante haver historicamente no Brasil uma ausência de dissociação entre ideologia e comportamento político, as eleições de 2018 representam um ponto de inflexão, já que a adesão dos eleitores ao espectro ideológico de direita teria justificado a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

Por outro lado, Russo, Pimentel Junior e Avelino (2023), sugerem uma explicação alternativa para o aumento da adesão ao espectro de direita no Brasil, afirmando que o posicionamento de Jair Bolsonaro, como liderança de direita no país, influenciou seus simpatizantes a se identificarem de forma semelhante. Isto é, essa explicação reversa é pautada na hipótese de que não houve alteração ideológica do grupo que possivelmente elegeu Jair Bolsonaro em temas como interferência do Estado, costumes ou economia.

6 NOTAS METODOLÓGICAS

A partir das eleições de 2018, o Brasil passou a figurar nos anais da história como um dos exemplos recentes de experiência autoritária latino-americana. A ascensão de lideranças populistas, no entanto, não é uma peculiaridade dessa região. Trata-se de um fenômeno político global, com base no populismo e no autoritarismo, presentes na Europa, com o Brexit, e nos Estados Unidos, com Donald Trump (Norris e Inglehart, 2019).

Para Norris e Inglehart (2019), o crescimento de lideranças populistas autoritárias no ocidente está diretamente relacionado à reação de grupos conservadores ao avanço de valores pós-materialistas, como a igualdade sexual, os direitos humanos e a proteção do meio ambiente. Nesse cenário, nota-se a erosão de princípios democráticos, com esses líderes mobilizando discursos em defesa da família tradicional, do enaltecimento do nacionalismo e do patriotismo, além de pautas contra ideais progressistas relacionados à raça, gênero e sexualidade.

Essa abordagem, defendida por autores culturalistas, associa a confiança nas instituições democráticas a normas culturais presentes no interior de uma sociedade (Almond e Verba, 1989).

⁵⁷ Os resultados apresentados por Russo, Pimentel Junior e Avelino (2023) parecem corroborar com a nossa hipótese, na medida em que nota-se uma influência dos discursos das elites políticas – especialmente em um contexto de polarização – na identificação ideológica dos eleitores, mostrando a importância do posicionamento das elites políticas na formação ideológica e, também, na sua opção por confiar ou não confiar no sistema eleitoral.

Lagos (2000), ao se debruçar em estudos sobre a confiança política na América Latina, destacou que fatores históricos, como o colonialismo espanhol e português, a grande concentração de renda – com a prevalência da pobreza– e as experiências autoritárias, fizeram da América Latina uma região com baixo nível de confiança interpessoal e institucional. Para a autora, a confiança política na América Latina não pode ser explicada apenas por abordagens institucionais e econômicas. Isso porque fatores culturais e sociais influenciam de forma direta a capacidade dos cidadãos de acreditarem nas instituições.

Nesse sentido, entender a relação entre lideranças populistas autoritárias e os eleitores, por meio de comportamentos e os valores democráticos – ou a ausência deles– parece ser importante para explicar o declínio da confiança dos cidadãos nas instituições.

Assim, para testar o efeito da retórica política, que desafia o sistema eleitoral, sobre a confiança nas eleições adotamos neste trabalho a perspectiva culturalista, por entender que a retórica de Jair Bolsonaro –desafiando o sistema eleitoral brasileiro– contribui para consolidar no país- uma cultura política de desconfiança eleitoral.

A hipótese é de que a opinião pública teria reagido às declarações de Jair Bolsonaro e, por via de consequência, foi influenciada pela retórica que desafia os procedimentos eleitorais. Essa hipótese tem fundamento em estudos anteriores que demonstram como a retórica das elites – ao questiona a integridade das eleições– afeta a confiança dos eleitores nos procedimentos eleitorais e aumenta a crença de que as eleições são fraudadas, especialmente entre seus apoiadores (Clayton et al., 2021; Hall e Druckman, 2023).

Pensando nisso, elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: como a retórica de Jair Bolsonaro, que antagoniza com os procedimentos do sistema eleitoral brasileiro, influencia a confiança nas eleições presidenciais, especialmente no período de 2018 a 2022?

O objetivo principal é tentar identificar, através da abordagem culturalista, uma mudança de padrão sobre a confiança nas eleições, isto é, uma queda na confiança do sistema eleitoral, principalmente entre 2018 e 2022.

Para alcançar esse objetivo, analisamos dados longitudinais (2006–2022), que permitem analisar tendências ao longo do tempo. Foram empregados dados agregados do Barômetro das Américas, do Latinobarômetro e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Os objetivos secundários ou específicos da análise são: primeiro, identificar se há, em primeiro lugar, uma tendência de aumento da desconfiança nos procedimentos eleitorais a partir de 2018 até 2022; segundo, em qual grupo de eleitores a desconfiança nas eleições teve mais impacto, e, finalmente; e, se Jair Bolsonaro contribuiu para que parte importante dos eleitores aderisse a retórica baseada na descrença dos procedimentos eleitorais.

Para testar esses efeitos, construímos modelos de regressão logística binomial, com escopo de analisar, quantitativamente, a relação entre a confiança no sistema eleitoral (variável dependente) e outras variáveis explicativas ao longo dos anos. Nesse sentido, entendemos que o uso da regressão logística representa o melhor método de análise de uma variável dependente binária.

A variável dependente utilizada foi a “confiança nas eleições” e foi codificada da seguinte forma: “ 0 – as eleições não são confiáveis”; 1 – As eleições são confiáveis”. A construção da variável dependente no modelo logístico binomial considerou os dados do LAPOP (2008, 2010, 2012, 2014, 2017, 2018, 2021, 2023), ESEB (2006, 2018, 2022) e Latinobarômetro (2010, 2015, 2017 2018, 2020, 2023), conforme disposição abaixo.

a) LAPOP

- a. Pergunta: “Até que ponto o sr. /sra. tem confiança nas eleições?”
- b. Cartão de respostas: 1 a 7, além das opções 8 (“NS/NR”).
- c. As respostas foram recodificadas em uma categoria binária. As respostas de 1 a 4 foram classificadas como (0) “não confia”, enquanto as respostas de 5 a 7 foram classificadas como (1) “confia”. A opção 8 foi considerada ausente.

b) ESEB

- a. Pergunta: “Em termos gerais, você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?”
- b. Cartão de respostas: 1. As eleições são confiáveis; 2. São objeto de fraude; 8. Não sabe; 9. Não respondeu.
- c. As respostas foram recodificadas em uma categoria binária. A opção 2 foi classificada como (0) “Não confia”, e a opção 1 como (1) “não confia”. As opções 8 e 9 foram consideradas ausentes.

c) Barômetro das Américas

- a. Pergunta: *“Please look at this card and tell me, how much trust do you have in each of the following groups/institutions. (...) (...) National Electoral Commission⁵⁸.”*
- b. Cartão de respostas: 1 “*a lot*”, 2 “*some*”, 3 “*a little*”, 4 “*no trust*”. 0
- c. As respostas foram recodificadas em uma categoria binária. As respostas 3 “*a little*” e 4 “*no trust*” foram agrupadas como (0) “não confia”, ao passo que a 1 “*a lot*” e 2 “*some*” foram agrupadas como (1).

As variáveis independentes (métricas e não métricas) foram categorizadas conforme a literatura que estuda o tema:

1. **Posicionamento ideológico:** categorizada em “esquerda” “centro” e “direita”;
2. **Faixa etária⁵⁹:** Categorizada em “jovens”, “adultos”, “adultos de meia-idade” jovens idosos” e “idosos experientes”;
3. **Renda:** Categorizadas em “sem renda ou renda muito baixa”, “renda baixa”, “renda média” e “renda alta”);
4. **Região:** Categorizadas em “norte”, “nordeste”, “sudeste”, “sul”, “centro-oeste”), por escolaridade (categorizadas em “analfabetos”, primários”, “colegiais” e “universitários”);
5. **Religião:** Categorizadas em “católica”, “mormon, Adventista, Testemunha de Jeová”, “evangélica”, religiões de matriz africana “e “não tem religião”);
6. **Gênero:** Identificadas por “homem” e mulher”⁶⁰;
7. **Intenção de Voto⁶¹:**

⁵⁸ Tradução livre: “Por favor, olhe para este cartão e diga: quanto você confia em cada um dos seguintes grupos/instituições? (...) Comissão Nacional Eleitoral. Você diria que tem muita confiança (1), alguma confiança (2), pouca confiança (3) ou nenhuma confiança (4)?

⁵⁹ As categorias das faixas etárias seguiram o padrão proposto pelos institutos utilizados (LAPOP, LatinoBarômetro e ESEB) e pela literatura sobre comportamento político. Assim, o escopo foi identificar a confiança no sistema eleitoral e sua relação com as diferentes gerações etárias.

⁶⁰ Trabalhamos com a variável de gênero em termos binários, pela ausência de dados que permitissem a inclusão de outras identidades de gênero.

⁶¹ Uma preocupação metodológica importante reconhecida neste trabalho refere-se à inclusão da “intenção de voto” como variável explicativa da confiança eleitoral. Nesse sentido, não ignoramos as contribuições de Zechmeister; Corral (2013), que identificaram a possibilidade de causalidade reversa dessa variável, já que a confiança – ou a desconfiança – no sistema pode influenciar a escolha do candidato e não apenas o contrário. No entanto, os dados apresentados na seção de resultados apontam na direção de uma causalidade entre os discursos de Bolsonaro e a desconfiança no sistema eleitoral, que é a hipótese deste trabalho. Isto é, entre 2006 a 2018, eleitores identificados no espectro ideológico de direita mostram índices mais elevados de confiança no sistema eleitoral se comparados com os eleitores de esquerda, sugerindo que a ideologia de direita – isoladamente – não está relacionada à maior desconfiança no sistema eleitoral brasileiro. Isto é, apenas em 2022 nota-se uma diminuição da confiança no sistema eleitoral, quando Jair Bolsonaro já era presidente da República e seus discursos passaram a ter um alcance institucional. Os resultados apontam, assim, que o alinhamento à Bolsonaro mobilizou o fenômeno da desconfiança no sistema eleitoral, tendo a

- a. Para 2018: Categorizadas em “Jair Bolsonaro”, Fernando Haddad”, “Ciro Gomes” e Geraldo Alckmin”
- b. Para 2022: Categorizados em “Jair Bolsonaro”, Luiz Inácio Lula da Silva”, “Ciro Gomes” e “Simone Tebet”.

Por fim, dividimos a discussão dos resultados em duas partes: descritiva e analítica. Na primeira parte, exploramos as tendências observadas, identificamos a relevância estatística das variáveis e destacamos os achados mais significativos. Na segunda parte, de caráter analítico, desenvolvemos uma abordagem interpretativa para analisar os fenômenos encontrados.

6.1 Modelo de Regressão logística Binomial ou Binária

Para analisar e discutir a hipótese deste trabalho de dissertação, optamos pelo uso do modelo de regressão logística binomial. Conforme ensina Fávero (2017), a técnica estatística da regressão logística binária consiste em explicar o comportamento entre uma variável dependente categórica binária e outras variáveis independentes, métricas ou não métricas. Em outras palavras, a regressão logística binária busca entender a probabilidade de que um evento binário ocorra em relação a outras variáveis explicativas, sejam elas categóricas, grupos ou categorias, ou lineares, valores dentro de um intervalo, conforme se verifica na seguinte fórmula:

Figura 8 – Modelo de regressão logística

$$Y = \alpha + \beta X + \varepsilon$$

Fonte: Fávero (2017)

O Y representa a variável dependente, ou seja, o objeto de estudo que se pretende explicar. O valor α é o valor inicial de Y , se X for igual a 0. O β é a variação de Y sempre que há aumento em X . Já o X corresponde a variável explicativa/independente. Por fim, o ε representa fatores não explicados no modelo (figura 08).

Fernandes et al. (2021) apontam que essa técnica estatística é amplamente usada em Ciência Política para entender fenômenos como a probabilidade de o eleitorado votar ou não votar em determinado candidato, a chance de que um candidato vença ou perca as eleições, ou ainda se o eleitorado aderiu ou não aderiu a determinada política pública. Nesses casos, a

retórica presidencial agido como fator contextual relevante, o que ficou demonstrado entre o núcleo duro de seus apoiadores.

utilização da regressão logística binária apresenta-se como a melhor técnica para entender a variável dependente e sua relação com outras variáveis explicativas.

Em pesquisa recente, verificamos que Fuks e Marques (2020) utilizaram a técnica da regressão logística para analisar a influência da ideologia sobre o voto em Jair Bolsonaro, a partir de 5 modelos de regressão logística binomial. No estudo, a variável dependente, o voto em Bolsonaro no primeiro turno de 2018 foi codificada assim: (1) voto em Jair Bolsonaro e (0) voto nos demais candidatos. Como variáveis de controle, os autores utilizaram fatores como gênero, idade, escolaridade, entre outros.

Nesse mesmo sentido, identificamos que Speck e Mancuso (2013) empregaram a técnica da regressão logística binomial para determinar o êxito eleitoral em eleições majoritárias municipais em 2012. Para tanto, utilizaram a variável dependente “êxito eleitoral”, elegendo o (1) para candidato eleito e (0) para não eleitos. Como variáveis de controle, os autores utilizaram a despesa para cada eleitor, o cargo efetivo anterior e o Gênero.

Neste trabalho, identificamos a variável dependente (confiança nas eleições) e que só permite dois resultados categóricos: (0) não confia e (1) confia. Em seguida, considerando a literatura sobre o tema, selecionamos variáveis explicativas (independentes), métricas e não métricas, como intenção de voto, identificação ideológica, faixa etária e faixa de renda, região, escolaridade, religião e o gênero.

Em particular, a inclusão da variável “ideologia” foi pensada com o objetivo de analisar qual grupo ideológico tende a desconfiar dos procedimentos eleitorais. A hipótese inicial é de que os grupos identificados com o espectro ideológico de direita tendem a desconfiar mais das eleições.

Além disso, elegemos a variável “intenção de voto” com o escopo de analisar e inferir se as intenções de voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e 2022, com base em 5 candidatos, influência de forma significativamente relevante na variável dependente. Neste caso, a hipótese é de que os eleitores de Jair Bolsonaro tendem a apresentar níveis mais altos de desconfiança no sistema eleitoral brasileiro.

Dessa forma, a utilização da técnica de regressão logística neste trabalho considera as práticas metodológicas anteriores da literatura para, dessa forma, inferir se há – ou não – relação de causalidade entre a retórica presidencial de Jair Bolsonaro com a desconfiança no sistema eleitoral. Os dados foram interpretados a partir do *software* de processamento *Stata*, categorizados, comentados e transformados em tabelas de regressão logística binomial.

6.2 Desafios de pesquisa

Neste tópico, apresentamos e discutimos um conjunto de limitações apresentadas pela pesquisa. Conforme ensina Paranhos et al., (2013), os pesquisadores, ao desenvolverem suas pesquisas, terão limitações em relação ao objeto de estudo. Destacamos, dentre outros aspectos, que o volume de microdados deste trabalho de dissertação representou um grande desafio metodológico para a pesquisa, como argumentado a seguir.

O primeiro desafio encontrado se refere à padronização das escalas da variável “confia” e “não confia” nos três bancos de dados. Apesar da transformação dessa variável para uma escala binária ser necessária para o estudo da confiança no sistema eleitoral, percebemos que essa escolha metodológica pode não refletir algumas nuances. Ao analisar a série histórica do LAPOP, por exemplo, optamos por agrupar as opções de 1 a 4 como "Não confia", e agrupando as opções de 5 a 7 como "Confia", o que sugere uma padronização de alguns extratos de entrevistados. Para contornar essa limitação, adotamos a padronização utilizada pela literatura e garantimos a coerência da recodificação em todos os bancos.

Outra limitação metodológica importante diz respeito à ausência de variáveis em alguns anos. Uma breve análise nos bancos de dados do LAPOP, ESEB e Latinobarômetro já revela que algumas variáveis, como confiança, região e renda, estão ausentes em parte das pesquisas publicadas, impedindo que comparações e tendências temporais sejam identificadas.

Além disso, identificamos que a capacidade explicativa de algumas variáveis independentes pode ser inconsistente ao longo da série histórica. É possível verificar em alguns modelos de regressões que algumas variáveis não são estatisticamente significativas, apesar do método utilizado para selecioná-las estar referenciado na literatura, o que indica que outros fatores podem influenciar a confiança no sistema eleitoral.

Percebemos, ainda, que a busca no banco de dados do ESEB indica que pesquisas sobre confiança no sistema eleitoral foram realizadas apenas em anos de eleições presidenciais, o que diminui a oportunidade de fazer análises mais completas, como foi feito no LAPOP e no Latinobarômetro. Essa limitação pode representar um desafio para a compreensão do fenômeno estudado, embora não impeça que análises importantes fossem realizadas.

Conforme King, Keohane e Verba (1994), a base de dados utilizada na pesquisa científica deve ser transparente, assim como a replicabilidade dos resultados da pesquisa deve ser possível por qualquer pesquisador. Com essa mesma abordagem, Paranhos et al., (2013) argumentam que quanto mais fácil é a replicação de um trabalho acadêmico, mais validade ele terá no campo científico. Mas isso só é possível quando os procedimentos metodológicos são claros e todas as fontes de dados são destacadas de forma transparente.

Pensando nisso, para garantir a transparência e a replicabilidade dos dados, desenvolvemos um script com todos os procedimentos realizados no software Stata, possibilitando que replicações de tabelas de regressão logística binária, bem como de gráficos, possam ser realizadas.

Com isso, incentivamos a replicação dos modelos de regressão logística binária para confirmação dos resultados e para que novas abordagens e contribuições aprofundem o debate sobre o tema. Por fim, reconhecemos essas limitações para que pesquisas futuras possam ser pensadas a partir do aprimoramento da análise sobre a confiança no sistema eleitoral.

7 DISCUSSÃO E RESULTADOS

No capítulo anterior, propomos apresentar os resultados desta pesquisa em duas partes: descritiva e analítica. Na primeira parte, exploramos as tendências observadas, identificamos a relevância estatística das variáveis e destacamos os achados mais significativos.

Na segunda parte, de caráter analítico, desenvolvemos uma abordagem interpretativa para analisar os fenômenos encontrados. Com base nisso, discutimos as seguintes questões:

- 1) Qual é o impacto da retórica de Jair Bolsonaro, que possui um discurso antagonista ao sistema eleitoral brasileiro, sobre a confiança nas eleições presidenciais, especialmente no período de 2018 a 2022.
- 2) Há uma tendência de aumento da desconfiança nos procedimentos eleitorais a partir de 2018 até 2022?'
- 3) Em qual grupo do espectro ideológico a desconfiança nas eleições teve mais impacto?
- 4) Jair Bolsonaro contribuiu para que parte importante dos eleitores aderissem à retórica baseada na descrença dos procedimentos eleitorais?

Assim, a divisão em duas partes tem dois motivos principais: o primeiro diz respeito à robustez dos dados. Neste trabalho, produzimos 7 tabelas de regressão logística binomiais para análise longitudinal, de maneira a permitir a visualização de tendências do fenômeno estudado. E o segundo refere-se à necessidade de destinar uma seção específica para discutir os principais achados à luz do referencial teórico pertinente.

7.1 Análise dos resultados da regressão logística binomial – ESEB (2006), Latinobarômetro (2006) e LAPOP (2008)⁶²

Na primeira análise dos resultados, identificamos que a variável ideologia revela uma relação consistente com a confiança no sistema eleitoral. No Latinobarômetro (2006), o espectro ideológico de direita (OR= 2,144 e $p < 0,01$) e de centro (OR=1,733 ($p < 0,05$), respectivamente, confiam mais no sistema eleitoral do que o grupo do espectro ideológico de referência (esquerda). Os dados do LAPOP (2008) sugerem o mesmo padrão, com o grupo de direita (OR= 1,024) e de centro (OR=1,005) confiando mais, embora os dados não sejam estatisticamente relevantes. O ESEB não possui dados sobre ideologia no ano de 2006. Inferimos, portanto, que esses resultados indicam que ser de direita e de centro, respectivamente, exercem uma influência importante na confiança do sistema eleitoral.

A variável etária indicou significância estatística em apenas um instituto. O Latinobarômetro (2006) aponta que os adultos de meia idade (OR= 1,677 e $p < 0,05$) confiam mais no sistema eleitoral do que os jovens (referência). Esse padrão também aparece entre os jovens idosos (OR= 1,358) e adultos (OR= 1,096), respectivamente, mas sem significância estatística. É interessante perceber que no LAPOP (2008), a tendência foi a mesma mostrada pelo Latinobarômetro, com adultos e idosos com coeficientes acima de 1, mas sem significância estatística. Os dados sugeriram, portanto, que ter mais idade contribui para a confiança no sistema eleitoral no ano de 2006.

⁶² A tabela 1 apresenta os coeficientes (OR – Odds ratio) e erros-padrão (entre parênteses) da regressão logística binomial acerca da confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro, ESEB e LAPOP. No Latinobarômetro (2006), a análise incluiu 784 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0001, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0526, indicando que o modelo explica uma parcela razoável da variação na variável dependente . No LAPOP (2008), por sua vez, a análise incluiu 1.022 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0012, sugerindo que o modelo também é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi 0,034, o que indica que o modelo explica uma parcela limitada da variação na variável dependente. No ESEB (2006), a análise incluiu 684 observações, com um valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0278, sugerindo que o modelo é estatisticamente significativo ($< 0,05$). O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,03745, sinalizando para uma explicação razoável da variação na variável dependente.

Tabela 1 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2006/2008)

Não confia (ref.)		Confia		
		Barômetro 2006	ESEB 2006	LAPOP 2008
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–	–
	Centro	1,733* (0,387)	=	1,005 (0,192)
	Direita	2,144** (0,575)	=	1,024 (0,228)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–	–
	Adultos	1,096 (0,208)	0,863 (0,203)	1,168 (0,196)
	Adultos de Meia Idade	1,677* (0,393)	0,844 (0,221)	1,066 (0,199)
	Jovens Idosos	1,358 (0,400)	0,744 (0,197)	1,137 (0,261)
	Idosos Experientes	2,145 (1,156)	0,609 (0,191)	1,074 (0,467)
Região	Norte (ref.)	–	–	–
	Nordeste	0,702 (0,232)	=	1,159 (0,368)
	Sudeste	0,658 (0,213)	=	0,740 (0,229)
	Sul	1,214 (0,478)	=	1,580 (0,518)
	Centro–Oeste	0,260** (0,107)	=	0,932 (0,333)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–	–
	Primário	1,260 (0,500)	0,817 (0,189)	1,009 (0,313)
	Colegial	1,449 (0,643)	0,528* (0,137)	1,124 (0,375)
	Universidade	1,959 (0,946)	0,820 (0,277)	2,003 (0,749)
Religião	Católico (ref.)	–	–	–
	Mor, Adv, Tes–Jeo,	2,421 (1,619)	0,496 (0,334)	1,118 (0,245)
	Evangélica	1,084 (0,219)	0,935 (0,183)	0,535* (0,167)
	Não tem religião	0,686 (0,639)	1,008 (0,283)	0,820 (0,164)
	Rel, Matriz Africana	1,000 (0,empty)	0,394 (0,288)	0,844 (0,585)
Renda	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–	–
	Renda Baixa	1,578 (0,451)	0,827 (0,183)	0,728* (0,109)
	Renda Média	1,630 (0,466)	0,775 (0,150)	0,770 (0,189)
	Renda Alta	1,562 (0,542)	0,956 (0,090)	5,001* (4,033)
Gênero	Masculino (ref.)	–	–	–
	Feminino	0,574** (0,091)	1,167 (0,187)	0,829 (0,109)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do ESEB (2006), Latinobarômetro (2006) e LAPOP (2008)

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

= não há dados dessa variável.

Quanto à variável região, o Latinobarômetro (2006) sugere que o centro–oeste (OR= 0,260 e p < 0,01) confia menos do que a referência (norte). Mas isso não foi observado nos demais institutos, que mostram resultados sem significância estatística.

No que se refere à escolaridade, no ESEB (2006) os resultados demonstram que o grupo com ensino médio (OR= 0,528 e p < 0,05) apresenta menor confiança em relação aos analfabetos (referência). O grupo dos primários (OR= 0,817) e o grupo do ensino superior (OR= 0,820) confiam menos, mas sem que isso apresente significância estatística. Assim, quanto menor a escolaridade, maior é a confiança.

Quanto à relação entre confiança e religião, os evangélicos se sobressaem. No LAPOP (2008), o grupo dos evangélicos (OR= 0,535 e p < 0,05) confiam menos nas eleições do que os demais.

No que diz respeito à variável de renda, os dados do LAPOP (2008) sugerem que o grupo de renda alta (RO= 5,001 e $p < 0,05$) confia mais, ao passo que o grupo de renda baixa (0,728 e $p < 0,05$) confia menos. Isso indica, preliminarmente, que quanto maior a renda, maior a confiança.

A variável de gênero também mostrou significância estatística. No Latinobarômetro (2006), as mulheres (OR= 0,574 ($p > 0,01$)) confiam menos do que os homens (referência). Apesar de não mostrar resultados estatisticamente relevantes, o LAPOP (2008) segue a mesma tendência, com as mulheres confiando menos (OR=0,829) do que os homens.

Em resumo, nota-se que fatores como ideologia e renda influenciam a confiança no sistema eleitoral de forma estatisticamente consistente. O grupo de direita, com maior renda e do sexo masculino tendem a confiar mais, ao passo que evangélicos e pessoas de baixa renda e do gênero feminino confiam menos.

7.2 Análise dos resultados da regressão logística binomial – Latinobarômetro (2007/2010) e LAPOP (2010) ⁶³

A tabela 2 confirma os dados da tabela 1, isto é, sugere que a variável “ideologia” influencia de forma relevante a variável de referência (esquerda). A relação entre ideologia e confiança no sistema eleitoral são consistentes no Latinobarômetro (2007), com os resultados indicando que a relação entre ideologia e confiança é muito significativa para o centro, com OR=1,600 ($p < 0,05$) em relação à esquerda (referência). No LAPOP (2010), a questão da ideologia mostra a direita confiando significativamente mais no sistema eleitoral (OR= 1,644, $p < 0,01$) seguida pelo centro com OR=1,429 e $p < 0,05$. Esses resultados parecem indicar que há

⁶³ Nota: a tabela 2 apresenta os coeficientes (OR) e os erros-padrão (entre parênteses) da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro e LAPOP. No Latinobarômetro (2007), a análise incluiu 776 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0002, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0455, indicando que o modelo explica uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes. No Latinobarômetro (2010), a análise incluiu 699 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0015, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0458, indicando que o modelo explica uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes. No LAPOP (2010), a análise incluiu 1,658 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0044, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0188, indicando que o modelo explica uma parcela baixa da variação na variável dependente.

Tabela 2 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2007/2010)

Não confia (ref.)		Confia		
		Barômetro 2007	Barômetro 2010	LAPOP 2010
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–	–
	Centro	1,600* (0,347)	0,736 (0,207)	1,429* (0,204)
	Direita	1,299 (0,345)	1,699 (0,566)	1,644** (0,263)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–	–
	Adultos	0,907 (0,166)	1,061 (0,213)	1,072 (0,132)
	Adultos de Meia Idade	1,040 (0,225)	0,877 (0,194)	1,200 (0,175)
	Jovens Idosos	1,194 (0,325)	1,466 (0,413)	1,183 (0,237)
	Idosos Experientes	0,733 (0,370)	1,148 (0,617)	0,678 (0,246)
Região	Norte (ref.)	–	–	–
	Nordeste	0,573 (0,204)	1,074 (0,374)	1,015 (0,164)
	Sudeste	0,365** (0,126)	1,044 (0,349)	0,796 (0,129)
	Sul	0,748 (0,279)	2,115 (0,837)	1,445 (0,274)
	Centro-Oeste	0,729 (0,319)	1,267 (0,525)	0,954 (0,176)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–	–
	Primário	0,867 (0,267)	0,996 (0,332)	0,946 (0,263)
	Colegial	0,802 (0,286)	1,206 (0,453)	0,996 (0,289)
	Universidade	2,031 (0,844)	1,137 (0,472)	0,980 (0,325)
Religião	Católico (ref.)	–	–	–
	Mor, Adv, Tes-Jeo,	0,416 (0,312)	1,327 (0,798)	0,973 (0,149)
	Evangélica	1,004 (0,187)	0,891 (0,177)	0,860 (0,171)
	Não tem religião	1 (empty)	1 (empty)	0,833 (0,195)
	Rel, Matriz Africana	1 (empty)	1,400 (0,821)	0,730 (0,567)
Renda	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–	–
	Renda Baixa	0,815 (0,203)	0,961 (0,301)	0,944 (0,106)
	Renda Média	1,053 (0,273)	1,282 (0,407)	1,621 (0,406)
	Renda Alta	0,622 (0,212)	1,992 (0,783)	0,828 (0,409)
Gênero	Masculino (ref.)	–	–	–
	Feminino	0,811 (0,122)	0,735 (0,117)	0,780* (0,079)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Latino Barômetro (2007/2010) e LAPOP (2010)

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = ($p < 0,05$); ** = ($p < 0,01$)

um padrão de confiança na variável ideologia. Isto é, ser de direita e ser de centro contribui para as pessoas confiarem mais no sistema eleitoral. Preliminarmente, observamos que este resultado pode representar um achado para a pesquisa.

Nesse mesmo sentido, notamos que a variável de “gênero” segue a mesma tendência da primeira tabela. No LAPOP (2010), o grupo das mulheres (OR= 0,780 e $p < 0,05$) demonstra menor confiança em relação ao grupo dos homens. Preliminarmente, isso pode indicar também outro achado importante.

Em suma, os resultados sinalizam que a ideologia de direita e de centro continuam a confiar no sistema eleitoral e de forma estatisticamente consistente. Se esse padrão se confirmar, representará um grande achado desta pesquisa, porque desafia a literatura sobre o tema. Nessa

mesma esteira, o grupo das mulheres também segue a tendência do primeiro modelo, indicando confiar menos no sistema eleitoral.

7.3 Análise dos resultados da regressão logística binomial – LAPOP (2012/2014) e Latinobarômetro (2015)⁶⁴

No terceiro modelo, observamos que a ideologia está influenciando a confiança no sistema eleitoral. Na tabela 3, diferente da anterior, percebemos essa tendência nos três modelos de regressão. No LAPOP (2012), o grupo de direita (OR=1,977 e $p<0,01$) indica quase o dobro de chances de confiar mais no sistema eleitoral do que a referência (esquerda). O espectro ideológico de centro (OR= 1,373 e $p< 0,05$) também mostrou confiar mais. Quando analisamos o ano de 2014, a tendência se mantém, com a direita apresentando OR= 2,192 e $p< 0,01$, seguida pelo centro com OR= 1,440, embora sem significância estatística. O Latinobarômetro (2015) mostra que essa tendência prevalece, com a direita apresentando OR=2,019 e $p< 0,05$ e o centro OR= 1,879, consolidando ou reforçando os resultados dos anos anteriores. Portanto, novamente notamos uma tendência interessante nos modelos de regressão logística sobre essa variável.

A variável “faixa etária” sugere que ter mais idade contribui para a confiança no sistema eleitoral. Segundo o instituto LAPOP (2012), os jovens idosos (OR=1744 e $p< 0,05$), tem a maior confiança entre os grupos.

Quanto à variável da região, o LAPOP (2012) indicou resultados com muita significância estatística. O Sudeste mostrou menos confiança (OR= 0,372 e $p<0,01$), seguido pelo Centro-Oeste (OR= 0,304 e $p< 0,01$). O sul vem logo em seguida, com OR= 0,574 e $p< 0,05$ e Nordeste OR= 0,458 e $p< 0,01$. Em 2014, as diferenças entre as regiões não foram estatisticamente relevantes. Nesse modelo, o nível de confiança regional, em 2012, indica ser bem pequeno.

⁶⁴ Notas: a tabela 3 apresenta os coeficientes (OR) e erros-padrão da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro e LAPOP. No LAPOP (2012), a análise incluiu 1.136 observações, com valor $\text{prob}>\chi^2$ de 0,0000, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0435, indicando que o modelo explica uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes. No LAPOP (2014), a análise incluiu 1.161 observações, com valor de $\text{prob}>\chi^2$ de 0,0009, sugerindo que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0371, o que indica que o modelo explica uma parcela limitada da variação na variável dependente. No Latinobarômetro (2015), a análise incluiu 569 observações, com valor de $\text{prob}>\chi^2$ de 0,1462, sugerindo que o modelo não é estatisticamente significativo ao nível de 5%. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0362, o que indica que em um modelo significativo, esse valor explicaria uma parcela baixa da variação na variável dependente.

Tabela 3 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2012/2015)

Não confia (ref.)		Confia		
		LAPOP 2012	LAPOP 2014	Barômetro 2015
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–	–
	Centro	1,373* (0,220)	1,440 (0,277)	1,879* (0,508)
	Direita	1,977** (0,362)	2,192** (0,449)	2,019* (0,611)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–	–
	Adultos	1,169 (0,179)	0,875 (0,155)	0,823 (0,181)
	Adultos de Meia Idade	1,074 (0,192)	0,931 (0,187)	1,006 (0,248)
	Jovens Idosos	1,744* (0,469)	1,510 (0,366)	1,546 (0,541)
	Idosos Experientes	1,264 (0,874)	1,505 (0,846)	0,770 (0,528)
Região	Norte (ref.)	–	–	–
	Nordeste	0,458** (0,098)	0,763 (0,185)	1,175 (0,422)
	Sudeste	0,372** (0,078)	0,817 (0,182)	1,310 (0,437)
	Sul	0,574* (0,138)	1,106 (0,277)	1,319 (0,534)
	Centro–Oeste	0,304** (0,075)	0,958 (0,258)	0,877 (0,438)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–	–
	Primário	0,312 (0,222)	0,600 (0,233)	0,544 (0,260)
	Colegial	0,460 (0,329)	0,463 (0,192)	0,506 (0,246)
	Universidade	0,539 (0,394)	0,592 (0,273)	0,931 (0,485)
Religião	Católico (ref.)	–	–	–
	Mor, Adv, Tes–Jeo,	0,989 (0,182)	0,951 (0,222)	1,212 (0,774)
	Evangélica	0,776 (0,187)	1,285 (0,332)	0,964 (0,200)
	Não tem religião	0,961 (0,205)	0,870 (0,163)	1,209 (0,680)
	Rel, Matriz Africana	0,702 (0,231)	0,657 (0,526)	3,083 (2,925)
Renda	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–	–
	Renda Baixa	0,864 (0,298)	0,807 (0,155)	0,524 (0,182)
	Renda Média	0,766 (0,267)	0,801 (0,160)	0,613 (0,213)
	Renda Alta	0,762 (0,268)	0,745 (0,264)	0,562 (0,245)
Gênero	Masculino (ref.)	–	–	–
	Feminino	1,088 (0,139)	0,756 (0,107)	0,954 (0,171)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do LAPOP (2012/2014) e Latino Barômetro (2015)

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

Em suma, um achado importante observado diz respeito a variável de ideologia. Nos três institutos de pesquisa, ela continua a indicar que o grupo do espectro ideológico de direita – seguida pelo centro – apresenta maior confiança no sistema eleitoral. A variável de região também parece ter influenciado, com a região sudeste e Centro–Oeste mostrando menos confiança nos anos analisados. As demais variáveis não apresentaram tendências consideradas estatisticamente relevantes para o trabalho.

7.4 Análise dos resultados da regressão logística binomial – Latinobarômetro (2017/2018)⁶⁵

Ao associar os dados da variável “ideologia” da tabela 4 com as tabelas anteriores, inferimos que os grupos de direita e de centro confiam mais nas eleições do que o grupo de referência (esquerda). Entre os anos de 2017 a 2018, nós identificamos uma tendência interessante: a variável ideologia segue tendo um impacto considerável na confiança do sistema eleitoral. Se olharmos no Latinobarômetro (2017), o grupo de direita (OR= 1,705 e $p < 0,05$) confia mais nas eleições do que o grupo de esquerda (referência).

Além disso, o grupo do espectro ideológico de centro também confia mais (OR=1,308), embora sem significância estatística. Em 2018, esses resultados são parecidos, com a direita (OR= 1,902 e $p < 0,05$) e o centro (OR=1,777 e $p < 0,001$) confiando mais no sistema eleitoral do que a referência.

Nesse sentido, parece mesmo que encontramos uma tendência importante para a pesquisa. Não apenas porque apresenta um padrão claro, mas porque desafia parte da literatura que escreve sobre a “nova direita” no Brasil.

A variável de gênero do Latinobarômetro (2017) mostra tendência significativamente relevante. O grupo das mulheres (OR= 0,696 e $p < 0,05$) indicaram a menor confiança. No latinobarômetro (2018), nota-se a mesma tendência, com as mulheres confiando ainda menos (OR= 0,618 e $p < 0,01$).

⁶⁵ Notas: a tabela 4 apresenta os coeficientes (OR) e erros-padrão (entre parêntese) da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro. No Latinobarômetro (2017/2018) as análises incluem, respectivamente, 727 e 868 observações, com um valor $\text{prob} > \chi^2$ de, respectivamente, 0,2969 e 0,0898, o que sugere que os modelos não são estatisticamente significativos, ainda que o valor correspondente a 2018 esteja próximo da significância ($< 0,05$). O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0265 em 2017 e 0,0278 em 2018, indicando que os modelos explicam uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes. Apesar disso, a ausência de explicação estatisticamente significativa global do modelo, a variável “ideologia” parece ter impactado significativamente ($p < 0,05$ e $p < 0,01$).

Tabela 4 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2017/2018)

Não confia (ref.)		Confia	
		Barômetro 2017	Barômetro 2018
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–
	Centro	1,705* (0,369)	1,777** (0,361)
	Direita	1,308 (0,426)	1,902* (0,478)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–
	Adultos	1,179 (0,252)	1,094 (0,228)
	Adultos de Meia Idade	1,359 (0,332)	1,092 (0,237)
	Jovens Idosos	0,704 (0,240)	1,195 (0,316)
	Idosos Experientes	0,706 (0,486)	1,705 (0,746)
Região	Norte (ref.)	–	–
	Nordeste	0,808 (0,243)	0,917 (0,276)
	Sudeste	0,571 (0,160)	0,955 (0,273)
	Sul	0,656 (0,222)	1,071 (0,350)
	Centro-Oeste	0,683 (0,259)	1,394 (0,521)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–
	Primário	1,292 (0,711)	1,388 (0,589)
	Colegial	1,432 (0,815)	1,401 (0,630)
	Universidade	1,584 (0,949)	1,578 (0,741)
Religião	Católico (ref.)	–	–
	Mor, Adv, Tes-Jeo,	1,584 (0,949)	1,601 (1,084)
	Evangélica	1,336 (0,247)	1,197 (0,205)
	Não tem religião	1,000 (empty)	1,000 (empty)
Renda	Rel, Matriz Africana	0,540 (0,604)	0,834 (0,556)
	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–
	Renda Baixa	0,936 (0,266)	0,770 (0,206)
	Renda Média	0,781 (0,223)	0,704 (0,194)
Gênero	Renda Alta	0,830 (0,305)	1,307 (0,418)
	Masculino (ref.)	–	–
	Feminino	0,991 (0,169)	0,812 (0,125)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Latino Barômetro (2017/2018)

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

Em suma, nota-se que a variável ideologia segue influenciando de maneira estatisticamente significativa na confiança do sistema eleitoral, com o grupo de direita e de centro na dianteira em comparação com o grupo de esquerda (referência). Para a pesquisa, esses resultados precisam ser explicados com mais aprofundamento, o que será tentado na parte analítica dos resultados.

7.5 Análise dos resultados da regressão logística binomial – LAPOP (2017/2018), ESEB (2018)⁶⁶

Na tabela 5, nota-se uma consolidação dos resultados apresentados nas tabelas anteriores: os grupos de direita e de centro confiam mais nas eleições do que os grupos de esquerda (referência). No LAPOP (2017) o grupo de direita (OR= 1,737 e $p < 0,01$) confia substancialmente mais do que o grupo de esquerda (referência). Nesse mesmo sentido, o grupo de centro mostrou ainda mais confiança (OR= 1,793 e $p < 0,01$). Em 2018, a ideologia perdeu força, com a direita apresentando OR= 1,237 e o centro OR=0,890, ambos sem significância estatística. No ESEB (2018), os resultados também não foram estatisticamente significativos.

Quanto a variável “religião”, segundo o LAPOP (2018), o grupo dos evangélicos (OR= 1,580 e $p < 0,05$) confiaram mais nas eleições do que os católicos (referência). Esse achado é interessante e parece sinalizar que Jair Bolsonaro não influenciou o grupo de evangélicos quando ainda era candidato presidencial em 2018.

Além disso, o LAPOP (2018) indica também que os mais ricos do Brasil confiavam mais nas eleições do que as camadas mais pobres. A pesquisa identificou o grupo com renda alta com um OR= 1,878 e $p < 0,05$ em relação ao grupo dos sem renda/renda muito baixa (referência).

⁶⁶ Notas: a tabela 5 apresenta os coeficientes (OR) e erros-padrão da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro, LAPOP e ESEB. No LAPOP (2017/2018) as análises incluem, respectivamente, 1,231 e 747 observações, com valor $\text{prob} > \chi^2$ de, respectivamente, 0,0020 e 0,0107, o que sugere que os modelos são estatisticamente significativos globalmente. O Pseudo-R² de Mcfadden foi, respectivamente, 0,0335 e 0,0454, indicando que os modelos explicam uma parcela baixa da variação na variável dependente. No ESEB (2018), as análises incluem 130 observações, com valor $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0724, o que sugere que o modelo não é estatisticamente significativo globalmente. O Pseudo-R² de Mcfadden foi 0,1727, indicando que os modelos explicam uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes.

Tabela 5 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2017/2018)

Não confia (ref.)		Confia		
		LAPOP 2017	ESEB 2018	LAPOP 2018
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–	–
	Centro	1,793** (0,301)	1,149 (0,790)	0,890 (0,197)
	Direita	1,737** (0,332)	0,822 (0,528)	1,237 (0,279)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–	–
	Adultos	1,053 (0,178)	0,658 (0,365)	0,841 (0,171)
	Adultos de Meia Idade	1,099 (0,216)	1,194 (0,928)	0,874 (0,212)
	Jovens Idosos	1,272 (0,334)	1,700 (1,342)	1,698 (0,512)
	Idosos Experientes	2,044 (1,044)	2,670 (2,234)	3,250 (2,769)
Região	Norte (ref.)	–	–	–
	Nordeste	0,855 (0,186)	=	1,089 (0,286)
	Sudeste	0,699 (0,144)	=	0,942 (0,226)
	Sul	0,976 (0,230)	=	0,825 (0,239)
	Centro-Oeste	0,860 (0,219)	=	0,831 (0,236)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–	–
	Primário	1,007 (0,526)	1,652 (1,632)	2,874 (2,544)
	Colegial	0,909 (0,483)	1,878 (1,844)	3,249 (2,908)
	Universidade	0,871 (0,500)	2,525 (2,827)	3,153 (2,900)
Religião	Católico (ref.)	–	–	–
	Mor, Adv, Tes–Jeo,	0,742 (0,167)	=	1,324 (0,357)
	Evangélica	0,812 (0,221)	0,660 (0,333)	1,580* (0,318)
	Não tem religião	0,951 (0,150)	0,737 (0,519)	0,921 (0,265)
	Rel, Matriz Africana	0,859 (0,480)	1 (empty)	2,742 (1,653)
Renda	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–	–
	Renda Baixa	0,880 (0,145)	0,660 (0,362)	1,088 (0,244)
	Renda Média	0,689 (0,137)	0,289 (0,228)	1,283 (0,282)
	Renda Alta	0,592 (0,185)	1 (empty)	1,878* (0,526)
Gênero	Masculino (ref.)	–	–	–
	Feminino	0,696* (0,098)	1,717 (0,787)	0,618** (0,101)
Intenção Voto	Jair Bolsonaro (ref.)	–	–	–
	Fernando Haddad	=	0,318* (0,169)	0,936 (0,188)
	Ciro Gomes	=	1,438 (1,007)	1,314 (0,416)
	Geraldo Alckmin	=	3,788 (4,698)	1,205 (0,929)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do LAPOP (2017/2018) e ESEB (2018)

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

= não há dados dessa variável.

Outro dado interessante diz respeito ao gênero. Isso porque a variável de gênero foi estatisticamente relevante em dois anos. No LAPOP (2017), o grupo das mulheres (OR= 0,696 e p< 0,05) confiaram significativamente menos do que os homens (referência). Em 2018, a tendência se mantém, com o grupo feminino (OR= 0,618 e p< 0,01) confiando ainda menos. O ESEB (2018) mostra uma tendência diversa, mas sem resultados estatisticamente significativos.

No que se refere a nova variável “intenção de voto”, notamos o seguinte: o ESEB (2018) indicou que o grupo com intenção de votar em Fernando Haddad (OR= 0,318 e $p < 0,05$) indica confiar menos no sistema eleitoral comparado ao grupo que indicou votar em Jair Bolsonaro (referência). Os grupos com intenção de votar em Geraldo Alckmin (OR= 3,788) e em Ciro Gomes (OR= 1,438) sugerem confiarem mais no sistema eleitoral, mas sem significância estatística. No LAPOP (2018), os grupos com intenção de votar em Geraldo Alckmin (OR= 1,205), em Ciro Gomes (OR= 1,314) e em Fernando Haddad (OR= 0,936) indicam coeficientes próximos a 1 e sem significância estatística.

Esse último resultado, com significância estatística, sugere que o grupo alinhado à esquerda, em 2018, confiava menos no sistema eleitoral. Consideramos ser esse outro grande achado para a pesquisa. Na parte analítica dos resultados, essa questão será analisada.

Em resumo, em 2017 a variável ideologia continuou a influenciar na confiança do sistema eleitoral, principalmente entre os grupos de direita e de centro, como indica o LAPOP (2017), de maneira estatisticamente significativa. Além disso, a variável intenção de voto evidenciou que não foi um fator estatisticamente relevante para explicar a confiança no sistema eleitoral, com exceção do ESEB (2018) que indicou o grupo com intenção de votar em Fernando Haddad confiando menos em comparação com o grupo de Jair Bolsonaro.

7.6 Análise dos resultados da regressão logística binomial – Barômetro (2010) e LAPOP (2021)⁶⁷

O modelo a seguir mostra que a variável ideologia continua a seguir uma tendência clara.

Tabela 6 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2020/2021)

Não confia (ref.)		Confia	
		Barômetro 2020	LAPOP 2021
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–
	Centro	1,899** (0,391)	=
	Direita	1,365 (0,334)	=
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–
	Adultos	0,806 (0,155)	0,861 (0,118)
	Adultos de Meia Idade	0,835 (0,176)	1,284 (0,193)
	Jovens Idosos	0,761 (0,188)	1,168 (0,240)
	Idosos Experientes	1,174 (0,546)	2,239 (1,173)
Região	Norte (ref.)	–	–
	Nordeste	0,633 (0,183)	0,902 (0,177)
	Sudeste	0,435** (0,124)	1,100 (0,174)
	Sul	0,427** (0,135)	0,930 (0,175)
	Centro-Oeste	0,333** (0,128)	1,115 (0,242)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–
	Primário	2,756* (1,351)	0,558 (0,258)
	Colegial	3,579* (1,816)	0,739 (0,333)
	Universidade	3,958** (2,078)	1,607 (0,721)
Religião	Católico (ref.)	–	–
	Mor, Adv, Tes-Jeo,	0,601 (0,372)	=
	Evangélica	0,803 (0,131)	=
	Não tem religião	1,443 (1,469)	=
	Rel, Matriz Africana	0,230* (0,147)	=
Renda	Sem renda /muito Baixa (ref.)	–	–
	Renda Baixa	0,643 (0,173)	=
	Renda Média	0,732 (0,193)	=
	Renda Alta	0,988 (0,278)	=
Gênero	Masculino (ref.)	–	–
	Feminino	0,974 (0,143)	0,898 (0,097)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Latino Barômetro (2020) e LAPOP (2021).

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

= não há dados dessa variável.

⁶⁷ Notas: a tabela 6 apresenta os coeficientes (OR) e erros-padrão da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do Latinobarômetro e LAPOP. No Latinobarômetro (2020) as análises incluem 865 observações, com valor prob>chi2 de 0,0001, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R2 de Mcfadden foi 0,0469, indicando que o modelo explica uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes. No LAPOP (2021), as análises incluem 1,507 observações, com prob>chi2 0,0000, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo globalmente. O Pseudo-R2 de Mcfadden foi de 0,0373, indicando que os modelos explicam uma parcela baixa da variação na variável dependente, sem que isso impeça análises importantes.

No Latinobarômetro (2020), o grupo do espectro ideológico de centro segue confiando mais (OR= 1,899 e $p < 0,01$) do que o grupo de esquerda (referência). O grupo de direita (OR= 1,365) também confia mais do que o grupo de esquerda, mas sem relevância estatística. É difícil saber como essa variável se comportou no LAPOP (2021), porque o instituto não apresenta dados. O que se pode afirmar é que esse resultado representa um desafio explicativo para este trabalho, porque nossa hipótese era de que, em 2018, Jair Bolsonaro teria influenciado a opinião pública a desconfiar do sistema eleitoral, principalmente o grupo alinhado ao espectro ideológico de direita.

Quanto à variável regional, também é possível observar coeficientes estatisticamente significativos. No Latinobarômetro (2020), Sudeste (OR= 0,435 e $p < 0,01$), Sul (OR= 0,427 e $p < 0,001$) e Centro– Oeste (OR= 0,333 e $p < 0,01$) desconfiando mais. Isso mostra resultados parecidos com o LAPOP (2012), com as regiões mostrando um baixo nível de confiança no sistema eleitoral.

Quanto à variável de escolaridade, os resultados são interessantes e mostram uma tendência. No Latinobarômetro (2020), os grupos com ensino universitário (OR= 3,958 e $p < 0,01$) e ensino colegial (OR= 3,579 e $p < 0,05$) confiam mais do que o grupo de analfabetos (referência). Isso sinaliza que, no ano de 2020, ser mais escolarizado influencia na confiança do sistema eleitoral.

Outro resultado intrigante diz respeito à variável religião. E isso se deve ao fato de que as religiões de matriz africana confiam menos no sistema eleitoral, com OR= 0,230 e $p < 0,05$, se comparada aos demais grupos. Não conseguimos confirmar essa peculiaridade, porque o LAPOP (2021) não apresentou dados sobre essa variável.

Em resumo, a variável “ideologia” continua a influenciar a confiança no sistema eleitoral, com o grupo de centro confiando estatisticamente mais do que o grupo de esquerda (referência). O espectro ideológico de direita também segue confiando mais do que a esquerda, mas sem significância estatística. Esses resultados têm importância direta para o nosso trabalho e será discutido na segunda parte.

7.7 Análise dos resultados da regressão logística binomial – ESEB (2022), LAPOP (2023) e Latinobarômetro (2023)⁶⁸

O modelo a seguir representa um paradigma importante para este trabalho. E isso tem relação com a variável ideológica sofrendo uma mudança importante de tendência a partir de 2022.

Os dados sugerem uma mudança de direção no que se refere ao padrão que tínhamos notado nos anos anteriores. No ESEB (2022), o centro (OR= 0,845) e, principalmente, a direita (OR= 0,442 e $p < 0,001$), tem menos chance de confiar nas eleições do que a esquerda (referência). No Latinobarômetro (2023), essa inversão é confirmada e aprofundada, com o centro (OR= 0,559 e $p < 0,01$) e a direita (OR= 0,316 e $p < 0,01$) desconfiando ainda mais do sistema eleitoral. O LAPOP (2023) indicou que a direita (OR= 0,741) e o centro (OR= 0,897) (centro), confirmando essa tendência, embora os resultados não sejam estatisticamente significativos.

A variável regional mostrou dois resultados estatisticamente significativos. No LAPOP (2023), a região Centro–Oeste (OR=0,472 e $p < 0,05$) desconfia consideravelmente do sistema eleitoral. No Latinobarômetro (2023), a região Nordeste (OR= 2,411 e $p < 0,01$) indicou que tem 2,4 vezes mais chances de confiar no sistema eleitoral em relação ao norte (referência).

Quanto à variável religiosa, os evangélicos parecem confiar menos, segundo o Barômetro (2023), com OR= 0,641 e $p < 0,01$. Na mesma linha da nossa hipótese, parece que a retórica de Jair Bolsonaro só surtiu efeito em 2022, o que justificaria a queda estatisticamente relevante do grupo de evangélicos.

⁶⁸ Notas: a tabela 7 apresenta os coeficientes (OR) e erros-padrão da regressão logística binomial sobre a confiança no sistema eleitoral, a partir dos dados do ESEB, Latinobarômetro e LAPOP. No ESEB (2022) as análises incluem 1,308 observações, com valor $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0000, indicando que o modelo é estatisticamente significativo globalmente. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,2904, o que sugere que o modelo explica grande parte da variação na variável dependente. No Latinobarômetro (2021), as análises incluem 846 observações, com o valor $\text{prob} > \chi^2$ 0,0000, o que sugere que o modelo é estatisticamente significativo. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,0600, mostrando que o modelo explica parte relevante da variação na variável dependente. No LAPOP (2023), as análises incluem 778 observações, com valor de $\text{prob} > \chi^2$ de 0,0000, confirmando que o modelo é estatisticamente significativo globalmente. O Pseudo-R² de Mcfadden foi de 0,1123, sugerindo que o modelo explica parte da variação na variável dependente.

Tabela 7 – Regressão Logística Binomial da confiança no sistema eleitoral no Brasil (2022/2023)

Não confia (ref.)		Confia		
		ESEB 2022	LAPOP 2023	Barômetro 2023
Ideologia	Esquerda (ref.)	–	–	–
	Centro	0,845 (0,191)	0,897 (0,188)	0,559** (0,118)
	Direita	0,442** (0,094)	0,741 (0,160)	0,316** (0,070)
Faixa Etária	Jovens (ref.)	–	–	–
	Adultos	0,701 (0,157)	0,774 (0,155)	0,652* (0,135)
	Adultos de Meia Idade	0,458** (0,119)	1,104 (0,263)	0,871 (0,191)
	Jovens Idosos	0,748 (0,207)	1,938* (0,577)	1,130 (0,272)
	Idosos Experientes	0,503* (0,160)	0,868 (0,613)	0,798 (0,346)
Região	Norte (ref.)	–	–	–
	Nordeste	=	0,879 (0,229)	2,411** (0,730)
	Sudeste	=	0,875 (0,232)	1,184 (0,352)
	Sul	=	0,894 (0,270)	0,782 (0,267)
	Centro-Oeste	=	0,472* (0,148)	1,170 (0,441)
Escolaridade	Analfabeto (ref.)	–	–	–
	Primário	2,596 (1,447)	0,915 (0,532)	1,102 (0,470)
	Colegial	2,176 (1,226)	1,035 (0,602)	1,313 (0,583)
	Universidade	2,433 (1,405)	1,828 (1,110)	1,292 (0,598)
Religião	Católico (ref.)	–	–	–
	Mor, Adv, Tes–Jeo,	1 (empty)	1,121 (0,312)	1,416 (1,362)
	Evangélica	0,784 (0,126)	1,044 (0,226)	0,641** (0,105)
	Não tem religião	0,740 (0,188)	0,849 (0,225)	1,000 (empty)
	Rel, Matriz Africana	1 (empty)	0,674 (0,466)	1,316 (0,705)
Renda	Sem renda /muito baixa (ref.)	–	–	–
	Renda Baixa	=	1,041 (0,208)	0,613 (0,204)
	Renda Média	=	1,158 (0,291)	0,977 (0,321)
	Renda Alta	=	0,685 (0,211)	0,822 (0,283)
Gênero	Masculino (ref.)	–	–	–
	Feminino	0,916 (0,132)	0,614** (0,102)	0,822 (0,123)
Intenção de Voto	Jair Bolsonaro (ref.)	–	–	–
	Luiz Inácio Lula da Silva	10,467** (1,819)	4,146** (0,795)	=
	Ciro Gomes	5,155** (1,847)	4,837** (2,676)	=
	Simone Tebet	12,046** (4,726)	6,254** (3,571)	=

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do ESEB (2022) e do LAPOP (2023).

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

= não há dados dessa variável.

A variável de gênero indica que o grupo de mulheres confia menos. No ESEB (2022), as mulheres indicam OR= 0,916 (não significativo). No LAPOP (2023), sinalizam que confiam bem menos do que os homens (OR= 0,614 e p < 0,01). No Latinobarômetro (2023), o grupo das mulheres indicam coeficiente próximo a 1, sem significância estatística.

A variável de intenção de voto sugere uma mudança de paradigma em relação a 2018. No ESEB (2022), o grupo com intenção de votar em Luiz Inácio Lula da Silva (OR= 10,467 e p < 0,01) tem cerca de 10 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral do que aqueles com

intenção de votar em Jair Bolsonaro (referência). O grupo com intenção de votar no candidato Ciro Gomes (OR= 5,155 e $p < 0,001$) tem cerca de 5 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral. E o grupo com intenção de votar na candidata Simone Tebet (OR= 12, 046 e $p < 0,01$) tem cerca de 12 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral.

Os dados do LAPOP (2023) confirmam essa tendência de forma clara. O grupo com intenção de votar no candidato Luiz Inácio Lula da Silva (OR= 4,146 e $p < 0,01$) tem 4 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral do que o grupo que afirma votar em Jair Bolsonaro (referência). O grupo com intenção de votar no candidato Ciro Gomes (OR= 4,837 e $p < 0,01$) tem cerca de 5 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral. E o grupo que indicou intenção de voto na candidata Simone Tebet (OR= 6, 154 e $p < 0,01$) tem 6 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral.

Em resumo, duas mudanças fundamentais ocorreram a partir do ano de 2022. A primeira diz respeito ao padrão sinalizado pelos grupos do espectro ideológico de direita, centro e de esquerda (referência): se antes os espectros ideológicos de direita e de centro confiavam mais no sistema eleitoral – em comparação com o espectro de esquerda (referência) –, com resultados estatisticamente significativos, de 2022 em diante o grupo alinhado à esquerda toma a dianteira, com resultados estatisticamente significativos. Isso representa, portanto, uma inversão de comportamento em relação aos resultados anteriores.

A segunda mudança se refere à inversão de tendência da variável “intenção de voto” nas eleições de 2018 e de 2022. Se, por um lado, a variável não se apresentou como um elemento determinante da confiança nas eleições em 2018 – com exceção do ESEB, que indicou o grupo de Fernando Haddad confiando menos no sistema eleitoral; por outro lado, a partir de 2022, a variável “intenção de voto” foi o elemento mais estatisticamente significativo na determinação da confiança no sistema eleitoral brasileiro, com o grupo de Lula, Ciro e Tebet indicando maior confiança em comparação com os eleitores de Bolsonaro.

7.8 Tendência de confiança nas eleições no Brasil (2006–2022)

No capítulo 3, “Desconfiança no Sistema Eleitoral”, nos debruçamos sobre o trajeto da desconfiança eleitoral no Brasil, analisando a sua evolução desde a Primeira República (1889-1930), passando pela Era Vargas (1930-1937), pela primeira experiência democrática (1946-1964), pela Ditadura Militar (1964-1985), finalizando com a pós-redemocratização (1985-2025), destacando que o país esteve envolvido em vários escândalos relacionados às práticas anti-democráticas no sistema eleitoral. Esses eventos são explicados pela literatura de diferentes ângulos.

Conforme identificado por Lagos (2000) a democracia na América Latina é uma “máscara sorridente”, pois, na região não há princípios sólidos de um regime democrático consolidado. A autora afirma que fatores históricos, como o colonialismo espanhol e português, a prevalência da pobreza e experiências autoritárias, influenciam os baixos níveis de confiança interpessoal e institucional. Nesse contexto, os cidadãos aprendem a “sobreviver através do silêncio, desconsiderando instituições e práticas autoritárias” (Lagos, 2000, p. 3).

Para Casalecchi (2018), uma das explicações para o paradigma da desconfiança está na história da democracia brasileira ainda incipiente. Segundo o autor, “à medida que a democracia funciona, que eleições são realizadas, trocas de governos são feitas, regras são estabelecidas e praticadas, o regime cria raízes institucionais e simbólicas fazendo parte do cotidiano dos cidadãos” (Casalecchi, 2018, p. 14). Porém, o Brasil enfrenta muitas questões nesse sentido. Como vimos, os brasileiros conviveram com apenas dois períodos democráticos (1946-1964 e 1985-atual), marcados por experiências que desafiam o sistema eleitoral.

A partir de uma perspectiva institucional, Moisés (2010) propõe que a confiança no regime democrático pode ser aferida a partir da satisfação dos cidadãos com os resultados ofertados pelos governos (procedimentos, conteúdos, princípios e dimensão social). Nesse sentido, o Brasil demonstra uma série de descompassos ao longo da última década. A experiência dos cidadãos brasileiros, como mostram os institutos de pesquisa, são negativas em todos os seguimentos da sociedade (independente de renda, escolaridade, faixa etária etc) (Moisés, 2010).

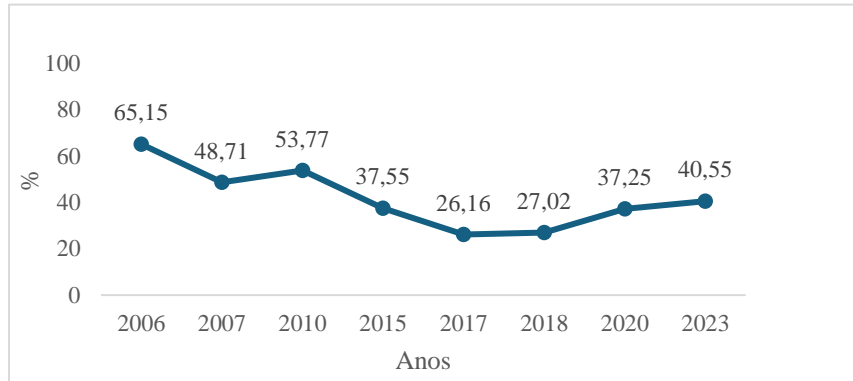
Aprofundando essa discussão, Avritzer (2018) propõe que a instabilidade do regime democrático no Brasil se deve a três fatores principais: o primeiro relaciona-se com o setor econômico e os seus privilégios políticos; o segundo diz respeito ao Poder Judiciário obsoleto; e o terceiro se refere a estrutura das polícias militares que impedem a realização de direitos civis. Essas estruturas funcionam como mecanismos para frear a vontade popular e, por consequência, o regime democrático brasileiro. Para fundamentar esses três eixos, Avritzer (2018) cita a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, as crises econômicas geradas pela imposição do setor financeiro e a participação da casta militar nos processos eleitorais do Brasil, sobretudo a partir de 2018.

Pensando nisso, os dados sintetizados do LAPOP, ESEB e Latinobarômetro (2006–2022) confirmam o que já vem sendo sinalizado pela literatura há muito tempo: há uma tendência cíclica de desconfiança no sistema eleitoral brasileiro.

A análise dos gráficos 6, 7 e 8 identifica que alguns fatores contextuais influenciaram os baixos índices de desconfiança nas eleições brasileiras. Entre 2010 e 2017, houve uma queda intensa da confiança no sistema eleitoral. Os principais pontos de inflexão são identificados entre

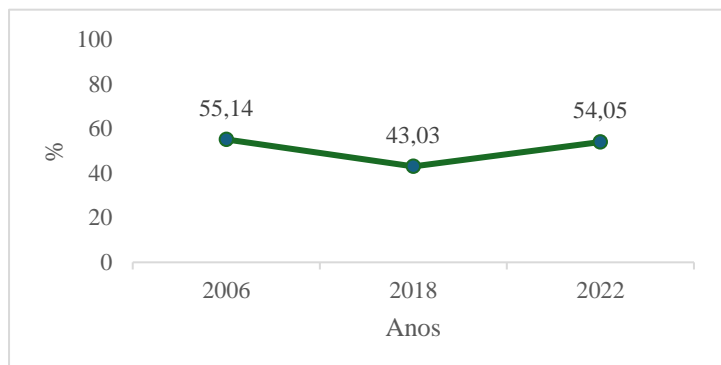
os anos de 2010 e 2014, com um declínio de 47,85% para 24,82%. Nesse sentido, esses dados coincidem com eventos históricos recentes que, direta ou indiretamente, podem dar pistas sobre os baixos níveis de confiança. O primeiro diz respeito com os protestos de rua de junho de 2013, marcados pela heterogeneidade dos atores envolvidos, com as suas diferentes reivindicações (Tatagiba; Galvão, 2019). Nesse período, a atuação da chamada “nova direita” começa a ganhar forma no país.

Gráfico 6 – Confiança nas eleições (Latinobarômetro)



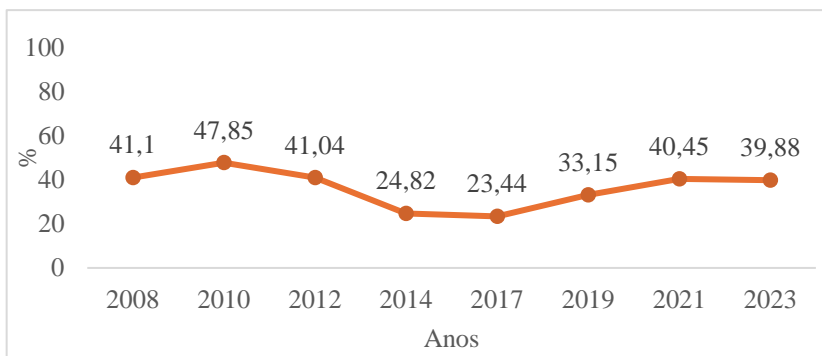
Fonte: produzido pelo autor por meio do Latinobarômetro (2006–2023)

Gráfico 7 – Confiança nas Eleições (ESEB)



Fonte: produzido pelo autor por meio do ESEB (2006–20022)

Gráfico 8 – Confiança nas eleições (LAPOP)



Fonte: produzido pelo autor por meio do LAPOP (2008–2023).

De outro lado, cabe recordar que, nas eleições de 2014, a negação dos resultados eleitorais produzida pelo candidato do PSDB, Aécio Neves, pode ter, em grande medida, influenciado os 51 milhões de eleitores a desconfiarem das eleições daquele ano.

Somado a isso, entre 2010 e 2017, percebe-se uma crescente atuação de setores conservadores no Brasil, o que sinalizou para uma alteração na mudança de postura dos políticos antes preocupados em se alinharem publicamente ao espectro ideológico de direita (Quadros; Madeira, 2018). A chamada “direita envergonhada” sai da caverna e passa a compartilhar suas peculiaridades conservadoras.

Em 2016, o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff marca o início da polarização política em torno do antipetismo (Braga; Casalecchi, 2016). Esse episódio representa o segundo evento histórico político relacionado a retirada de presidentes do cargo após a redemocratização.

Se por um lado, os gráficos 6, 7 e 8 confirmam um padrão recorrente de desconfiança nas instituições brasileiras, principalmente nas instituições políticas (Meneguello e Porto, 2022; Moisés, 2005b, 2010a); por outro lado, esse fenômeno não ocorre de forma isolada. Como vimos, há no Brasil muitos eventos influenciando esse padrão. Lagos (2000) aponta – a partir da abordagem culturalista – que a desconfiança política na América Latina é um fenômeno enraizado nos cidadãos, devido ao passado colonial, às desigualdades de renda e os períodos autoritários. Essa desconfiança, porém, envolvem outros fatores, como a retórica que desafia a confiança no sistema eleitoral.

7.9 Confiança eleitoral: direita, centro e esquerda

Nesta seção, nos propomos a analisar um achado importante da pesquisa: os grupos dos espectros ideológicos de direita e de centro confiam mais no sistema eleitoral do que o grupo do espectro de esquerda. No campo da Ciência Política, “esquerda” e a “direita” são termos habitualmente utilizados para enquadrar partidos, agendas, programas e eleitores. Para Bobbio (2010), porém, esses termos ultrapassam essas identificações, já que “esquerda” e “direita” se referem às ações, valores e interesses. Nesse sentido, Bobbio (2010) distingue as ideologias de esquerda e de direita a partir de um ideal de igualdade: os adeptos do espectro ideológico de esquerda tendem a ser mais igualitários, buscando atenuar as desigualdades presentes no interior de uma sociedade; enquanto os simpatizantes do espectro de direita buscam acentuar as desigualdades, vendo-as como naturais, intangíveis, inerentes.

Como argumentamos no capítulo 5, apesar da consistência da literatura em demonstrar a atuação da “nova direita” contra os valores democráticos (Cepêda, 2018; Chaloub e Perlatto,

2016; Quadros; Madeira, 2018), nossa análise da variável “ideologia” indica um achado inesperado: os grupos posicionados à direita e ao centro apresentam maior confiança no sistema eleitoral em comparação com a esquerda (referência), conforme demonstrado na síntese das regressões logísticas presentes na tabela 8 e nos gráficos 9, 10 e 11.

O resumo da variável “ideologia”, apresentados na tabela 8, permite inferir que nos anos de 2006, 2007, 2010, 2012, 2014, 2015, 2017, 2018 e 2020 os grupos alinhados ao espectro ideológico de direita e de centro confiam mais nas eleições do que o grupo de esquerda (referência). A mudança de tendência ocorre apenas em 2022, quando os coeficientes passam a indicar valores negativos.

Tabela 8 – Síntese da variável "ideologia" (2006-2023)

Não confia (ref.) Ideologia	Confia		
	Esquerda (ref.)	Direita	Centro
Latinobarômetro – 2006	–	2,144** (0,575)	1,733* (0,387)
Latinobarômetro –2007	–	1,299 (0,345)	1,600* (0,347)
LAPOP –2010	–	1,644** (0,263)	1,429* (0,204)
LAPOP –2012	–	1,977** (0,362)	1,373* (0,220)
LAPOP –2014	–	2,192** (0,449)	1,440 (0,277)
Latinobarômetro –2015	–	2,019* (0,611)	1,879* (0,508)
Latinobarômetro –2017	–	1,308 (0,426)	1,705* (0,369)
LAPOP –2017	–	1,737** (0,332)	1,793** (0,301)
Latinobarômetro –2018	–	1,902* (0,478)	1,777** (0,361)
Latinobarômetro – 2020	–	1,365 (0,334)	1,899** (0,391)
ESEB –2022	–	0,442** (0,094)	0,845 (0,191)
Latinobarômetro –2023	–	0,316** (0,070)	0,559** (0,118)

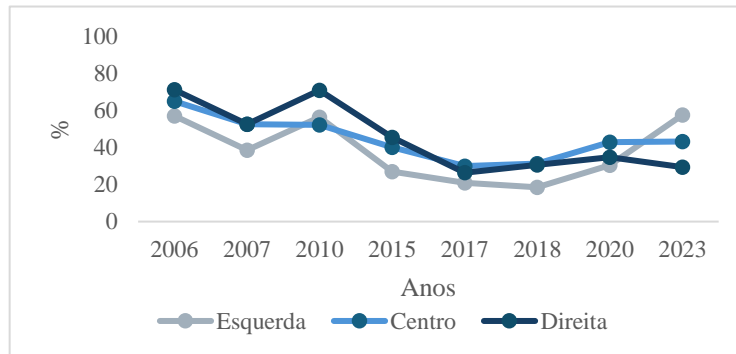
Fonte: elaborado pelo autor por meio do LAPOP, ESEB e Latinobarômetro.

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

Os gráficos 9, 10 e 11 indicam essa tendência de forma mais intuitiva, principalmente no LAPOP e no Latinobarômetro. O LAPOP indica que, entre 2010 e 2018, os grupos posicionados à direita e ao centro apresentam coeficientes de confiança maior do que o grupo posicionado à

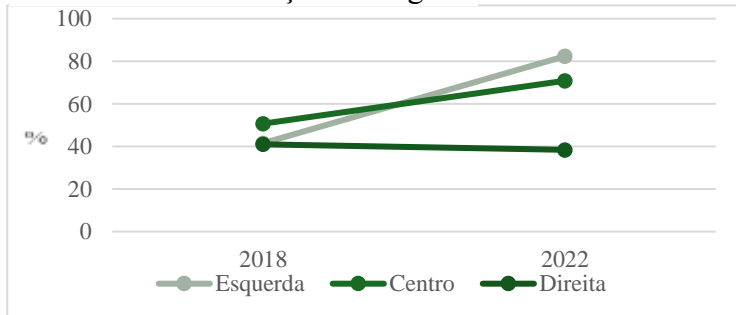
esquerda – este último espectro mostrando recuperação apenas a partir de 2022. O Latinobarômetro corrobora a tendência indicada pelo LAPOP. Entre 2010 e 2020, os eleitores autoposicionados à direita e ao centro confiam mais nas eleições do que o grupo posicionado à esquerda, mas a inversão do fenômeno é tardia em relação ao LAPOP, ocorrendo apenas em 2022.

Gráfico 9 – Confiança: ideologia (Latinobarômetro)



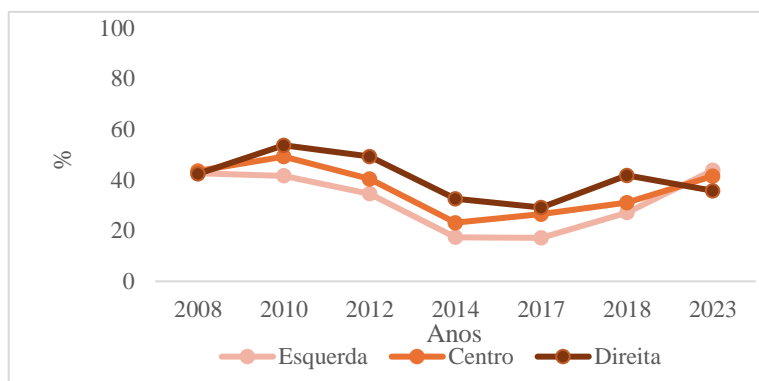
Fonte: produzido pelo autor por meio do Latinobarômetro

Gráfico 10 – Confiança: ideologia



Fonte: produzido pelo autor por meio do ESEB

Gráfico 11 – Confiança: ideologia (LAPOP)



Fonte: produzido pelo autor por meio do LAPOP.

Esses resultados sugerem um fenômeno já conhecido na Ciência Política: a presença de cidadãos críticos ou democratas insatisfeitos entre os eleitores do espectro ideológico de esquerda. Para Norris (1999), o crescimento da desconfiança em instituições e em atores políticos se deve ao aumento do número de “cidadãos críticos” e de “democratas insatisfeitos”, que, embora insatisfeitos com as instituições democráticas – no caso, o sistema eleitoral brasileiro – não rejeitam o regime democrático em si⁶⁹. Pelo contrário, eles preferem o regime democrático como forma de governo a outros regimes autoritários.

O ponto nevrálgico é que, para os democratas insatisfeitos, os problemas com as instituições os tornam mais exigentes com o funcionamento do regime, como parece ser o caso dos eleitores que se identificam com o espectro ideológico de esquerda. Além disso, Norris (2011) defende que o declínio do apoio às instituições deve ser pensado a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando fatores como a defesa aos princípios, as avaliações de desempenho, o apoio aos valores democráticos e o orgulho da nacionalidade.

Nessa esteira, como apresentado na seção anterior, parece que uma análise conjuntural da política brasileira da última década justifica ou atenua o comportamento dos eleitores do espectro ideológico de esquerda à desconfiança: as manifestações de junho de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff, a impugnação da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, pelo Tribunal Superior Eleitoral e a tentativa de ruptura institucional em 8 de janeiro sinalizam a esse grupo que as instituições podem não estar funcionando adequadamente.

7.10 Desconfiança nas Eleições de 2018 e 2022

Nesta seção, propomos identificar o momento em que a retórica de Jair Bolsonaro começou a influenciar a desconfiança dos eleitores – especialmente do espectro ideológico de direita- em relação ao sistema eleitoral. A nossa hipótese inicial sugere que os discursos de Jair Bolsonaro tiveram relevância entre 2018, ele ainda era candidato, e 2022 – quando já ocupava o cargo de Presidente da República.

No entanto, a nossa hipótese foi apenas parcialmente confirmada. O resumo da variável “ideologia”, apresentados na tabela 9, permite inferir que, nos anos de 2017 e 2018, os grupos

⁶⁹ Nesse mesmo sentido, a tese desenvolvida por Cardoso (2021) indicou que fenômenos políticos como o impeachment de Dilma Rousseff e a operação lava-jato – somado com repercussão nos meios de comunicação em massa –, contribuíram para a diminuição da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, sobretudo entre os eleitores identificados no espectro ideológico de esquerda.

Tabela 9 – Síntese da variável “ideologia” (2017-2018)

Não confia (ref.)	Confia		
Ideologia	Esquerda (ref.)	Direita	Centro
LAPOP – 2017	–	1,737** (0,332)	1,793** (0,301)
Latinobarômetro – 2018	–	1,902* (0,478)	1,777** (0,361)
Latinobarômetro – 2020	–	1,365 (0,334)	1,899** (0,391)

Fonte: elaborado pelo autor por meio do LAPOP e Latinobarômetro.

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

alinhados ao espectro ideológico de direita confiavam mais nas eleições do que os grupos de esquerda (referência).

Essa tendência, porém, se inverte nos anos de 2022 e 2023, quando os grupos do espectro ideológico de esquerda passam a apresentar maior confiança no sistema eleitoral do que os grupos de direita, conforme mostra a tabela 10.

Tabela 10 – Síntese da variável “ideologia” (2022-2023)

Não confia (ref.)	Confia		
Ideologia	Esquerda (ref.)	Direita	Centro
ESEB –2022	–	0,442** (0,094)	0,845 (0,191)
Latinobarômetro – 2023	–	0,316** (0,070)	0,559** (0,118)

Fonte: elaborado pelo autor por meio do ESEB e Latinobarômetro.

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

Esses resultados sinalizam que a retórica política de Jair Bolsonaro, ilustrada no capítulo 4, passou a influenciar o grupo de direita apenas partir de 2022.

No capítulo 4, argumentamos, por meio de Cohen (1995), que os discursos presidenciais influenciam a opinião pública e estabelecem prioridades temáticas ao longo do governo. Através de sua pesquisa, o autor constatou que a atenção dada pelos presidentes a alguns temas, como os discursos do Estado da União, aumentava a preocupação da opinião pública a esse respeito. Além disso, Cohen (1995) sugere que fatores como a cobertura da mídia e a popularidade do presidente atuam como elementos contextuais amplificadores da capacidade de influência dos discursos.

Nessa mesma esteira, Druckman e Holmes (2004) também sugerem que os discursos presidenciais possuem impacto significativo na formação da opinião pública. Em seus estudos, os autores analisaram efeitos gerados pelos discursos de George W. Bush em 2002 e por meio de um experimento controlado com dados nacionais, demonstrando que os discursos presidenciais

podem aumentar na aprovação do presidente, especialmente quando enfatizam temas favoráveis à sua administração, como segurança e terrorismo, ao mesmo tempo que minimizam a atenção para temas desfavoráveis, como economia.

No contexto brasileiro, Batista e Nunes (2022) publicaram estudos recentes sobre os efeitos dos discursos do então Presidente Jair Bolsonaro no contexto da crise epidemiológica da COVID-19. Os resultados da pesquisa indicaram que a preocupação com a COVID-19 diminuiu substancialmente entre os meses de março para abril, período em que a retórica de Jair Bolsonaro – negando a gravidade da pandemia– esteve em alta nas redes sociais e nos veículos de comunicação tradicionais.

Dessa forma, considerando os resultados e a literatura sobre a retórica presidencial, inferimos que ser presidente da república –diferente de ser candidato– atuou de forma relevante para maximizar a influência de Jair Bolsonaro na desconfiança do sistema eleitoral. A maior exposição midiática – comum a todos os presidentes – também se apresenta como um fator contextual relevante para explicar o início dos efeitos da sua retórica em 2022. Isto é, em 2018 Bolsonaro era apenas um candidato e, portanto, não gozava do alcance institucional que o cargo de Presidente da República confere.

7.11 Intenção de Voto e Confiança no Sistema Eleitoral Brasileiro

Por fim, analisamos qual grupo do espectro ideológico foi mais impactado pela retórica de Jair Bolsonaro que desafia o sistema eleitoral. A nossa hipótese inicial sugere que a retórica de Jair Bolsonaro conseguiu influenciar a opinião pública – notadamente os eleitores posicionados no espectro ideológico de direita–, diminuindo sua confiança no sistema eleitoral.

No entanto, a nossa hipótese foi confirmada apenas parcialmente. As sínteses da variável “intenção de voto”, presentes na tabela 11, indica que em 2018 os coeficientes da confiança

Tabela 11 – Síntese da variável "intenção de voto" (2018)

Não confia (ref.)	Confia			
Intenção de Voto	Jair Bolsonaro (ref.)	Haddad	Ciro	Alckmin
ESEB –2018	–	0,318* (0,169)	1,438 (1,007)	3,788 (4,698)
LAPOP –2018	–	0,936 (0,188)	1,314 (0,416)	1,205 (0,929)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir de ESEB (2018) e LAPOP (2018).

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

eleitoral entre os eleitores de Fernando Haddad⁷⁰ – notadamente do grupo de esquerda - eram negativos em relação à Jair Bolsonaro – representando o grupo de direita (referência).

Na tabela 12, observamos haver uma alteração desse fenômeno. Em 2022, os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva –representando o grupo de esquerda–, Simone Tebet –representando o grupo de direita– e Ciro Gomes –representando o grupo de centro-esquerda, indicam coeficientes substancialmente positivos em relação a confiança eleitoral.

Tabela 12 – Síntese da variável "intenção de voto" (2022)

Não confia (ref.)	Confia			
	Jair Bolsonaro (ref.)	Lula	Ciro	Tebet
ESEB – 2022	–	10,467** (1,819)	5,155** (1,847)	12,046** (4,726)
LAPOP –2023	–	4,146** (0,795)	4,837** (2,676)	6,254** (3,571)

Fonte: produzido pelo autor por meio do ESEB (2022) e LAPOP (2023).

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses, * = (p < 0,05); ** = (p < 0,01)

Nesse sentido, as regressões logísticas binomiais indicaram que os eleitores de Jair Bolsonaro passaram a apresentar maiores índices de desconfiança no sistema eleitoral do que os eleitores dos demais candidatos. Nos dados do ESEB (2022), o grupo com intenção de votar na candidata Simone Tebet (OR= 12, 046 e p< 0,01) tem cerca de 12 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral do que os eleitores de Jair Bolsonaro (referência). O grupo com intenção de votar em Luiz Inácio Lula da Silva (OR= 10, 467 e p< 0,01) teve cerca de 10 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral, ao passo que o grupo com intenção de votar no candidato Ciro Gomes (OR= 5,155 e p<0,001) teve cerca de 5 vezes mais chance de confiar no sistema.

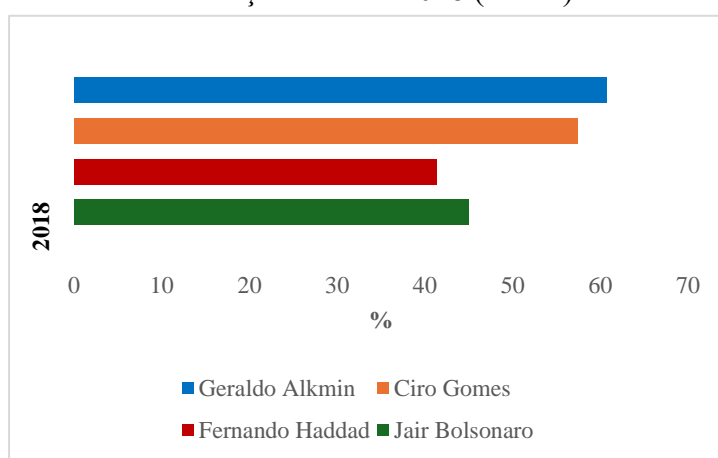
Os dados do LAPOP (2023) confirmam essa tendência. O grupo com intenção de votar na candidata Simone Tebet (OR= 6, 154 e p< 0,01) teve cerca de 6 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral do que o grupo que declarou intenção de voto em Jair Bolsonaro (referência). O grupo com intenção de votar no candidato Luiz Inácio Lula da Silva (OR= 4,146 e p< 0,01) teve cerca de 4 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral enquanto o grupo com intenção

⁷⁰ Esse último resultado merece atenção, pois sugere que os eleitores de Fernando Haddad estavam preocupados com as eleições presidências daquele ano. A nossa interpretação é de que o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff e a inelegibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva podem ter contribuído para esse índice estatisticamente significativo de desconfiança no sistema eleitoral. Os eleitores do Partido dos Trabalhadores. Como sugere Avritzer (2018), o pêndulo do Poder Judiciário atinge o regime democrático porque não foi uma instituição democratizada, não sofre controle popular ou controle externo dos demais Poderes (Executivo e Legislativo). Nesse sentido, a Justiça Eleitoral brasileira, e sobretudo a Lei de *impeachment*, foram mecanismos fundamentais utilizados pelo Poder Judiciário no confronto da vontade popular, como parece ter ocorrido com a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (Avritzer, 2018).

de votar no candidato Ciro Gomes (OR= 4,837 e $p<0,01$) teve cerca de 5 vezes mais chance de confiar no sistema eleitoral.

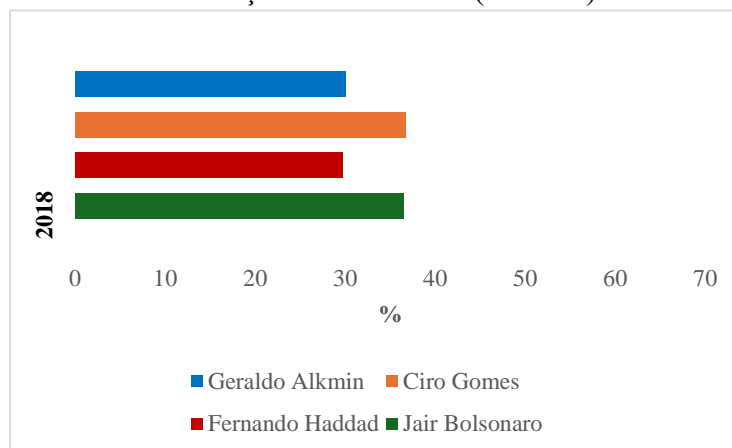
A comparação entre os dois anos indica a alteração de tendência demonstrada na síntese das tabelas de regressão logística (Gráficos 12 e 13 comparados com 14 e 15). Apenas o grupo que manifestou intenção de voto em Jair Bolsonaro indicou queda na confiança eleitoral, sugerindo que apenas os apoiadores do ex-presidente – e não todos os grupos do espectro de direita– foram impactados com a retórica que desafia o sistema eleitoral brasileiro ⁷¹.

Gráfico 12 – Intenção de Voto 2018 (ESEB)



Fonte: produzido pelo autor por meio do ESEB 2018

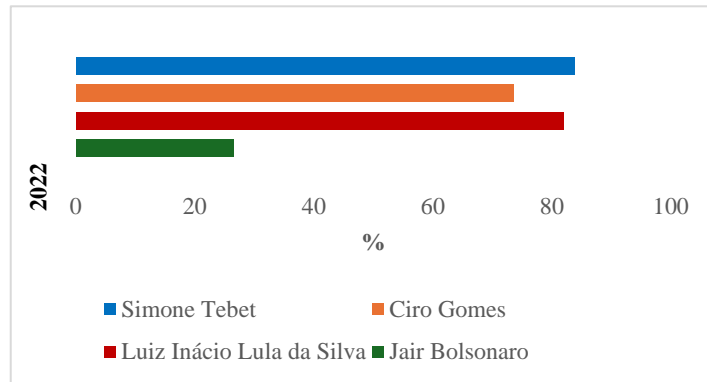
Gráfico 13 – Intenção de Voto 2018 (LAPOP)



Fonte: produzido pelo autor por meio do LAPOP 2018

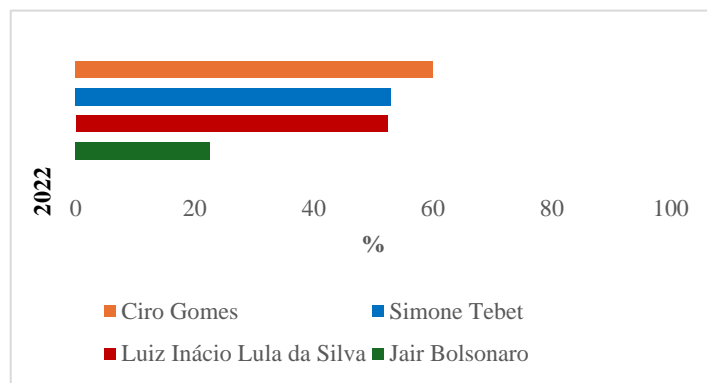
⁷¹ O gráfico de barras indica números brutos, relacionando a confiança eleitoral com a intenção de voto, desconsiderando outras variáveis de controle, como ideologia, gênero, faixa etária e faixa de renda e escolaridade, religião e região. Por outro lado, os modelos de regressão logística binomial consideram as variáveis de controle já mencionada, isolando os efeitos específicos de cada uma para analisá-las em conjunto, eliminando a possibilidade de vieses.

Gráfico 14 – Intenção de Voto 2022 (ESEB)



Fonte: produzido pelo autor por meio do ESEB 2022

Gráfico 15 – Intenção de Voto 2022 (LAPOP)



Fonte: produzido pelo autor por meio do LAPOP 2022

Esses resultados dialogam com as pesquisas sobre o mesmo fenômeno da retórica presidencial realizadas nos Estados Unidos da América. O estudo de Clayton et al., (2021), que analisou a retórica de Donald Trump questionando o sistema eleitoral americano, concluiu que a exposição contínua a essas declarações mina a aceitação dos resultados eleitorais e corrói a confiança nas instituições democráticas em geral, tornando o público insensível a comportamento antidemocrático. Esses impactos, porém, foram mais significativos entre os apoiadores do presidente americano.

Aprofundando essa análise, Hall e Druckman (2023) demonstraram que a exposição a retóricas que violam as normas eleitorais tem efeitos diferentes entre aqueles que apoiam e os que não apoiam Trump. Nos primeiros, os discurso de Trump apenas fortalecem o apoio dessa grupo ao Estado de direito e ao princípio de que o Presidente não está acima da lei; nos segundos, a retórica aumenta a desconfiança, bem como reforça a ideia de que há fraudes no sistema eleitoral americano (Hall e Druckman, 2023).

Assim, esses resultados estão alinhados com a literatura e consolidam a ideia de que ser pertencente ao grupo ideológico de direita pode influenciar uma visão mais ampla sobre o sistema eleitoral, mas não indica um alinhamento automático aos discursos de Jair Bolsonaro. Os eleitores de Simone Tebet e Geraldo Alckmin, por exemplo –representantes de parte do grupo de direita– não apresentaram aumento no índice de desconfiança em 2022. A análise da variável “intenção de voto” sugere que a desconfiança no sistema eleitoral é mais significativamente relevante no núcleo duro bolsonarista, isto é, entre seus apoiadores diretos⁷².

7.12 Desconfiança nas Eleições: América Latina x Brasil

O crescimento da desconfiança no sistema eleitoral não é uma peculiaridade do Brasil. Nesse mesmo sentido, a construção de uma retórica política de extrema-direita que antagoniza com os avanços do regime democrático não é uma peculiaridade latino-americana (Kestler, 2022). Trata-se de um fenômeno político global, com base no populismo e no autoritarismo, presente nos Estados Unidos, com Donald Trump atacando o sistema eleitoral americano (Norris e Inglehart, 2019). Na Europa, com André Ventura, do Partido Chega, afirmou que haveria uma tentativa de fraude eleitoral nas eleições de 2024 em Portugal⁷³. Na América Latina, Javier Milei, do Partido Libertário,⁷⁴ e Jair Bolsonaro, do partido Liberal, reforçaram uma retórica de suspeição sobre os resultados das eleições em 2018, 2022 e 2023, respectivamente.

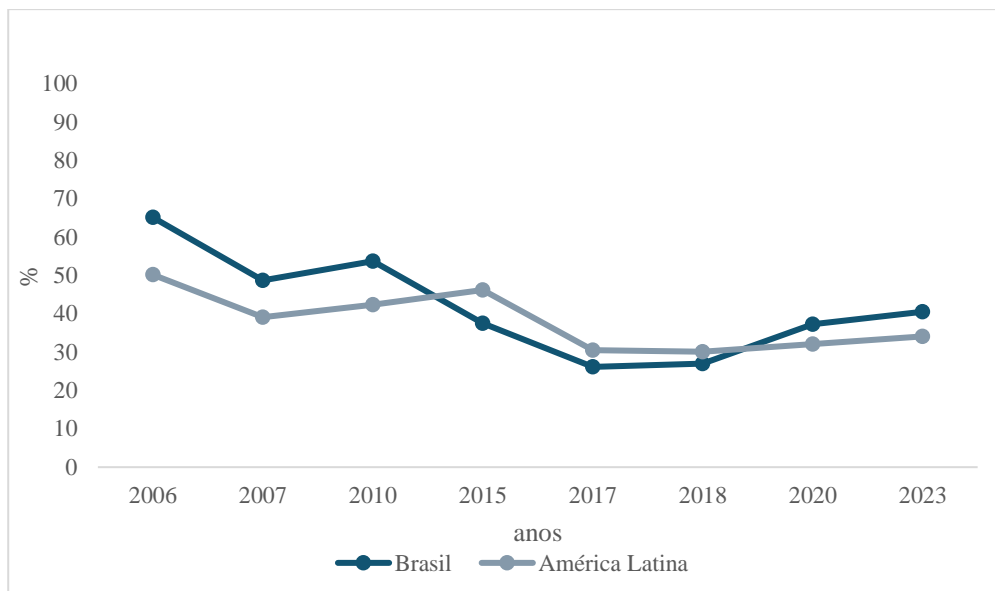
O gráfico 16 indica esse caráter global da crise, apontando que a América Latina sofre um declínio na confiança do sistema eleitoral. No Brasil, os níveis de desconfiança são ainda mais baixos do que a média dos países latinos, alcançando o seu ponto de inflexão nos anos de 2017 e 2018. Esses dados sugerem que as crises políticas cíclicas desta região têm raízes mais profundas e multidimensionais e não se circunscrevem aos discursos de figuras políticas *outsiders* recém aparecidas. Apesar das retóricas políticas que desafiam o sistema eleitoral desempenharem um papel importante na erosão do sistema democrático, a desconfiança no sistema eleitoral está associada a outros fatores institucionais, presentes no Brasil e na América Latina.

⁷² Os dados apresentados nos gráficos referem-se ao primeiro turno das eleições de 2022, isto é, os entrevistados ainda não poderiam ter conhecimento sobre os resultados do segundo turno do pleito presidencial. Tendo isso em vista, afastamos a hipótese de que a maior inclinação à desconfiança – demonstrada pelo grupo com maior intenção de voto em Jair Bolsonaro– decorra da derrota do ex-presidente, já que tal evento ocorre apenas após a apuração do segundo turno. Assim, entendemos que a causalidade da desconfiança – apresentada pelo núcleo duro bolsonarista– reside na adesão aos discursos feitos por Bolsonaro ao longo de seu mandato (2018-2022).

⁷³ Vide <https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-legislativas/2024-03-04-Andre-Ventura-insiste-que-esta-em-curso-uma-tentativa-de-fraude-eleitoral-028cdfb>.

⁷⁴ Vide <https://www.cartacapital.com.br/mundo/sem-provas-milei-segue-Jair-Bolsonaro-e-alega-fraude-em-eleicao-na-argentina/>.

Gráfico 11 – Confiança nas eleições – Brasil x América Latina



Fonte: produzido pelo autor por meio do Latinobarômetro (2006–2023)

No caso brasileiro, o debate em torno do regime democrático se entrelaça a crises representadas nas manifestações antipartidárias (2013–2015), no impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (2016) e no posterior êxito eleitoral de Jair Bolsonaro (2018). A literatura tem indicado que, após esse período, o Brasil passou a enfrentar um ambiente de intolerância política (Ribeiro; Borba, 2019; Ribeiro; Borba; Fuks, 2022a; Ribeiro; Fuks, 2019), polarização multidimensional (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022), desalinhamento dos cidadãos com os partidos políticos (Borba et al., 2018) e crise da legitimidade democrática (Casalecchi, 2018). Em outras palavras, há no Brasil – como também parece haver na América Latina – a erosão das instituições democráticas.

Desde o início deste trabalho, destacamos que a literatura nacional busca responder a questões fundamentais, tais como: por que a satisfação com o regime democrático está em queda no Brasil?⁷⁵ Por que, afinal, a confiança nas eleições brasileiras está diminuindo?⁷⁶ Por que o apoio à dissolução do Congresso Nacional, em tempos de crise, é uma pauta cada vez mais

⁷⁵ Vide Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Satisfaction with democracy has decreased since 2010”.

⁷⁶ Vide Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Trust in elections continues to slip”.

tolerada pela população brasileira?⁷⁷ Ou, ainda, por que os partidos políticos, que são importantes atores na representação dos interesses da sociedade, também sofrem com crise de legitimidade?

Nesse contexto, acrescentamos outra pergunta para incrementar esse panorama de instabilidade: de que forma a ascensão de lideranças populistas autoritárias no Brasil - e na América Latina – contribui para o aprofundamento da erosão no sistema eleitoral?

A contribuição deste trabalho responde essa pergunta- ainda que parcialmente – inferindo que a retórica que desafia o sistema eleitoral brasileiro, promovida especialmente por Jair Messias Bolsonaro, principal líder da extrema direita brasileira, contribui para o aumento dos índices de desconfiança eleitoral entre seus apoiadores. Além disso, ser presidente da república – diferente de ser candidato – atua de forma relevante para maximizar a influência da liderança política na desconfiança do sistema eleitoral.

Assim, esses achados sinalizam que a ascensão de lideranças populistas autoritárias na região latino-americana aprofunda – quando associados a outros fatores contextuais – ainda mais o quadro de crise da legitimidade democrática. Pensando nisso, nasce para os pesquisadores em Ciência Política a missão de contribuir com o debate oferecendo pistas para a saída das crises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como escopo principal analisar o impacto da retórica de Jair Bolsonaro, que possui um discurso antagonista ao sistema eleitoral brasileiro, sobre a confiança nas eleições presidenciais, especialmente no período de 2018 a 2022. A hipótese central é de que Jair Bolsonaro, principal interlocutor da extrema-direita brasileira, ao fazer repetidas alegações de fraude no sistema eleitoral, conseguiu influenciar a opinião pública – sobretudo os eleitores de direita–, diminuindo sua confiança no sistema eleitoral.

Na primeira parte, “Contextualizando a Crise de Legitimidade Democrática no Brasil”, demonstramos – através dos dados do Barômetro das Américas (2018/19) – que o Brasil se encontra em um contexto de grave crise de legitimidade. Notou-se haver um aumento substancial da insatisfação com a democracia, aumento da desconfiança nas eleições e pouca identificação dos cidadãos com o espectro ideológico de esquerda. Em grande medida, percebeu-se que a falta de legitimidade democrática implicou em um ambiente de intolerância política (Ribeiro e Borba, 2019; Ribeiro et. al., 2022; Ribeiro e Fuks, 2019), polarização (Ortellado et. al., 2022), e desalinhamento dos cidadãos com os partidos políticos (Borba et al., 2018) que, embora não

⁷⁷ Vide Barômetro das Américas (LAPOP) 2018/2019. “Tolerance for dissolving Congress (in times of crisis) is rising”.

sejam fenômenos estudados neste trabalho, tiveram importância relevante para introduzir os efeitos subsequentes sobre a confiança no sistema eleitoral.

Além disso, propôs-se um debate acerca da ascensão de lideranças populistas em países ocidentais e como isso contribuiu para a erosão do regime democrático, seja pela via institucional – subvertendo e desintegrando as instituições internamente –, seja por meio da reação de grupos conservadores aos valores pós-materialistas, especialmente aqueles relacionados ao pluralismo e ao progressismo. Para entender o surgimento desses fenômenos no Brasil, discutimos as peculiaridades do modelo institucional brasileiro para verificar se ele deu causa à vitória do líder de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro. Para finalizar lançamos mão de uma análise da biografia do ex-presidente Jair Bolsonaro, examinando se sua vitória eleitoral representou o início de uma experiência populista autoritária na América Latina.

Na segunda parte, “Desconfiança no Sistema Eleitoral”, abordamos o tema por meio de duas correntes principais: a institucional – que atribuiu a confiança dos cidadãos no sistema eleitoral ao funcionamento das instituições democráticas (Moisés, 2005b e Norris, 2011) – e a culturalista – que atribuiu a essa confiança às normas culturais presentes no interior de uma sociedade (Almond; Verba, 1989; Lagos, 2000). Em seguida, analisamos a desconfiança eleitoral nos Estados Unidos, atribuindo à retórica de Donald Trump – que desafiou o sistema eleitoral – o aumento da desconfiança eleitoral entre os americanos.

A partir dessa literatura especializada e dos institutos de pesquisa, identificamos que a confiança nas eleições sofreu um declínio importante na última década, gerado em grande medida pela ascensão de líderes populistas de direita (Norris e Inglehart, 2019). Esses fenômenos, como já argumentamos, não são próprios do Brasil ou da América Latina, já que tanto na Europa, com as atitudes das elites políticas que desencadearam o referendo do *Brexit* (Bartels, 2023), como nos Estados Unidos, com a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, notou-se uma reação de grupos conservadores ao avanço cultural promovido pelos regimes democráticos (Norris e Inglehart, 2022). Por fim, nos debruçamos sobre o trajeto da desconfiança eleitoral no Brasil, analisando a sua evolução desde a Primeira República (1889-1930), passando pela Era Vargas (1930-1937), pela primeira experiência democrática (1946-1964), pela Ditadura Militar (1964-1985) e finalizando com a pós-redemocratização (1985-2025).

Na terceira parte, “Os Discursos que Desafiam o Sistema Eleitoral”, apresentamos e analisamos os discursos de Donald Trump, que desafiaram o sistema eleitoral americano, destacando o seu caráter populista e autoritário. Em seguida, nos debruçamos sobre as declarações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, por meio das mídias sociais, diretamente aos seus apoiadores e em comícios de apoio ao seu governo, enfatizando padrões discursivos nos

ataques ao sistema eleitoral brasileiro. A análise enfatizou como os discursos presidenciais influenciam os cidadãos, estabeleceram prioridades temáticas ao longo do governo (Cohen, 1995) e moldaram a opinião pública (Druckman e Holmes, 2004).

Na quarta parte, “Adesão Ideológica ao Espectro de Direita no Brasil”, traçamos um debate sobre a atuação da “nova direita no Brasil” e de como esse fenômeno promoveu alterações em agendas reativas a pautas progressivas (Chaloub e Perlatto, 2016), na nova representação do Congresso Nacional (Quadros; Madeira, 2018), na comunicação mobilizada pelos intelectuais que legitimaram o movimento e combateram teses progressistas – tanto em livros quanto na mídia (Cepêda, 2018) – e na orientação ideológica do voto (Fuks e Marques, 2022). Por fim, buscamos entender qual grupo ideológico foi mais influenciado pela retórica que antagonizou com o sistema eleitoral organizado por Jair Bolsonaro.

A análise dos resultados foi organizada em duas partes: a descritiva e a analítica. Na descritiva, exploramos tendências, identificamos a relevância estatística das variáveis e destacamos os achados mais significativos; na segunda parte, desenvolvemos uma discussão sobre a tendência de desconfiança nas eleições do Brasil (2006–2022); analisamos a relação entre confiança eleitoral e espectro político de direita, centro e esquerda; apresentamos uma análise sobre o período em que a desconfiança no sistema eleitoral foi impactada – 2018 e 2022; e, por fim, identificamos se a opinião pública brasileira foi impactada pelos discurso de Jair Bolsonaro sobre o sistema eleitoral.

Para testar a hipótese central deste trabalho analisamos dados longitudinais (2006–2022) do Barômetro das Américas, coletado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), Latinobarômetro e pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). A partir disso, construímos tabelas de regressão logística binomial a partir da variável dependente “confiança nas eleições” e das independentes ideologia, intenção de voto, gênero, faixa etária e faixa de renda, religião e região.

O modelo metodológico adotado permitiu alcançar o objetivo principal e discutir as hipóteses de pesquisa. No que se refere à relação entre confiança no sistema eleitoral e ideologia, apuramos que os resultados indicam que os eleitores de direita e de centro confiam mais nas eleições em comparação com os de esquerda (referência). Esse achado, observado ao longo dos anos analisados, contradiz a nossa expectativa sobre a direita brasileira. Nossa interpretação para o auto índice de desconfiança no sistema eleitoral entre os grupos de esquerda está na teoria clássica de Norris (1999). Para Norris (1999), o crescimento da desconfiança em instituições e em atores políticos se deve ao aumento do número de “cidadãos críticos” e de “democratas insatisfeitos”, que, embora insatisfeitos com as instituições democráticas – no caso, o sistema

eleitoral brasileiro – não rejeitam o regime democrático em si. Pelo contrário, eles preferem o regime democrático como forma de governo a outros regimes autoritários.

Quanto ao momento em que a retórica de Bolsonaro começou a influenciar os eleitores, os resultados indicaram que o seu efeito se tornou estatisticamente significativo apenas em 2022. A partir dos resultados, inferimos que ser presidente da república – diferente de ser candidato – atuou de forma relevante para maximizar a influência de Jair Bolsonaro na desconfiança do sistema eleitoral. A maior exposição midiática – comum a todos os presidentes – também se apresentou como um fator contextual relevante para explicar o início dos efeitos da sua retórica em 2022, e não em 2018.

No que se refere ao grupo mais impactado com a retórica bolsonarista, a hipótese inicial era de que todos os eleitores de direita apresentariam uma redução na confiança do sistema eleitoral. Porém, os resultados das regressões logísticas de 2018 e 2022 indicam que apenas quem declarou voto em Jair Bolsonaro apresentam índices negativos de confiança. Isso sugere que a sua retórica não influenciou significativamente outros grupos de direita, como aqueles que apoiaram Simone Tebet e Geraldo Alckmin. Particularmente, o alinhamento dos eleitores com Jair Bolsonaro, que foi o político que mais desafiou o sistema eleitoral após a redemocratização do país, explica mais o aumento da desconfiança no sistema eleitoral do que a autolocalização no espectro ideologia de direita.

Pensando nesses achados, uma questão ainda em aberto é por que os eleitores de direita e centro demonstram maior confiança no sistema eleitoral. Estudos futuros poderiam investigar se esse fenômeno está relacionado à percepção de que as instituições eleitorais foram desafiadas por atores políticos da direita, gerando uma reação de defesa institucional por parte de alguns segmentos desse espectro. Alternativamente, pode-se explorar se o aumento da desconfiança na esquerda está vinculado a experiências anteriores de contestação eleitoral por parte de líderes progressistas.

Outro aspecto importante a ser investigado é acrescentar outras variáveis explicativas no modelo de regressão logística, como a exposição aos discursos de Bolsonaro desafiando o sistema eleitoral. Dessa forma, essa abordagem poderia indicar se o consumo desses discursos através de redes sociais maximiza a tendência a desconfiar do sistema eleitoral.

Por fim, entre 2018 e 2022, o Brasil entrou para os anais da história como um exemplo recente de experiência populista autoritária na América Latina. Os achados desta pesquisa contribuem para a compreensão dos impactos da retórica populista na confiança eleitoral no Brasil. O caso brasileiro se insere em um contexto mais amplo de desafios à democracia representativa, observados também em outras democracias ocidentais, onde lideranças populistas

têm contestado processos eleitorais como estratégia política (Levitsky; Way, 2020). Essa dinâmica reforça a necessidade de estudos contínuos sobre o papel das elites políticas na conformação da cultura política e na confiança nas instituições democráticas. Neste trabalho, oferecemos a nossa humilde contribuição.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J. C. VOCIFERANDO CONTRA O ILUMINISMO: A IDEOLOGIA DE STEVE BANNON. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, p. 1009–1023, dez. 2018.
- ALMADA, P. E. R. O NEGACIONISMO NA OPOSIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. e3610608, 2021.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. [s.l.] SAGE, 1989.
- BARTELS, L. M. Democracy Erodes from the Top : Leaders, Citizens, and the Challenge of Populism in Europe. p. 1–280, 2023.
- BATISTA, P. F.; NUNES, F. Presidential Influence and Public Opinion During Crises: The Case of COVID-19 in Brazil. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 34, n. 2, p. edac014, 1 jun. 2022.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. [s.l.] Editora Unesp, 2010.
- BORBA, J. et al. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, p. 105–137, dez. 2018.
- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. **Opinião Pública**, v. 27, p. 333–359, 6 out. 2021.
- BRAGA, M. DO S. S.; CASALECCHI, G. A. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 550–568, dez. 2016.
- BRAGA, M. DO S.; ZOLNERKEVIC, A. Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 26, p. 1–33, 18 maio 2020.
- CARDOSO, E. A. DOS S. MÍDIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DO BRASIL DE 2014 A 2018. **Conexão Política**, v. 10, n. 1, p. 29–54, 2021.
- CASALECCHI, G. **Legado Democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos**. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2018.
- CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40, 2 set. 2018.
- CHALOUB, J.; PERLATTO, F. **A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política**. **Revista Inteligência**, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>>. Acesso em: 23 ago. 2022
- CLAYTON, K. et al. Elite rhetoric can undermine democratic norms. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 23, p. e2024125118, 8 jun. 2021.

COHEN, J. E. Presidential Rhetoric and the Public Agenda. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 87, fev. 1995.

DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, v. 28, p. 59–74, abr. 2014.

DONOVAN, T.; REDLAWSK, D. Donald Trump and right-wing populists in comparative perspective. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, v. 28, n. 2, p. 190–207, 3 abr. 2018.

DRUCKMAN, J. N.; HOLMES, J. W. Does Presidential Rhetoric Matter? Priming and Presidential Approval. **Presidential Studies Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 755–778, dez. 2004.

FÁVERO, L. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata**. [s.l.] Elsevier, 2017.

FERNANDES, A. A. T. et al. Leia este artigo se você quiser aprender regressão logística. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 006, 8 jan. 2021.

FLEISCHER, D. **Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou, como usualmente o feitiço voltava contra o feiticeiro.**

FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 199–219, abr. 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7–32, 3 jun. 2019.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401–430, dez. 2020.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560–593, set. 2022.

GOMES, A. M. DE C. **A Invenção do Trabalhismo**. [s.l.] Editora FGV, 2005.

HALL, M. E. K.; DRUCKMAN, J. N. Norm-violating rhetoric undermines support for participatory inclusiveness and political equality among Trump supporters. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 120, n. 40, p. e2311005120, 3 out. 2023.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. [s.l.] Atica, 1994.

JOST, J. T. The end of the end of ideology. **American Psychologist**, v. 61, n. 7, p. 651–670, 2006.

KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras In: CRUZ, S. V. e; KEYSEL, A.; CODAS, G. Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Em: **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 304.

KESTLER, T. Radical, Nativist, Authoritarian—Or All of These? Assessing Recent Cases of Right-Wing Populism in Latin America. **Journal of Politics in Latin America**, v. 14, n. 3, p. 289–310, 1 dez. 2022.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Nachdr. ed. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1994.

LAGOS, M. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião Pública**, v. 6, p. 1–16, abr. 2000.

LAMOUNIER, B. **O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura**, in: STEPAN, A (org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7a edição ed. São Paulo: Companhia das letras, 1975.

LEVITSKY, S.; WAY, L. A. **The New Competitive Authoritarianism**. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-new-competitive-authoritarianism/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, E D. **Como as democracias morrem**. [s.l.] Zahar, 2021.

LIMONGI, F. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. **Dados**, v. 58, p. 371–400, jun. 2015.

MAKLOUF, L. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo, SP: Todavia, 2019.

MENEGUELLO, R.; PORTO, F. B. D. A desconfiança política dos eleitores em face do Congresso Nacional e dos partidos políticos: o déficit de nossa história representativa. **Revista USP**, n. 134, p. 179–196, 16 set. 2022.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33–63, mar. 2005a.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, p. 33–63, mar. 2005b.

MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 71–94, ago. 2005c.

MOISÉS, J. A. (ED.). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo, SP, Brasil: EDUSP, 2010a.

MOISÉS, J. Á. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 269–309, nov. 2010b.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 1–42, jun. 2008.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (EDS.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2013.

NEWTON, K.; NORRIS, P. THREE. Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance? Em: **Disaffected Democracies**. [s.l.] Princeton University Press, 2018. p. 52–73.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. [s.l.] Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2020.

NICOLAU, J. M. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2012.

NOBRE, M. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. [s.l.] Todavia, 2022.

NORRIS, P. (ED.). **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford [England] ; New York: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. New York: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P. **Contentious elections: from ballots to barricades**. London: Routledge, 2015.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and the rise of authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge university press, 2019.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. [s.l.] Cambridge University Press, 2022.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 62–91, mar. 2022.

PARANHOS, R. et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 3, n. 1–2, 18 dez. 2013.

QUADROS, M. P. DOS R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486–522, dez. 2018.

RIBEIRO, E. A. Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho. **Opinião Pública**, v. 13, p. 74–96, jun. 2007.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, p. 641, 31 dez. 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; FUKS, M. Tolerância política e ativismo de protesto no Brasil: efeitos comportamentais do apoio a direitos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, p. e255478, 2022.

RIBEIRO, E.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 531–555, dez. 2019.

RICCI, P. As eleições da Era Vargas: que regime representativo é esse? **O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932**, 2019.

RICCI, P. AS ELEIÇÕES DOS ANOS 1930: COORDENAÇÃO PRÉ-ELEITORAL EM TEMPOS DE VOTO SECRETO. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 35, p. 72–94, 18 fev. 2022.

RICCI, P.; ZULINI, J. P. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. **Dados**, v. 57, p. 443–479, jun. 2014.

RUSSO, G. A.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, v. 24, p. 365–404, ago. 2018.

RUSSO, G. A.; PIMENTEL JUNIOR, J.; AVELINO, G. O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa? **Opinião Pública**, v. 28, p. 594–614, 3 fev. 2023.

SOUZA, M. DO C. C. C. DE. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). 1990.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos ADENAUER**, v. 14, n. 2, p. 109–126, 2013.

TAMAKI, E. R.; FUKS, M. POPULISM IN BRAZIL'S 2018 GENERAL ELECTIONS: AN ANALYSIS OF BOLSONARO'S CAMPAIGN SPEECHES. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 103–127, 5 jun. 2020.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63–96, abr. 2019.

TEIXEIRA, C.; ALMEIDA, P.; BELCHIOR, A. Legitimidade Democrática em Tempos Difíceis- "Democratas Insatisfeitos" e "Democratas Críticos", ou Ambos? Em: [s.l: s.n.]. p. 361–399.

ZECHMEISTER, E. J.; CORRAL, M. Individual and Contextual Constraints on Ideological Labels in Latin America. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 6, p. 675–701, 1 jun. 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Códigos do Stata (Script)



ANEXOS**ANEXOS – Questionários: ESEB, LAPOP e Latinobarômetro**